

JOÃO MARTINS PEREIRA

DITO

**E O
FEITO**

CADERNOS 1984-1987

ERRATA

O texto com início na p. 168 devia aparecer no mesmo tipo que os textos com início nas pp. 22, 44, 60, 75, 89, 102, 121, 147, 190, 208 e 225.

Na Colecção Tempos Modernos:

1. *Para Além da Revolução*, de Gonçalo Ribeiro Telles
2. *Terra Que Já Foi Terra*, de Paulo Monteiro
3. *A Guerra Civil de Espanha 50 Anos Depois*, direcção de Ramón Tamames
4. *O Dito e o Feito*, de João Martins Pereira

JOÃO MARTINS PEREIRA

O DITO E O FEITO

CADERNOS 1984-1987



© João Martins Pereira e Edições Salamandra, 1989

Capa: José Cerqueira

Composição: Berenice, Lisboa

Impressão: Safil, Lda., Lisboa, 1989

Depósito legal n.º 30.366/89

Todos os direitos desta edição reservados por

EDIÇÕES SALAMANDRA, L.^{DA}

Rua P.º Luís Aparício, 9, 1.º, Frente

Telefone: 52 99 88 — Telex: 64 077 P

1100 LISBOA

PREFÁCIO

Feitos, costuma dizer-se das inevitáveis proezas dos nossos antepassados. Mas há, é claro, quem se vanglorie dos seus próprios. Os caçadores têm fama de ser desses, mas que são eles, coitados, comparados com um Reagan, ao despedir-se dos americanos: «Queríamos mudar uma nação, e mudámos um mundo»? Não é de gabarolas, dos que dizem como feito o que gostariam de ter feito, que se ocupa este livro.

Há também os que dizem uma coisa e fazem outra, seguidores de Frei Tomás. Encontramo-los a cada esquina, chamamos-lhes incoerentes, falsos, desonestos (ajudámo-los, às vezes, a ganhar umas eleições), dividimo-nos entre os que acham que eles deviam fazer o que dizem, dizer o que fazem — ou nem uma coisa nem outra: deviam, para nosso bem, permanecer quietos e calados. Alguns podiam dar belos livros, mas não este.

Tão-pouco têm lugar nestas páginas os irreflectidos do «meu dito, meu feito», protagonistas de muita cena de rua, gente de nervo que não suporta a espera entre o dizer e o agir e, por tal frenesi, collecciona tanto (pequenos) sucessos como (pequenos) fracassos. As classes populares, pouco ponderadas de seu natural, como se sabe, são as mais atreitas a estes incontroláveis impulsos, tipicamente latinos, coisa para arrepiar imenso cres de formação britânica, dos que não frequentam campos de futebol, bem entendido.

Nada disso, pois. O autor destas linhas, que, como os demais,

passa a vida a fazer coisas pouco apetecidas, aproveitou estes baços anos de 1984 a 1987 para ir anotando, agora e depois, em pequenos cadernos, as observações que lhe suscitavam factos, gentes, livros, e outros estímulos mais, à mistura com o que, nestas idades, sempre se gosta de pescar na memória e na experiência. Somadas um dia as folhas, e a vontade, isso dava um livro — e projectou escrevê-lo. Assim o fez, com a inocência precisa.

Um bicho lhe mordeu pelo meio, porém, ao reler papéis antigos e neles se lhe revelar o que deixavam em aberto, de inocências outras, essas de juventude, de busca de uma pele ainda incerta. E deu-lhe para pensar quantos caminhos divergentes desses mesmos papéis poderiam ter partido, dos quais só conhecia um, que excluía todos os restantes. Atraiu-o a ideia de escolher um deles, o de um *outro*, desses que justamente aborrecem os palradores de ideias e se reclamam da suprema virtude de fazer coisas, coisas «sérias», entenda-se — decidir, empreender, «criar riqueza», pragmaticamente, sem o estorvo das ideologias. Do autor de um livro americano de sucesso, *vademecum* para vencer nos negócios, diz-se na capa ser conhecido por *Mr. Make-Things-Happen*. Esboçar a história de um desses «fazedores de coisas», à nossa escala, nascida da sua própria memória, foi essa tentação a que o autor, pecador sem apelo, não soube resistir.

Complicou-se o livro, para mal do leitor. Porque são dois, afinal, os cadernos que lhe proponho, supostamente escritos ao longo do mesmo período. Os que pachorrentamente rabisquei, em «tempo real» — expressão na moda —, são o que são, dizem o que dizem. Nos outros, um meu apagado duplo, aspirante a romancista de horas vagas, ficciona a atribulada carreira de um gestor de sucesso, usando com desenvoltura os tais papéis antigos, dez anos retardados no tempo, juntando-lhes alguns mais da sua lavra e inventando por inteiro a sequência plausível de uma maturidade «ascendente».

Aventurei-me então a intercalá-los, não por qualquer perversidade. É que entre o *dito* de uns e o *feito* dos outros, entre o discurso e o percurso assim gerados de costela comum, o jogo de reflexos, e de «passagens» tantas vezes na penumbra, proporcionará ao leitor, se a paciência lhe chegar, um exercício que pedirá por certo mais à imaginação do que à perícia detectivesca.

E, no fim de contas, não estarei enganado? O feito vai aqui *dito*, e o dito, para vos chegar às mãos, teve de ser *feito* — em livro. As armadilhas da escrita...

Uma última palavra. Desejaria que este livro não fosse visto como um confronto assimétrico entre o estatuto da idcia e da palavra, terreno do intelectual, e o da acção prática, terreno (neste caso) do decisor profissional. A questão que coloco é, no essencial, de ideologia. E ideologias, em rigor, não as há piores nem melhores. Há simplesmente a que escolhemos, e as que escolheram outros.

1984

20 de Junho — Passo no chamado Complexo das Amoreiras e, embora ainda atrasado e sem cor (vai tê-la aos fartotes, não duvido), ocorre-me uma lembrança vinda da infância distante, quando, em tempos de vacas menos magras, me levaram ao teatro ao domingo à tarde: um cenário de opereta. À mistura com outra recordação de infância, essa de uma pequena caixa com arcos, colunas e outras peças de madeira de vários tons, de que nasciam efémeras construções, não casas mas cenários também, que eu povoava de figuras de cartão ou de chumbo, o que tinha à mão, protagonistas de imaginários confrontos, ou convívios, talvez histórias que nessa noite sonhara.

Mas porquê essa sensação de estranheza, ou de surpresa? Não serão as fachadas, todas elas, não terão sido sempre, o cenário desse imenso palco que é a cidade? Não será justamente a arquitectura (de exteriores, entenda-se) a arte de desenhar esses cenários, adequando-os a tal ponto ao «espírito da época» que, muitos anos ou séculos mais tarde, eles nos dizem muito de como então «se vivia»? De acordo, mas acho que há agora algo de novo. Impressionou-me, há uns anos, a reconstrução da velha cidade de Varsóvia, seguindo rigorosamente os desenhos das fachadas de outrora e, depois, a das decrepitas mansardas das Halles, em Paris: nesses casos (como no Bairro de Santa Cruz, em Sevilha, ou, entre nós, na pobre Casa dos Bicos) as fachadas são, aí sim, meros cenários, no sentido em que produ-

zem uma *ilusão*, como no teatro. É que os interiores, onde se desenrolam os dramas e as comédias do tempo que vivemos, nada têm que ver com o aspecto exterior: este já nada nos diz sobre isso, emudecerá pedaços de cidade aos que, gerações adiante, queiram historiar, ou romancear, o nosso viver (ou melhor: dir-lhes-á *outras coisas*). Impressiona-me também a profusão de pinturas *trompe l'œil* que hoje vão povoando as empenas de grandes edifícios: livre agora dos condicionamentos de antigas fachadas, produto apenas da fantasia, projectando-se para o «interior» duma superfície (como num espelho) feita céu, feita estrada, jardim, escadaria, numa palavra, feita espaço fictício, o cenário aproxima-se aqui ainda mais do sentido literal. A técnica utilizada é a mesma que, num teatro, faz um painel plano prolongar-nos o palco, tornar-se ele próprio tridimensional, com paredes, recantos, móveis, janelas entreabertas para um espaço exterior inexistente.

Aí está, pois, a diferença. Antes, era o teatro que imitava o real: o *décor* isabelino, fim de século, ou anos 30, aristocrático, burguês ou plebeu, decalcando interiores ou exteriores típicos de uma época, ou de uma classe, *situava-nos* a acção. O cenário faz-nos imaginar o que lá não está (o teatro é ficção) e oculta-nos o que lá está (os bastidores, os actores que se preparam para entrar em cena, um enorme buraco cheio de cabos, andaimes e luzes). Hoje é a arquitectura cidadina que imita o teatro: naquela empena, «dentro» dela, não estão escadas, nem jardins, nem pessoas; por detrás daqueles torreões, arcadas e cores de palácio do Feiticeiro de Oz não estão damas medievais, nem figurinhas de chumbo, nem gigantes empedernidos. Está gente, movendo-se em interiores que não nos é dado induzir. O exterior continua a ser o cenário da cidade mas, mais do que isso, é um cenário em sentido próprio, arquitectura de ilusão, sinal de tempos em que a imagem é soberana.

Isto deixa-me inquieto, mas ao mesmo tempo fascina-me: como tudo o que é máscara, disfarce, ocultação. Como o teatro, afinal. Será porque nos povoam a cidade de cenários que os teatros estão vazios? Ou, simplesmente, porque cada vez mais é o teatro que deles prescinde?

31 de Julho — Primeira incursão ao chamado Nordeste Transmontano. Nos olhos fica-nos, sobretudo, a majestade da paisagem serena que se avista do caminho florestal entre França e Montesi-nho. A M. lembra-se de Delfos. É isso. Tivesse o acaso trazido para a orla atlântica os adoradores de Apolo, só aqui poderiam eles ter descoberto grandeza suficiente para erigir o seu santuário. Mas é Bragança, e as terras à volta, e o acesso que escolho desde o Caramulo, que me despertam reflexões bem mais actuais. É este outro mundo português que inesperadamente descubro, não no seu lado folclórico já tão (mal) banalizado. Refiro-me à surpresa de quem vem da capital, onde só se fala de crise, de austeridade, de aumento do desemprego, de salários em atraso, do cru ressurgir da palavra miséria, e da sua realidade.

Tem-se, por aqui, a sensação de que se interrogássemos alguém sobre a famosa (e incontestável) crise, nos olhariam com espanto ou indiferença. Não ignoro que se trata do tempo ciclicamente eufórico da chegada dos emigrantes, mas isso não chega para explicar a não-crise patente numa cidade que esperava indolente, ensimesmada, perdida no tempo, empobrecida. O que vejo é descontração, movimento, comércio e cafés regurgitando de gente, grupos de jovens alegres e vestidos como os de Lisboa, que entram e saem, combinam não sei o quê, nem olham para a televisão, tudo parece em actividade, em ebulição. E penso, acho mesmo que já devia ter pensado antes de *ver*: a crise, que está longe de ser só portuguesa, é a crise do sistema industrial, é a partir da indústria (em particular, de certas indústrias) que ela se propaga e por isso são os grandes centros urbanos, industriais, administrativos os que mais lhe sentem os efeitos. É a crise das actividades que foram o motor da última fase de desenvolvimento capitalista que está a terminar: a grande indústria pesada, as indústrias ligadas ao petróleo, as grandes consumidoras de energia. Que tem Trás-os-Montes a ver com isso? Muito pouco, é óbvio. A «sua» crise, a de todas as regiões agrícolas e sem recursos, essa não é de hoje, é secular. A emigração atenuou-a, por decréscimo de bocas a sustentar e por aumento de rendimentos ganhos noutras paragens. Por essa via, precária também, as coisas melhoram. Está tudo, como sempre, por resolver, mas, no curto prazo, que é o da «conjuntura» dos economistas, a sensação é de euforia, aqui, ao

mesmo tempo que é de quase-pânico nas grandes aglomerações operárias de Lisboa e Setúbal (menos no litoral Norte, onde a indústria é ligeira e muitos são os que repartem o seu tempo entre a fábrica e a courela). Não será isto a tal sociedade dual de que falava a economia de desenvolvimento, já não a de que se fala hoje nos países industrializados? Os políticos, que nos fins-de-semana se passeiam pelo país sempre a pensar na campanha que virá próxima, e que por toda a parte falam da «crise», fazem lembrar os bem intencionados (e havia *muitos*, hoje são uma raridade) das campanhas de dinamização cultural dos anos quentes, que iam falar de luta de classes entre patrões e operários onde não havia nem uns nem outros.

8 de Agosto — Se hoje começasse umas memórias, seriam talvez estas as primeiras frases: «Aos 51 anos, olho para trás e tenho a sensação de ter ‘gerido’ a minha vida com razoável sucesso. E, no entanto, focando a vista para o detalhe, dou-me conta de que, como toda a gente, o que fiz foi ‘viver às apalpadelas’. O balanço das boas e más sortes foi-me favorável, e eu limitei-me, em meia dúzia de momentos cruciais — que são quantos há numa vida — a ser capaz de decidir por mim próprio da vereda a seguir, sem angústias excessivas sobre o que poderia ter acontecido se por outra tivesse tomado. Talvez alguns, conheço casos, sejam capazes de gerir a vida como se gere uma empresa (estou a exagerar: a maioria das empresas são, elas também, geridas às apalpadelas...): estabelecer objectivos (uma carreira!), definir os meios necessários para os atingir, aplicá-los controlando a progressão, avaliando e corrigindo os desvios. Nunca o fiz — e talvez haja quem me julgue frio a esse ponto... Foram sempre os pequenos prazeres do ‘logo à tarde’ ou do ‘logo à noite’ que me ajudaram a sobreviver, e não qualquer longínqua certeza ou desígnio. E se alguns planos fiz, foram sempre de curto prazo, para me libertar de tutelas insuportáveis e aumentar a margem desses pequenos prazeres. Pequenos, mas não diria fúteis: a conversa de café (ou a saborosa solidão do café), as leituras, os cinemas, os encontros, os amores passageiros, os passeios pela cidade, os pés de dança, mais tarde as viagens, as chamadas «acções colectivas» (não diria, no meu caso, militantes). Para não falar dos prazeres maiores, das amiza-

des, dos amores ‘definitivos’, e também da *Gazeta* e das escritas. Tudo isto foi a construção de mim próprio, num pano de fundo de enorme curiosidade pelo futuro, que sempre foi para mim uma aventura no desconhecido, nunca um projecto. Um bom exemplo disto mesmo: só mesmo *a posteriori* a dolorosa apropriação do meu corpo me veio a parecer uma vitoriosa gestão de um problema difícil. Mas a memória aí está para me recordar como foi, justamente esse, um percurso no escuro, em que me orientou uma qualquer faculdade semelhante à que evita aos morcegos baterem contra as paredes de uma gruta — isto é, sem que a razão directamente interviesse. Exagero um pouco: a razão, em cada caso, exercia-se a partir de um ‘saber’ que lhe era anterior, e era esse que comandava, que me dirigia por um caminho cujo fim, o quando e o como, eu não descortinava, muito menos projectava. A razão teve sempre, nesse e noutros decisivos momentos, um papel secundário: nunca fugi às decisões, nunca deixei (tanto quanto pude) que outros decidissem por mim, mas sempre tive a consciência de que nos faltam os elementos todos (o que é isso?) para poder decidir racionalmente. O que se faz, de facto, é muito mais *escolher* do que decidir. Por isso me é totalmente alheia a ideia de arrependimento.»

Daqui a dez ou quinze anos ainda imaginarei que seria este o meu começo de umas hipotéticas «memórias»? À parte a questão do saldo das boas e más sortes, que isso nunca se sabe, dirci, um pouco como João Barois, que algo muito distante deste texto significará uma irremediável perda de discernimento...

22 de Agosto — Leio, num artigo do sociólogo Abraham Moles intitulado «Uma ciência do impreciso»: «As ciências sociais são o melhor exemplo em grande escala das *ciências do impreciso*, do *difuso*, etc. Os conceitos que elas manipulam são *imprecisos por essência*: qualquer esforço para os precisar abusivamente, os espartilhar em definições fechadas, decompõe e destrói os próprios conceitos. [...] O papel do investigador em ciências humanas convencionais — mais do que seguir a ideologia cientista que pretende eliminar conceitos difusos e infralógicos, por forma a ajustar-se a uma imagem da razão para a qual aquelas ciências não foram feitas — é o de

pensar com rigor conceitos vagos. Há aí larga matéria para o uso da razão.» E mais adiante: «Um caso simples: o acto de fotografar seres animados, com boa qualidade de imagem, por um observador, introduz uma inevitável reacção, quer de fuga, quer de pose, em qualquer caso de artificialidade do sujeito, erizada pela presença do observador; todos os etnólogos, todos os fotojornalistas o sabem. Analisando de mais perto, descobrimos que isso está na *natureza das coisas* da própria observação. Se o observador se dissimula, se minimiza, as imagens que irá obter serão *necessariamente* mais pequenas, mais difusas, mais vagas. Numa palavra, há uma espécie de produto constante de incertezas entre a precisão de uma imagem e a justeza da observação relativamente à ‘verdade’ do fenómeno observado.» Isto é, os conceitos são vagos porque o são também necessariamente, à distância que impõe o desejo de não-interferência, os factos observados que os deverão suportar. Mas atenção: qualquer fotojornalista sabe também que, se voltar várias vezes ao local, pode conseguir imagens de vários ângulos, pode mesmo, por surpresa, tirar alguns instantâneos de grande precisão de imagem sem que tenha havido tempo para reacção dos visados. Isto quer dizer que os efeitos daquela regra, verdadeira no essencial, podem ser atenuados se se introduzir (e isso for possível: objecto de observação estável no tempo) a variável *tempo*, ou seja, *se o sociólogo não for preguiçoso*, o que é raro, devemos admitir. O sociólogo de gabinete, o que pretende tirar conclusões a partir de meia dúzia de entrevistas, o que se preocupa mais com as estatísticas e as correlações e menos com a «justeza das observações relativamente à ‘verdade’ do fenómeno observado» — esse permanecerá sempre na penumbra de números e teorias que podem deslumbrar os incautos, mas pouco acrescentam ao conhecimento da realidade social. Outros, mais cuidadosos e persistentes, conseguirão, da neblina dos fenómenos, fazer surgir silhuetas e contornos suficientes para que o «uso da razão» aí encontre fecundo material de reflexão.

23 de Setembro — Na sua demasiado óbvia vontade de iconoclastia, servida por uma prosa atraente e um humor pouco habitual entre nós, Miguel Esteves Cardoso trava frequentes batalhas contra

moinhos de vento. A propósito do suplemento «DN Jovem», saiu-lhe ontem um artigo de que extraio estas (representativas) preciosidades: «A julgar por uma grande parte dos textos escritos pelos jovens colaboradores do ‘DN Jovem’, não há qualquer diferença entre eles e os ‘pais’. Estes pais espirituais constituem a geração de Woodstock e de Maio de 68, veterana das barricadas e das barracadas da revolução, e ocupam hoje uma parte generosa do poder (não só cultural). Muitos filhos saíram, pelos vistos, tal qual os pais. Foi-lhes instilado com êxito a mentalidade ‘hippie-progressista-marginal’ em pequeninos. No entanto, não se rebelam contra ela, como é justo e tradicional e histórico desde tempos imemoriais, [...] contentam-se com repetir as rezas dos catecismos sebentos da alternatividade, da marginalidade e da contraculturalidade dessa idade da Pedra que foram os anos 60. [...] A mentalidade portuguesa está trancada no Maio de 68. [...] É esquerdista, afrancesada, contra o ‘Poder’ e anímicamente movida pelo desejo de ‘libertar’ tudo o que não seja pássaro e voe num campo verde num céu cor de laranja. Esta, para usar a linguagem que lhes é própria, é precisamente a ‘ideologia da classe dominante’ do Portugal contemporâneo, o ‘discurso do poder’ da actualidade; ao qual tantos jovens colaboradores do ‘DN Jovem’ inconscientemente acrescentam as suas modestas contribuições.»

É difícil dizer tantos disparates em tão poucas palavras. E ao mesmo tempo tão desajeitadamente denunciar a malformação britânico-utilitarista-paternalista do autor, que atira «afrancesado» como um insulto e, de resto, só faz citações (na parte do artigo não reproduzida) de um número do «DN Jovem» sobre o tema «animais», tão caro aos bondosos súbditos de Sua Majestade. M.E.C. é, como se sabe, um daqueles intelectuais de formação inglesa cuja preocupação dominante quanto à sociedade portuguesa parece ser, não já (como era há um século) a ultrapassada questão da dependência da «pérfida Albion», mas a desesperante interrogação «porque raio de azar não há-de Portugal ser (como) a Inglaterra?», o que se compreende ser matéria para dolorosas angústias. Em todo o caso, Doutor em Sociologia (ou a caminho disso), não pode deixar de surpreender a facilidade jornalística com que, em defesa da sua dama, passa por cima de todas as evidências (ou lógicas presunções). Vejamos então.

De que jovens e de que país fala M.E.C.? Por um lado, da amos-

tra de jovens que escrevem e mandam os seus textos ao «DN Jovem», que erige noutro passo do texto em «grande parte da juventude portuguesa», conferindo-lhes tão abusiva representatividade que me interrogo (e tremo) sobre a idoneidade dos estudos sociológicos do autor. E quanto aos pais (que não são só espirituais, como pareceria à primeira vista...), onde recolheu a informação de que são todos «esquerdistas, afrancesados, libertários, etc.»? E ainda que, por mera hipótese, todos o tivessem sido em 68, não os vê hoje o próprio M.E.C. ocupando o poder, ou seja, presumivelmente maduros burgueses conservadores bem instalados na vida?

Onde terá então ido M.E.C. desencantar que *hoje* «a ideologia da classe dominante em Portugal» é a de Maio de 68? Mais ainda, que está trancada nesse fatídico mês «a mentalidade portuguesa» (que ignoro o que seja e julgo expressão bem desastrada na pena de um sociólogo). Ao falar em ideologia da classe dominante, M.E.C. parece ter uma ideia clara sobre o assunto, pena é que não nos explique um pouco melhor como define essa classe e o que o leva a atribuir-lhe tão perniciosos pendores ideológicos. Se é mesmo à «classe dominante no sentido marxista» que se refere, o disparate é óbvio: num país capitalista prestes a entrar na CEE, os empresários, os proprietários de meios de produção, os gestores em geral (incluindo os das empresas públicas), etc. nunca manifestaram qualquer tendência anarco-esquerdizante, nem isso seria possível, claro. Se M.E.C. se refere simplesmente à «classe política», ou simplesmente ao «poder» — é isso: não fala ele do «discurso do Poder»? —, suposto exprimir (num marxismo sumário) as posições da classe dominante, o disparate é, se possível, maior ainda: Soares, Ernâni, Mota Pinto, Veiga Simão, Amândio de Azevedo, Álvaro Barreto, etc. etc., as figuras de proa do triste Bloco Central que nos (des)governa serão tudo esquerdistas disfarçados (mas que não escapam à perspicácia do articulista)? Chegará para tirar essa conclusão o facto (melhor: a mera hipótese) de que um ou outro secretário de Estado possa, nos seus tempos de juventude, ter namorado as ideias de 68, talvez até vivido nalguma comunidade, indo receber pontualmente a mesada a casa dos pais? Insisto: terá mesmo M.E.C. alguma ideia do país em que vive?

Enfim, voltando aos filhos, suponhamos que o tom geral dos tex-

tos publicados no «DN Jovem» era efectivamente libertário e esquerdistante, *o que está longe de ser verdade*. É óbvio que os colaboradores do suplemento (essa amostra que não é «a juventude portuguesa»!) são adolescentes dados à reflexão e à escrita, que olham para si próprios e à sua volta de forma interessada ou mesmo empenhada, embrião de futuros escritores, artistas, intelectuais. Não seria natural esperar que este tipo de jovens, como sucede em qualquer tempo e em qualquer lugar, produzisse um discurso romântico, libertário, antipoder, expressasse uma revolta mais ou menos vincada contra uma sociedade que se descobre injusta e hipócrita? Que teria isso a ver com Maio de 68, com os paizinhos, espirituais ou não? Só teríamos que nos regozijar com isso, quando tantos indícios (basta falar com professores) sugerem uma juventude, no essencial, desatenta, se não apática, desinteressada do político e do social, ou então dominantemente conservadora, quando politizada. Ou seja, o contrário do que M.E.C. nos quer vender. É mesmo essa ausência de revolta que surpreende — e inquieta.

24 de Outubro — Segundo Soares, estamos numa data histórica (viragem, é a sua expressão): marchou hoje para Dublin, com três ministros atrás, para assinar um papel chamado *constat d'accord*, que anteontem a CEE lhe estendeu para satisfazer o «nosso» irremediável saloioismo. Papel que nada diz de novo, que não tem qualquer valor jurídico e a que os espanhóis não ligaram a menor importância. Mas mais saloio ainda (e divertido, vamos lá) foi o enviado da Antena 1, Esteves Martins, ao fazer a reportagem: desfazendo-se em elogios ao papel, à sua «extraordinária importância», comentou, interrogado de Lisboa sobre «o ambiente em Dublin antes da assinatura», que tudo estava calmo e, aparentemente, «a população de Dublin ainda não se deve ter apercebido da importância do acontecimento»!!! Estaria ele a imaginar os pecados patrícios do Joyce levando Soares aos ombros até ao aeroporto?

26 de Outubro — Em tempos passados, só houve, que me recorde, dois terceiros famosos: o «terceiro Estado» e o «terceiro exclu-

do» (um dos axiomas básicos do raciocínio científico). Nos últimos trinta anos, surgiram, sucessivamente: o 3.^o Mundo, a 3.^a Idade e, mais recentemente, a 3.^a Revolução Industrial (ou a 3.^a vaga, que sem ser o mesmo, lá vai dar). Nos dois primeiros casos, não havia qualquer fenómeno de ocultação: as designações diziam o que tinham a dizer, eram puros nomes. Mas, nos três últimos, já não é assim: trata-se de mantos bem pouco diáfanos que recobrem realidades eventualmente chocantes.

Após a 2.^a Guerra Mundial, os colonizadores cinicamente «descobriram» que uma imensa parcela deste mundo, que dominavam (e, independências à parte, continuaram a dominar), vivia no analfabetismo, na fome, na doença, na carência de tudo, no que então se veio a chamar, e hoje já não se usa, o subdesenvolvimento. Houve então quem falasse dos «danados da Terra» ou das «Nações Proletárias», mas, pudicamente e talvez por inspiração histórica no 3.^o Estado (seria uma maneira afinal de dizer aos deserdados de hoje: «Nós, os burgueses, também partimos de longe e conquistámos poder e fortuna?»), alguém se terá lembrado, a pretexto de já haver dois outros «mundos», esses desenvolvidos — o capitalista e socialista —, de chamar a tais países «o 3.^o Mundo». Designação neutra, aséptica, que ocultava, de facto, os crimes e a espoliação de que ninguém estava para se envergonhar — e muitos estavam, e estão, para tranquilamente prosseguir.

Anos mais tarde, com o alongamento da vida, a evolução dos costumes e a crescente desagregação da instituição familiar tradicional, foi-se evidenciando, nas sociedades ocidentais, o drama social daqueles que, até então, ainda detinham uma certa aura de sabedoria e se mantinham, melhor ou pior, acolhidos pelos descendentes mais jovens, em casas com dimensões suficientes para não atrapalharem demasiado, ajudando a criar os netos e, quantas vezes, substituindo as criadas, profissão em declínio por todo o lado. Velhos cada vez mais velhos (logo, mais inúteis e mais exigentes de cuidados), separações cada vez mais frequentes, casas cada vez mais pequenas (lógica da valorização máxima dos terrenos e do maior lucro imobiliário): deixou de haver lugar, moral e material, para aqueles a quem simplesmente se chamava, com alguma ternura ainda, «os velhos» — hoje já quase só usado como sinónimo de «os pais». Pois

não foi a nova situação dos velhos que se considerou indigna, mas o *nome* que se lhes dava. Pouco se fez para resolver o problema mas, em compensação, procurou-se restituir-lhes a dignidade perdida passando-se a designá-los por «a terceira idade». E nem as aterradoras imagens televisivas de um ou outro «lar da 3.^a idade» chegam para alterar a paz de consciência dos que, um-dia, aferrolharam a sua vergonha com uma palavra.

Enfim, a 3.^a Revolução Industrial, exemplo de como a aceleração dos conhecimentos, das técnicas, arrasta consigo a própria aceleração das palavras. De facto, só muito posteriormente às 1.^a e 2.^a revoluções industriais (a da máquina a vapor e a da electricidade/petróleo) elas foram assim chamadas. O que é compreensível, pois trata-se de processos longos, sem data identificadora, de cujas implicações económicas e sociais só muito mais tarde é possível apercebermo-nos globalmente. Foi-se *implicado* por elas, mas nunca foram *anunciadas*. Pois esta, a terceira, que se diz estar a começar — e cujo comboio qualquer político português proclama que «não poderemos perder!» — já está baptizada e é diariamente explicada, comentada, entusiasticamente exaltada.

Acho que vale a pena interrogarmo-nos um pouco. A 1.^a Revolução Industrial, arranque do capitalismo de produção e cadinho da sociedade que hoje conhecemos, teve os seus mártires e as suas misérias: o infernal trabalho nas minas de carvão e de ferro, o trabalho infantil, o *sweating system*, os acidentes e doenças profissionais, a total ausência de protecção social e de direitos elementares, os dias de 16 horas (6 quando não 7 dias por semana, sem férias) — e o que tudo isto significa de mortes e, sobretudo, de ausência de vida. Basta ler o romance social inglês do século passado ou as descrições de Villermé, não é necessário recorrer a obras especializadas. Foi de tudo isso que nasceram as prósperas sociedades burguesas do princípio deste século, a tão frívola e divertida *Belle Epoque* de que ainda hoje se fala.

E não esqueçamos também os milhões de mártires da acumulação na União Soviética, que é o paralelo oriental concentrado no tempo (por isso, por ser mais perto de nós e por piores razões impressiona mais certos espíritos) da revolução industrial europeia: os

trabalhos forçados, a *razzia* nos campos, as grandes fomes dos anos 30.

Quanto à 2.^a Revolução Industrial, recorde-se apenas a desqualificação do trabalho, a cadeia de montagem (reveja-se os «Tempos Modernos»), as tragédias da urbanização descontrolada, as grandes crises com milhões de desempregados (que só a 2.^a Guerra conseguiu «ultrapassar», até à crise seguinte, a que atravessamos), enfim o «desenvolvimento do subdesenvolvimento», ou seja, a exploração desenfreada dos recursos e riquezas do... 3.^o Mundo. Pergunto, então, já que se sabe tanto sobre a Revolução anunciada, que é a 3.^a, *quem vão ser os mártires desta?* Ou seja, onde está o seu lado escondido, de que ninguém fala?

Não tenho resposta. Mas ponho-me a pensar, um pouco ao correr da pena. Na sociedade feudal, o poder era dos «que são», isto é, dos que, por nascimento e condição, tinham um «nome», eram «senhores». Mas essa sociedade, em que as barreiras eram de estatuto, produziu dentro de si própria «os que têm», embora «não sejam». Nisso fundaram estes a legitimidade do seu poder na sociedade capitalista industrial: podem os «que têm» (meios de produção, dinheiro). E, nos seus primeiros tempos, eles ainda quiseram um suplemento da legitimidade antiga, e fizeram-se barões, viscondes, marqueses, embora já não fossem senhores de nada, a não ser das fábricas, dos negócios e do dinheiro. Hoje já não ligam a isso. Passadas duas revoluções industriais, aí estamos ainda, e constatamos que o tempo dos que «não têm» (os proletários, os assalariados, em geral), o tempo de «abalarem o mundo», parece ter passado, do modo que um dia o sonharam. A 3.^a Revolução Industrial, a tal, passa-se (como a anterior, aliás) *dentro* do capitalismo. Aparentemente, estará a haver uma deslocação de poder para «os que sabem», ou seja, os detentores dos conhecimentos mais avançados, que são apenas uma parte dos «que têm». As barreiras, até aqui económicas, passarão, sem deixar de o ser, a ser sobretudo técnico-científicas. Ficarão de fora as grandes massas que julgam ter cada vez mais informação, mas cada vez têm menos acesso à informação *que dá poder*. Que poder dará ao cidadão comum a capacidade de consultar, através do seu televisor, a lista telefónica ou os câmbios do dia, face ao da multinacional que domina os segredos da manipulação genética? O tota-

litarismo técnico-científico espreita, não tenhamos dúvidas. Não disse Renan um dia: «A grande obra cumprir-se-á pela ciência, não pela democracia»?

Os mártires desta revolução já não serão gente esfarrapada e faminta. As misérias desta revolução já não serão sobretudo materiais. Estou a excluir, é claro, a hipótese, que não é pouco plausível, de serem os esfomeados do tal 3.º Mundo os futuros coveiros do arrogante sistema que desponta. É bem possível. Mas dentro do sistema, nos países do capitalismo tecnológico e seus devotos satélites, a lógica impõe a conclusão de que serão da ordem do espírito, do pensamento, dos sentimentos, os dramas do futuro: os que pensam, os que sentem, os que olham à sua volta, serão os oprimidos? O sistema morrerá um dia às mãos dos que querem «tomar o saber» em suas mãos, afinal os *mesmos* de sempre, mas portadores de *outra* revolução? Produzirá o excesso quantitativo de informação «inofensiva» uma espécie de salto qualitativo (não se diz que 90% da informação em que assenta o poder de uma CIA provém de fontes públicas, a que qualquer pode ter acesso?) e daí virá a força dos desinformados da Terra? Tudo isto será talvez um enorme disparate. Mas julgo que este *tipo de reflexão* aponta um caminho que pode ser fecundo.

27 de Outubro

Gosto de escrever. Acho que teria dado um bom jornalista, mas não calhou. No fim de contas, talvez só tivesse de comum com um jornalista, bom ou mau, o desejo secreto de um dia escrever um romance. Mas viquei-me no artigo curto e no comentário apressado, que não pedem demasiada reflexão, que se despacham no tempo de uma sinfonia, e sempre me faltou imaginação para desencantar uma boa história, com princípio, meio e fim, ou então para laboriosamente construir um texto denso, sem princípio, nem meio, nem fim, em que a crítica mais exigente pudesse descobrir a engenhosa trama de um «romance moderno» de difícil mas gratificante leitura.

Pois bem, a apetecida história, o material que qualquer escritor leva anos e anos (penso eu) a recolher e classificar, veio-me um belo dia parar às mãos. «Talvez te sirva para alguma coisa», disse-me o meu amigo José Filipe Capitão, JF para os mais íntimos, ao passar-me alguns embrulhos de notas em que, nas horas vagas, foi registando ao longo da vida observações e memórias, e ao acaso de várias mudanças de casa se acabaram por juntar num caixote de cartão, desses de qualquer electrodoméstico que já deve há séculos ter dado a alma ao criador. Nem ele próprio suspeitaria que estavam ali preciosas linhas, mal alinhavadas é certo, onde teria dificuldade em se reconhecer quinze ou vinte anos mais tarde, mas isso só não sucede, é claro, a quem não passou por muitas: poucos

têm é a coragem, ou a insensatez, de enfrentar o papel, e já tantos se arrependem de ter enfrentado o fotógrafo...

Aí me vi eu, pois, com esses papéis cheios de gatafunhos, alguns quase ilegíveis, outros de uma prosa caligrafada com o lazer de infindáveis horas no café, à mistura com bonecos e ornamentos à margem, que o vejo a rabiscar enquanto afinava as ideias e as frases (as rasuras contam-se pelos dedos) pensando talvez que ele próprio, na idade madura, as folgas a crescer, se dedicaria ao paciente exercício de dar forma definitiva a esses textos, e a juntá-los num caderninho, para dar a ler aos amigos e deixar aos netos. Não sabia então que uma carreira se faz preenchendo cada vez mais o tempo e a cabeça com coisas do trabalho e cada vez menos com meditações sobre a vida nossa e dos outros, não sabia sequer que estava a começar uma carreira, a seu modo, como tantos mais. É por isso que as histórias de carreiras, sendo parecidas, começam todas por ser diferentes: livros desses, só vale a pena ler os primeiros capítulos, até ao momento em que eles sabem o que querem.

O facto é que, ansiosamente lida de um jacto, hibernou a papelada vários anos no meu escritório, não lhe tendo então descortinado utilidade que não fosse a de dar algumas piadas ao JF de vez em quando, o que até não lhe desagradava, e a prova é que, uma vez por outra, me ia entregando, como uma espécie de folhetim, a sua produção mais recente. Já não inocente, esta. Dei nela por muitos «recados» e por um maior cuidado em justificar-se (perante mim?) ou em furtar-se a interioridades excessivas. Talvez fosse apenas a tal maturidade a instalar-se, quando nos vem a vontade de dar consistência ao nosso próprio personagem, ou ao personagem que julgamos ser para os outros, indo disso buscar sinais de surpreendente coerência a fragmentos de memória e procurando não deixar escapar frases ou inconfidências que possam esfumar o traço.

Por que me terei decidido agora a experimentar a mão para o sempre adiado romance, sem pressas e sem plano, ao sabor de imprevisíveis ócios ou disposições? Talvez porque um pendor moralista, que julgava não ter, me faça ver, cada vez

mais, no percurso do meu amigo, a história exemplar de uma geração triunfante. Talvez por já lhe pressentir o desfecho e, viciado leitor de policiais, agora do outro lado da história, não me querer deixar antecipar por ele. Ou porque, rodeado de crise por todos os lados, a aventura da ficção seja a escapatória que me resta, como a outros, mais empreendedores, a fuga ao fisco ou o contrabando.

Claro que ao seleccionar, e juntar à minha maneira, aqueles materiais, e bocados de conversas, e episódios que recorro, ao comentar, ao introduzir nos textos do meu amigo passagens inteiras que são minhas, ao polir-lhe frases, ao reforçar-lhe ou atenuar-lhe ideias, não é o personagem JF que estou a construir, o tal que ele desejaria representar, mas sabe Deus se outro no fim de contas bem mais próximo do que JF foi e é, isto se não fosse um rematado disparate pensar-se ou dizer-se que alguém alguma vez foi ou é alguma coisa.

Comecemos então. Pelo princípio, como é próprio dos amadores. E dos clássicos, não?

Dos mais verdes anos de JF não me chegam, naturalmente, notas pessoais. Mas deles nos fala um texto recente, que terá escrito a propósito de declarações de um político em voga:

«Poucos se podem gabar do dia exacto em que começaram a interessar-se por política. Poucos terão tido, como Descartes ou Rousseau, súbitas iluminações a revelar-lhes a matemática do mundo, a trazer-lhes ideias suficientes para escrever centenas de livros — ou a acordar-lhes a consciência para as grandes questões da vida colectiva. Acho que o comum dos mortais descobre a política como descobre o amor: aos poucos, sem calendário definido, ao sabor de acasos e de encontros, de imperceptíveis vibrações que é raro deixarem data. Só muito mais tarde, por curiosidade típica da meia-idade, ou por necessidade de mandar uma biografia para os jornais, se vem a reconstituir, melhor ou pior, esse fio quase sempre nebuloso. É então que, por vezes, a tentação do 'dia luminoso' surge como a via mais fácil para explicar o que não tem explicação. E certas datas parece terem sido inventadas de propósito para esse fim...

Pela minha parte, não sei quando foi. O que é hoje a minha mais longínqua recordação política, não me deixou na altura qualquer marca. Ia pelos catorze anos quando chegou a Paço de Arcos, onde então vivia, uma leva de miúdos loirinhos. Ficaram alojados num desses muitos fortes que salpicam a Costa de Cascais, e devem ter sido ali postos noutros tempos para impor algum respeito à entrada no Tejo de esquadras inimigas que, de resto, nunca pediram licença para o fazer. Vim a saber, pois não se falava noutra coisa lá em casa e pela vizinhança, que eram uns 'pobres hungarozinhos fugidos ao terror comunista'. Mas estava a começar o ano lectivo, e os meus alvoroços de adolescente limitavam-se à excitação anualmente repetida dos reencontros no liceu depois de férias e das caras novas que iriam aparecer na turma.

O meu pai, na altura major e colocado fora de Lisboa, veio passar um fim-de-semana a casa, e lembro-me de o ter ouvido dizer: 'Estes já estão safos, vão fazer deles gente como deve ser, o pior é dos que lá ficaram.' Era um desses dias, aliás frequentes, em que o meu pai vinha insuportável, e talvez por isso pensei que se ele era o modelo da 'gente como deve ser', o pior era com certeza dos filhos daqueles hungarozinhos.»

Foi nesse liceu de Belém, de que fala JF, que o conheci puto de calções curtinhos, já eu ia no calção de golf, coisa de que poucos ainda se lembrarão. Franzino e recém-saído de uma maleita de pulmões, dessas que hoje se curam num abrir e fechar de olhos com comprimidos e lhe valera então um ano de repouso (metade dele aboletado em casa de uns tios em Benfica, pois o ar do mar...) e a frequência assídua de tudo o que era pinhal à volta de Lisboa, estava proibido de correrias e de pôr o pé numa bola, zelosamente vigiado por contínuos untados pelos pais, conhecidos dos meus, a quem devo tê-lo descoberto no meio daquela miudagem, pois me pediram que o protegesse das violências dos mais velhos, gente da minha idade. O rapaz era esperto e bom aluno, era essa a sua força e usava-a passando aos colegas aflitos respostas nos pontos (a que hoje chamam testes), e por isso nunca terá sido afinal muito molestado por ninguém. Escapou mesmo, com toda a naturali-

dade, à humilhante prova de uma «amostra», dessas que se faziam em cima da mesa de pingue-pongue, o paciente agarrado de mãos e pés lembrando as gravuras dos Távoras, com a malta histérica à volta e o contínuo fazendo-se ausente, mas um ou outro, como quem não quer a coisa, não se contendo e deitando o rabo do olho.

28 de Outubro — Está na moda olhar Marx com desdém: nada se cumpriu do que previra, e os que triunfaram em seu nome acabaram no poder de uma burocracia *sobre* os trabalhadores, num sistema policial, numa economia absurda e industrialmente atrasada. Pode olhar-se a coisa de outro modo. Se não considerarmos o marxismo como uma ciência exacta (o que sempre recusei), mas como um conjunto de teses no domínio da história, da economia, da sociologia e da política, então situamo-nos no campo das ciências sociais ou humanas, as tais em que o observador é parte interventora. Vejamos mais de perto um aspecto dos que radicalmente diferenciam ciências exactas e humanas: a previsão. Nas primeiras, o que se prevê, com base em condições precisas conhecidas e eventualmente repetíveis, *acontece* tal como previsto. Podemos tirar disso partido, ou podemos tomar medidas defensivas (se o fenómeno anunciado for, por exemplo, uma catástrofe), mas não o podemos evitar, desde que não nos seja dado intervir a tempo nas tais condições. Não posso combater as leis da gravidade, quando muito posso evitar que um corpo caia.

Mas nas ciências humanas, desde que uma previsão é conhecida, e *tanto mais quanto mais plausível*, os agentes sociais põem-se em movimento no sentido de a contrariar ou de a cumprir, segundo os interesses em causa. Se são os primeiros os mais poderosos, pode suceder que os fenómenos sociais previstos se não verifiquem, *justamente porque a previsão estava certa* — ou seja, porque se acreditou, dados os seus fundamentos, que estava. Não será algo semelhante o que sucedeu nos países de capitalismo avançado, aí onde

Marx anunciara que se viria a dar o afrontamento decisivo entre o capital e o trabalho? E, ainda assim, não esteve o capitalismo seriamente ameaçado durante as décadas de 20 e 30, acabando por ser salvo em simultâneo por uma guerra e por uma inversão teórica na própria lógica capitalista (as políticas do tipo keynesiano, que punham o acento na procura, dinamizada pelos governos, como motor da economia)? Marx analisou, julgo que correctamente, o «capitalismo de oferta» do seu tempo, o capitalismo modo de *produção*. Em termos económicos, aliás, as suas previsões da concentração do capital, da crescente componente técnico-científica no produto, das crises cíclicas do sistema, e outras mais, verificaram-se plenamente, como continua basicamente a ser válida, a meu ver, a sua teoria da exploração. O que o capitalismo conseguiu, isso sim, foi a *desmobilização* política decorrente dessa mesma exploração. Apenas um exemplo: o capitalismo não conseguiu eliminar o desemprego (existem hoje na Europa mais desempregados do que nos piores dias dos anos 30), conseguiu desmobilizá-lo e isso, digam o que disserem os neoliberais, devido às políticas de segurança social contra as quais se batem os defensores do liberalismo mais radical. Marx não terá tido em conta, pela sua parte, outro fenómeno desmobilizador: nos períodos de prosperidade, é maior a capacidade de luta dos trabalhadores, mas não são essas ocasiões «revolucionárias»; nos períodos de depressão, cresce o desemprego e, quando o sistema poderia encontrar-se à beira da explosão revolucionária, é naturalmente mais baixa a propensão reivindicativa e de mobilização política. Enfim, o sistema pôde, jogando com o seu próprio poder económico, contrariar as previsões do «grande afrontamento», até chegar ao momento em que começou a baixar, em todos os países industrializados, o próprio número de trabalhadores industriais. É aqui que voltamos a encontrar a interrogação final da nota anterior: uma mais sofisticada análise de classes adequada à evolução que se processa não dará pistas quanto ao futuro? Devemos cair no pessimismo de pensar que só vale a pena «pensar as sociedades» e as suas desordens, quando se tem poder para impor as soluções que daí podem decorrer? Nenhum dos filósofos do século XVIII *previu*, em rigor, a Revolução: eles limitaram-se a enunciar princípios da Razão aplicados ao ordenamento das sociedades.

Mais uma breve nota: o facto de se ter «forçado» a revolução anticapitalista em países que de nenhum modo correspondiam às condições das previsões de Marx, e de isso ter conduzido a um sistema *obviamente* distinto da sociedade «sem classes» que Marx anunciou, sem muito nisso se deter, não será uma contra-prova de que as suas previsões *estariam* certas? Finalmente, a lógica actual de evolução desses países não os aproximará bem mais do sistema capitalista mundial, espécie de retorno ou convergência que reforçaria essa hipótese, ou seja, a de que a «saída marxista» do sistema *não era aquela?*

13 de Outubro — Por teimar em discorrer sem peias e me recusar à militância em organizações, posso incorrer na acusação de militar afinal no mais radical dos individualismos — afirmando-me de esquerda. Dirão que tenho a obrigação de saber (se é que o não disse eu próprio várias vezes) que não se transforma uma sociedade através de acções individuais, sequer da sua soma. Que se todos adoptassem tal sobrançeria, nunca mais haveria qualquer transformação: individualismo *igual* a conservadorismo (igualdade com que, desde logo, estou de acordo). Que posso argumentar?

Em primeiro lugar que pretender manter alerta o espírito crítico não pode ser identificado com individualismo. Esse é não só o único «modo de estar» possível a um intelectual, mas é-o (ou *devia sê-lo*) a qualquer militante numa organização que não seja um mero rebanho, ou igreja. Um partido de militantes obedientes e a-críticos (sejam eles os chamados «intelectuais orgânicos»), mentalmente militarizado, é uma organização essencialmente *conservadora*, sejam quais forem os objectivos e os discursos. Piores, se assim se pode dizer, só os despudorados partidos de clientelas, onde, aí sim, individualismo e conservadorismo dão-se as mãos, cada um batendo-se pelos seus objectivos próprios (ser ministro, ser administrador, simplesmente ter influência, poder, privilégios, dinheiro), de colectivo vendo-se apenas um acotovelamento histórico para tomar as melhores posições. Pela minha parte, nada disso me diz nada. Mas não porque seja avesso, por princípio, a «organizações».

Aliás, só um libertarismo radical e, finalmente, fútil se não ab-

surdo, recusa totalmente a organização. Uma sociedade *ideal*, fundada na permanente conflitualidade de pequenos (ou não tão pequenos) grupos, em que constantemente se procurasse ultrapassar a dialéctica conflito/solidariedade, seria não só uma sociedade estruturada (logo, organizadora) mas sobretudo a única talvez em que seria possível compatibilizar organização e espírito crítico.

Por outro lado, se é certo que a organização colectiva (no plural, e não qualquer ou quaisquer) é fundamental como agente de transformação social, a acção e a palavra individuais *podem* ser, apesar de tudo, pequenas ou grandes pedras que ajudarão a pavimentar esse caminho. Um intelectual, por ser um actor individual, não pode, *só por isso*, ser catalogado de individualista. Dir-se-á que é cómodo adoptar essa posição. Respondo que *nunca* é cómodo parecer que se está de fora, estando dentro, parecer que se julga os outros, quando se está julgando a si próprio, ir apenas até onde se pode ir, parecendo *não querer* ir mais longe, numa palavra, assumir-se como se é (como se foi sendo *socialmente produzido e condicionado*) e não construir, por cálculo ou interesse, uma imagem do que se não é. Enfim, uma última observação: se só os militantes, tão escassos no fim de contas, pudessem estar isentos do ápodo de individualista, então não teria sentido sequer pensar em termos de qualquer socialismo. Há aqui que introduzir a noção de participação, muito mais alargada do que a de militância. Ao falar disso, ocorre-me uma objecção que em tempos me foi colocada por um economista húngaro, a propósito da análise do «socialismo de mercado» que fiz no livro *Sistemas Económicos e Participação Social*. Dizia ele, mais ou menos: «Tudo o que V. diz está muito certo, e é consistente, desde que se aceite o postulado de que o cidadão comum *deseja participar*. Mas isso é apenas um postulado e, como tal, é discutível e não pode ser provado. *E se não fosse assim?*»

Claro que não posso provar isso, nem o contrário. Mas se houve coisa que sugeriu o período de 74-75 foi que o postulado terá algum fundamento: nesses dias, em que era grande a margem para acções colectivas (por ser débil o Poder político, ou vice-versa), foi patente o desejo de participar na resolução dos próprios problemas. Faltou, porém, a apreensão da tal dialéctica conflitualidade/solidariedade, que poderá permitir integrar a níveis mais elevados essas «soluções

dos próprios problemas». Ou seja: é o contexto (habitual) de concentração do Poder que tende a impedir mesmo o simples *desejo* de participar. Transformar a sociedade será, antes de mais, libertar esse desejo. Mas, mesmo nesta sociedade, é surpreendente, apesar de tudo, a capacidade de iniciativa e a vontade de participação. Um intelectual de esquerda é *necessariamente* portador desse desejo de participação. De participação crítica — como a sua própria.

26 de Novembro — Sempre me ficou na memória a frase de Orson Welles no filme *O Terceiro Homem* (frase dele, pois não consta da novela de Graham Greene) sobre a Suíça: «Um país que é um modelo de ordem, de organização, de seriedade, mas o que deu ao mundo? O relógio de cuco!» Ao meter hoje o cachecol na manga da gabardina, ocorreu-me algo de semelhante: «O que aprendi eu em ano e meio na superlaboriosa e superorganizada Alemanha, já então (em 59-60) a caminho da grande prosperidade? Uma maneira excelente de não perder o cachecol!»

1 de Dezembro — Está em pleno a maré neoliberal, vinda, como quase tudo, de outras paragens. Curiosamente, agora que a moda é olhar para os países anglo-saxónicos, é de novo francesa, neste caso, a inspiração. Registo, ao acaso, um texto de A. J. Saraiva sobre o livro de Cândida Ventura, o livro de Pacheco Pereira e Espada (de que só li a elucidativa apresentação do Fafe, cuja longa série de artigos no *DN* foi divulgando tudo o que em França se ia publicando e discutindo sobre estas questões), a vinda recente de Rosanvallon a Lisboa, um novo artigo de A. J. Saraiva sobre «Democracia e Liberalismo», um artigo de Guilherme de Oliveira Martins, em que aspira a um «liberalismo de esquerda», enfim, há dias, a formalização do Clube da Esquerda Liberal.

É interessante que (quase) toda esta gente se preocupe sobretudo com «a liberdade», em abstracto, e bem pouco com as «liberdades em conflito».

Basta recordar, por exemplo, que liberdade empresarial e liberdade sindical são coisas conflituais, e não é por acaso que esta últi-

ma foi uma conquista difícil, pois era considerado, em nome da ideia liberal, que as «associações de trabalhadores» limitavam a liberdade individual (a tal liberdade em abstracto). Em França, foi preciso quase um século para revogar a famosa Lei Le Chapelier, do tempo da Revolução, e permitir a criação de sindicatos. Então em que ficamos? Porque não se reconhece muito simplesmente que o liberalismo nasceu intimamente associado à filosofia do direito natural e, desde Locke, o direito considerado básico e fundador da «sociedade civil» era o direito de propriedade? Por outras palavras, o liberalismo original — afinal o que hoje se esconde nas prosas liberais, sobretudo de gente que vem da esquerda — não era uma teoria da liberdade (ou «das liberdades») mas, no essencial, uma justificação racional da «liberdade económica», e foi essa que a burguesia pretendeu instaurar, contra as peias do Antigo Regime. «Liberalismo igual a raposa livre num galinheiro livre», disse alguém há tempos. Está tudo dito.

Quando se fala, pois, de liberdade, como um objectivo primordial e abstracto, num sentido marcadamente político — não é o problema da URSS que está sempre na mente dos neoliberais de extracção literária? — pretende-se, na realidade, ocultar a face económica do liberalismo, que é a sua verdadeira face: a da livre iniciativa privada, numa palavra a do capitalismo nascente. No plano teórico, um Burke e, entre nós, um Acúrsio das Neves, não eram partidários do liberalismo económico num Estado hierárquico, não-democrático? Na prática, o liberalismo económico, como é bem conhecido, está também longe de *implicar* o liberalismo político. Assim foi ao longo do século XIX, quando a explosão do capitalismo industrial conviveu com sistemas políticos em que o direito de cidadania se restringia às minorias com rendimentos mínimos comprovados (o chamado regime censitário). Assim continuou nos períodos de maior crescimento de uma França ou de uma Alemanha, com Napoleão III e Bismarck, e logo depois com o Japão. Assim volta a ser hoje, quando assistimos ao liberalismo (económico) radical de um Pinochet, aos exemplos de uma Coreia ou de Taiwan e, com maior contenção naturalmente, à dureza política de uma Thatcher ou de um Reagan, liberais (no plano económico) como ninguém. O que, de facto, preocupa os liberais não são as liberdades individuais, que foram arrancadas

passo a passo durante quase dois séculos, mas a liberdade de «emprender» e de fazer frutificar os seus capitais. Isto em termos ideológicos, claro, pois esses mesmos liberais sempre souberam aproveitar da melhor maneira as incursões do Estado na área económica, de que foram e continuam a ser os primeiros beneficiários.

Volto a alguns dos nomes citados no princípio. Liberalismo e esquerda: o que têm a ver? como se (ou não se) compatibilizam? Rosanvallon, sem excessivamente se entusiasmar com o neoliberalismo, diz contudo que a esquerda tem de passar de uma «cultura crítica» a uma «cultura de governo». Segundo ele, deixou de haver receitas, há que descobrir um «pragmatismo» face aos problemas postos à sociedade, face a uma imaginação bloqueada pela simultânea crise do marxismo. Cultura de governo? Pragmatismo? Em resumo: a esquerda tem de ser realista, deixar de se projectar no impossível, no utópico. Penso o contrário: é sempre, e cada vez mais, uma «cultura crítica» que a esquerda tem de desenvolver. Governar um capitalismo em crise não me parece ser a função essencial de uma esquerda que, como se sabe, é «chamada ao poder» nas alturas piores, em que tem de se meter ela própria nas mais fundas gavetas.

Guilherme Oliveira Martins, essa insuportável máquina de citações, aspira, esse, a um «liberalismo de esquerda». O que será isso? Diz que aspira ao mercado como «desestabilizador», como criador de uma dinâmica de mudança, algo que «obrigue a sociedade a mexer» (aqui cita Alain Mine). Mas a sociedade mexe, descanse. E quanto mais *tudo* for mercado, *tudo* for negócio, *tudo* se comprar e vender, mais lugar há para o liberalismo (o tal) e menos para a esquerda: a que pensa não na Liberdade mas nas condições da liberdade, não na Liberdade como um fim mas nas múltiplas liberdades como meios para que cada um possa viver, possa amar, possa participar, possa sair da ignorância ou talvez da miséria — possa *ser*, e não apenas *ter*. Estas combinações astuciosas, como «liberalismo de esquerda», fazem-me lembrar os «hegelianos de esquerda», ou os «gaullistas de esquerda». Ora quem se lembra hoje já, fora dos meios especializados, do Sr. Feuerbach ou do Sr. René Capitant? Não houve também, na sua origem, nazistas e fascistas «de esquerda»? A expressão «nacional-socialismo» não é, no fim de contas,

equivalente a «nacionalismo de esquerda»? É melhor não brincar com coisas sérias. E perceber que tais astúcias são meros alibis de que uns quantos senhores se servem na sua irresistível transição... para a direita. Veremos o percurso do recém-criado clube.

1985

12 de Janeiro — Encontro um amigo, ex-assistente da Faculdade de Letras, radiante por se ter libertado da tutela de um professor a que chama, no mínimo, fascista, e que é todo-poderoso num Departamento que vai povoando de dedicados servos e protegidos; ouço outro amigo, esse profissional dos melhores da nossa pobre rádio, amargurado pela autêntica perseguição que lhe foi movida, esta por um cacique do PS, e que o afastou de um programa que diariamente me deliciava. E recordo a famosa definição de «fascista» do Pereira de Moura, pouco depois do 25 de Abril — tão ridicularizada então. Acho que ele tinha razão: os pequenos ditadores de repartição, de Faculdade (e se conheço bem o que se passa em Letras, onde se reconstituíram, com outros medíocres, os feudos de outros tempos!), de empresa, de família são, de facto, exemplo de um fascismo interiorizado. São eles que explicam por que é aceite uma ditadura — são os nossos inimigos quotidianos. Não estamos em vésperas de qualquer novo fascismo institucional, mas a legião de «pequenos ditadores» que nesta democracia pululam, ditam sentenças, triunfam e passeiam as suas «importantes saúdes» é muito inquietante. E quantos deles mal se podem lembrar daqueles tempos. Houve qualquer coisa que *passou* desses tempos para os de hoje. Como foi?

Mais desconcertante é o caso de alguns homens muito estimáveis, com quem convivi de perto ou simplesmente encontrei em raras conversas, cuja imagem é de grande abertura, de grande generosida-

de e de notáveis capacidades nas respectivas profissões e especialidades. Homens activos, determinados, de muita experiência, de muita «vida», com ideias claras, gostam de ser admirados (venial, se pecado é) e... seguidos. Rodeiam-se de «colaboradores» ou «discípulos», que mal se dão conta de que o Mestre aceita tudo menos que o contestem, que o «não acompanhem», que o «não ouçam». Déspotas iluminados, estes? Será. Mas quantos deles não terão destruído muito espírito crítico em formação! Admirei os que conheci, mas nunca integrei as respectivas «cortes»: acho mesmo que foi essa a melhor prova de admiração e de estima que lhes podia dar. Sou dos que preferem os que, perante um suposto manjar, dizem: «Se é bom, não sei. *Eu gosto*», aos que comandam: «Prova, que é *bom*. Vais gostar!»

22 de Janeiro — Delicioso diálogo na TV, entre o impagável Luís Pereira de Sousa e a psiquiatra Lígia Monteiro, a propósito de fantasias/fantasmas sexuais. Ao ouvir referir o papel dos ídolos do cinema, da canção, etc. (os Julio Iglésias & Cia) nas fantasias femininas, reage o entrevistador: «Mas isso tem algo de adúltero!». Resposta: «Não tenho nada contra...» LPS salta da cadeira: «Mas então, e os maridos?!» Conclusão lógica da psiquiatra: «Esses que fantasmem com a Marilyn Monroe...»

Esta questão dos fantasmas sexuais, que antes se cingia às alcovas e aos círculos de fiéis da psicanálise, parece estar a chegar à ribalta das coisas públicas. Fazem-se artigos e inquéritos em revistas de grande difusão, e, pelos vistos, também já disso se ocupa a televisão. Reduto último da sexualidade (e da intimidade *consciente*), a sexualidade fantasmada é, a meu ver, se assim se pode dizer, a mais livre de todas, o que não quer dizer a mais gratificante. Quantas vezes muitos de nós se terão interrogado, perante indivíduos bisonhos e solteirões/onas no sentido tradicional, sobre como poderão viver «sem sexo». Poucos casos haverá, arrisco: muitos sobrevivem por via da actividade sexual fantasmada. Por não ser totalmente «cumprida», será frustrante, mesmo dramática mas, comandada pela memória e pela imaginação, permite *tudo*, incluindo um delirante diálogo com o mundo.

Este problema, assim olhado, não o tenho visto tratado, já que o tema surge sempre em termos de «sexualidade complementar»: se «se fantasma» durante o acto sexual; ou pelo meio dos afazeres quotidianos; ou se como suporte da masturbação, mas sempre supondo que em paralelo com uma actividade sexual normal. É claro que sim, os inquiridos (ou os articulistas, por vezes psiquiatras, por eles) contam muito livremente como, com quê, com quem, no tom de quem «se enriquece» com isso, de quem encontra nisso um alargamento ou uma diversificação duma sexualidade experimentada. É raro, no entanto, referir os fantasmas sexuais como elemento porventura vital de recusa da solidão (não só sexual) e também da realização de desejos que, consciente e assumidamente, não se *quer* concretizar. E, porque não, tantas vezes, de suporte dessa famosa instituição que é a família, quando ela se torna no mais insuportável lugar de solidão: quantos não sobrevivem nesse deserto afectivo e sexual à custa dos seus fantasmas sexuais? De que viveria, arrisco de novo, a imprensa e sobretudo o cinema pornográficos, se não fora tudo isto?

25 de Janeiro — Pelo meio da indigêneia temática e poética da música *rock* portuguesa, ficaram-me um dia no ouvido algumas palavras marteladas pelos «Já fumega»: «A ponte é uma passagem/para a outra margem.» E perguntei-me: que ponte? que margem?

É bem possível que, muito prosaicamente, aqueles rapazes do Porto se estejam a referir à ponte muito real sobre o Douro, *ao sair dali*, e que a margem seja tudo o que está para lá, Lisboa?, como para os lisboetas será Paris, Londres, «o mundo» — as cidades mitificadas onde nós «seríamos outros». Margem-mito, margem-aventura, margem-outro?

Mas ocorrem-me outras coisas. Lembro-me do Lafcadio do Gide (*As Caves do Vaticano*), do Ripley da Highsmith, do Kees Popinga do Simenon (*O Homem Que Via os Comboios Passar*). O crime gratuito, o último divertimento ou a última fuga — margem definitiva, irreversível, que corta todas as pontes, ainda quando só o próprio o saiba. Lembro-me também dos vários *enfants terribles*, os do Cocteau, mas também as Zazie, Sally Mara ou Lolita. Margem infantil,

ou adolescente, temporária, dos que acabarão por chegar a «bom porto» na idade adulta — como na *Infância de Um Chefe*, do Sartre. A menos que alguém não tenha encontrado a ponte... Lembro-me, também, de uma historieta que há tempos escrevi à pressa num papel de ocasião.

Todos os habitantes de uma pequena comunidade, com uma única exceção, são fervorosos amantes da limpeza, não tolerando um papel, uma beata, quase um grão de pó nas ruas da povoação. A exceção é um cidadão «ovelha ranhosa», que não se preocupa com isso, não se coibindo de deitar pontas de cigarro, ou bem pior, para os passeios e para os jardins. Os restantes, tudo gente muito liberal, aceitam sem problemas que ele viva no meio da sujidade, desde que nos limites da sua habitação: é o seu espaço privado, tem pois o direito de aí fazer o que entenda. Mas já não toleram que ele viole, nas áreas públicas, o direito à limpeza da maioria. Não foi difícil afinal encontrar uma boa solução. A simples existência desse cidadão «anormal» impunha a necessidade, de outro modo dispensável, de haver alguém que se ocupe da limpeza das ruas. Então, bastou que a Câmara contratasse o homem como varredor de ruas. Desta forma, cada vez que ele, como cidadão, deita um papel para o chão, ele próprio, como varredor, limpa a rua que acabou de sujar. O homem é, assim, *livre* de sujar a via pública (com o que democraticamente se respeita os «direitos das minorias»), sem que isso prejudique o direito da maioria a vê-la sempre imaculada. A maioria não só se vangloria da sua capacidade democrática para integrar um marginal, como tem ali, sempre à vista de todos, um excelente exemplo para os filhos de «como não devem ser» — se ambicionam ser mais do que varredores de ruas.

Por fim, nesta anárquica associação de ideias, lembro-me da hoje tão falada ponte que Portugal seria entre a Europa e a «margem» africana, dado, como se diz, «o profundo conhecimento que têm os portugueses das realidades africanas». Acho a maior graça a isto. Que portugueses conhecem alguma coisa dessas tais realidades? Os que por lá viveram anos e anos, e um dia, como se sabe, «retornaram». Não me consta que seja entre estes que se tem recrutado, ou virá a recrutar, os cooperantes e os técnicos que para lá se tem mandado. Destes, alguns talvez já antes se tivessem deslocado a essas

terras, mas por períodos curtos, insuficientes para adquirir o tal «profundo conhecimento». Não vejo, pois, que, para além da língua (esse, argumento de algum peso), os portugueses concretos, não os míticos, que vão àqueles países prestar assistência técnica, ou mesmo simplesmente fazer negócios, sejam melhores conhecedores da realidade africana do que franceses, alemães, italianos ou brasileiros, estes últimos por certo bem mais à-vontade nessas paragens do que qualquer jovem professor ou engenheiro português que lá cai pela primeira vez. De resto, acresce que a experiência dos que lá viveram, ainda que fosse utilizada, é coisa que se perde numa geração. Ou será que se herda de pais para filhos?

Esta é uma ponte que só os nossos políticos vêem: os europeus já lá estão, com o dinheiro que têm, que chega e sobra para não precisarem dos «nossos profundos conhecimentos»...

27 de Janeiro — A peça de Gorki *Os Veraneantes* (dada há dias na televisão) trouxe-me de novo à superfície uma questão que há muito me perturba, e que julgo ser em boa parte responsável por uma certa imagem de dureza, ou intolerância, que alguns me atribuem. É um facto que sempre tive, e continuo a ter, uma enorme dificuldade em dissociar a palavra (ou a obra, em geral) da vida e do comportamento do seu autor — de todos aqueles que me enviam mensagens escritas, faladas, filmadas, pintadas. Pressinto, melhor, sei que isso me torna muitas vezes injusto, que há obras indiscutivelmente brilhantes, estimulantes, belas, provenientes de autores por quem não tenho grande (se é que tenho alguma) consideração em termos humanos, no plano ético, ou político, por exemplo. Aliás, que não é uma atitude razoável, basta para o provar constatar que com isso penalizo (com que direito?) os autores actuais face aos antigos, os portugueses face aos estrangeiros, os lisboetas face aos «provincianos», os da «minha rua» face aos dos «outros bairros», numa palavra, aqueles sobre quem tenho mais fácil informação face aos desconhecidos (no que respeita à sua vida pessoal, e social). Ainda há tempos li o que diz Victor Segalen, no péssimo português do tradutor, que deixou intacto, ao prefaciá-la *Noa-Noa*, do Gauguin: «Alguns seres são excepcionais apenas num sentido, num eixo a cuja

volta roda [!!], ao que parece, o conjunto das suas forças vivas; no resto (economia doméstica, visitas de cortesia, sentimento do dever) podem ser burgueses, podem ser normais. Só tem que ver com o temperamento, o comportamento físico [??]: determinado escritor, que é esplêndido e arrebatado, de aparência carnal [??] pode ser um magro sacristão; de forma alguma o génio exclui o exterior digno e decente, uma vida de negócios e pontualidades.» Colocado de outro modo, é o mesmo problema da contradição entre o homem e a obra, ou entre a obra e a vida.

E, também, sei que Francis Bacon, um dos pais do espírito científico moderno, era um corrupto e um escroque; que Rousseau pôs na roda dos abandonados todos os seus filhos recém-nascidos, um por um («Os filhos de Rousseau»: belo tema para um grande romancista lhes traçar vidas imaginadas); que o divino Goethe desprezou o jovem Kleist, e lhe sabotou a estreia de uma peça, por ver nele alguém cujo génio lhe poderia fazer sombra; que Leibniz, por ânsia de dinheiro, vendia falsas genealogias, atestadas pela sua autoridade e prestígio, a famílias de bastardos da grande nobreza alemã, e era pouco escrupuloso na diplomacia e nos negócios (além de se suspeitar que escondeu os seus contactos com Spinoza, para lhe plagiar, depois de morto, uma obra então inédita). Também não preciso que António Barreto, na sua crítica aos «Avestruzes», me venha lembrar que se pode ser de esquerda e, ao mesmo tempo, ser vigarista, careirista, desonesto, etc. Sei, mas custa-me aceitá-lo. Como me custa aceitar uma atitude como a que transparece desta passagem do *L'amant*, da Duras: «Colaboradores, os Fernandez [amigos da Duras, em Paris, no tempo da ocupação]. E eu, dois anos depois da guerra, membro do P. C. F. A equivalência é absoluta. É a mesma coisa, a mesma tristeza, o mesmo pedido de socorro, a mesma debilidade de julgamento, digamos a mesma superstição, que consiste em crer na solução política do problema pessoal.» Aqui a questão é distinta, e situa-se no plano mais vasto dos labirintos da tolerância; pode ser-se amigo de um colaborador, sem de algum modo se colaborar? Mas não é por acaso que esse texto me ocorre, precisamente agora. Não consigo lê-lo sem um calafrio: pode assim desculpar-se *tudo*, com uma simples frase? No caso dos autores e das respectivas obras, pergunto-me: posso extasiar-me com a obra, e desculpar o

resto? Na realidade, não posso, isto é, não *sou capaz*. A Renatta, da *Cidade das Flores*, diz a Rosabianca, impressionada com a *Electra* de Ricardo Strauss: «Não gosto, ele é nazi e não gosto. Não posso gostar.»

28 de Janeiro — Vem-me à memória, sei lá porquê, a história do *groom* do Café Martinho (os poucos que ainda há, hoje chamam-lhes paquetes). Há uns vinte e cinco ou trinta anos ia muita vez, aos fins de tarde, ao Martinho, o da Praça D. João da Câmara, já desaparecido, não o da Arcada, templo do culto de Pessoa, hoje tão na moda — o culto e o café. Salão imenso, rectangular, apenas com meia dúzia de colunas esguias, muito altas, que ainda lá estão. Pelo meio das mesas circulava uma legião de *grooms*, miúdos dos seus 12 anos, que mudavam os cinzeiros, faziam recados, traziam tabaco e os jornais assim que chegavam (os jornais da tarde saíam pelas 6 horas, nessa época), chamavam o engraxador. Por lá parei alguns anos. Aos poucos, os miúdos iam crescendo e desapareciam — nem aquela fatiota cheia de botõezinhos e o queijinho típico no toutiço (como hoje só quase se vê nos alunos do Colégio Militar) se davam com rapazes mais espigados. Fui-me então dando conta de que um deles ia ficando sempre. Já com buço, borbulhas, ar de quase-homem, e lá continuava ele para um lado e para outro, no meio da miudagem. Parece que o estou a ver: dava uns ares ao José Cutileiro de então, com olhos claros, faces ligeiramente chupadas, nariz a atirar para adunco sem o ser. Impressionava-me vê-lo: pressentia que os outros tinham, cada um deles, arranjado o seu empregozito de adolescente e que ele — porquê? — não o conseguira. Perguntava-me se o iriam aguentar ali eternamente, *groom* já adulto, ou se simplesmente o despediriam um belo dia, quando a sua figura fosse já esteticamente insuportável. Nunca cheguei a saber. Entretanto o Martinho fechou. Que terá sido feito dele? Por onde andaré hoje?

Quantas perguntas destas ficam sem resposta! Que terá sido feito, por exemplo, daquele soldado que, em 1966, recém-chegado à cidade de Cabinda, onde a coisa na altura estava feia, chorava perdidamente, amparado por dois colegas mais serenos, à entrada do

único hotel do sítio? Terá escapado? Se escapou, recordar-se-á *ele* desse episódio?

E Jacqueline? Estudante estagiário numa fábrica próximo de Longwy, na Lorena, eu fora convidado para jantar em casa de um comerciante do Rotary local, cuja filha estivera a passar férias em Portugal. Jacqueline, uma francesinha muito loira, adolescente amiga da casa, fizera comigo a viagem de regresso, ao fim da noite, no carro da família, e saíra antes de mim. É então que a sua jovem amiga me informa, entre dentes, que a rapariga tinha uma doença incurável e não duraria muito tempo. Não as tornei a ver. Terá Jacqueline morrido? Teremos porventura, caso contrário, já alguma vez cruzado os nossos caminhos, em qualquer lugar, aqui, em França? O pouco que sabemos do mundo, dos outros, de tudo. Que chega, ainda assim, para disso nos fazermos, para sobre isso construirmos.

31 de Janeiro — Sempre que a minha filha chega a casa e diz «Hoje foi um dia tão bom!» — correram-lhe bem as aulas, ganhou o jogo de basquete, trocou olhares cúmplices com um colega, sei lá que mais — não consigo evitar lembrar-me, abusivamente, das últimas palavras de *Um Dia na Vida de Ivan Denissovich*, de Soliéjnistine (de que então apenas conhecia esse livro e nada mais: se fosse hoje, voltando ao tema de há dias, tê-lo-ia lido da mesma maneira?): «No campo de prisioneiros Sukhov adormeceu completamente satisfeito, feliz. Fora bafejado por vários golpes de sorte durante aquele dia: não o haviam posto no xadrez; não tinham enviado a brigada para o Centro; surripiara uma tijela de *kasha* ao almoço; o chefe de brigada fixara bem as rações; [...] comprara tabaco. E não caíra doente. Um dia sem uma nuvem carregada, sombria. Quase um dia feliz»

E um desempregado, que calcorreia por trabalho, ou se arrasta pelas ruas? E um empregado, que diariamente repete, a horas certas, os mesmos gestos maquinais e desinteressantes? E um velho, que frequenta, dias sem fim, os mesmos cantos da casa ou os mesmos bancos de jardim? Que pequenos nada lhes conseguirão fazer «um dia feliz»? Que sociedade é esta, de tão baixas expectativas, que a simples pausa de uma máquina, o tempo de uma beata, ou um banco

livre batido pelo sol cheguem talvez para tornar «feliz» um dia igual a todos os outros?

5 de Fevereiro — Já muito perto de Madrid, olho da janela do comboio e a primeira imagem que vejo é uma parede de fábrica, quase encostada à linha, e nela pintado em grandes letras brancas: «Ni despido, ni sanción, la Dirección al paredón!» Estaremos condenados a glosar eternamente o tema detestável da «brandura dos nossos costumes»? De facto, nem mesmo nos anos fortes de 1974 e 75 alguma vez vi operários reclamarem o fuzilamento do patrão. Sinais longínquos de uma guerra civil difícil de sarar? Ou qualquer fogo interior de que ela tenha sido a expressão limite?

6 de Fevereiro

«Dou por mim dezanove anos feitos, a estudar Economia. Por que não Direito, ou Medicina, ou Engenharia? Por que não outra coisa qualquer, ou simplesmente ter procurado um emprego? Ninguém me pediu opinião: no fim do 5.º ano, inscreveram-me numa alínea que me traçava o destino. Imagino, sei lá, uma violenta discussão, ou muitas, sobre o assunto, eu já deitado, batendo-se o meu pai pela nobre carreira das armas e opondo-lhe a minha mãe o argumento da minha fragilidade física, ou o do meu jeito para as matemáticas, ou, se a tanto se atreveu, o da persistência com que, desde muito miúdo, sempre respondi com os habituais disparates à inevitável pergunta ‘o que queres ser, quando fores grande?’, mas nunca me saiu esse, e seria até o mais natural. ‘Ora alguma razão’, parece que a ouço dizer, ‘haverá para isso’, o que ela bem sabia. De uma coisa estou certo: não foi dela que veio a ideia da Economia pois, se era isso o que desejava, terá tido a manha de sugerir todas as hipóteses menos essa. E assim me coube, se não me engano, uma profissão achada por compromisso, raríssima vitória materna em tantas e tantas disputas por dá cá aquela palha, e esta, pelo menos para mim, não o era. Adivinho o meu pai rematando a conversa, como que a mastigar o seu desaire: ‘Tivesse o rapaz ido para o colégio militar, outro galo cantaria!’

É claro que havia outras coisas pelo meio. Desde que me conheço que ouço a minha avó, casmurra e cliente assídua da

Manutenção, a repetir a graça, olhando de soslaio para o genero, de que 'capitão é nome de bolacha'. Isso já mal o irritava. Bem pior seriam, e serão, as constantes piadas de caserna, os sorrisos mal disfarçados que lhe foram acompanhando as promoções: alferes Capitão, tenente Capitão, os anos difíceis de capitão Capitão, a patente enfim ultrapassando o nome, e por aí fora, até onde for possível (ou as altas patentes acharem a justaposição ainda compatível com a dignidade militar). O que cairia na rotina e no esquecimento com alguém mais bonacheirão, dará para alimentar gerações de recrutas com um tipo crispado e certamente grosseiro e insolente como o meu pai. Serei optimista pensando que, ao aceitar ou contrapor 'Economia', ele terá, talvez inconscientemente, querido poupar-me a tais 'humilhações'? As da avó, as do quartel, e também os constantes àpartes maternos de que 'família de militar não é família nem é nada: ou andam com a casa às costas ou anda um para cada lado.' Fora ela que impusera, desde o princípio, a segunda alternativa e, dado o militar que lhe coubera em sorte, calculo as graças que dava a Deus. Mas antevendo em mim, necessariamente, o marido ideal para qualquer jovem casadoira, não desejaria à futura nora as penas (e os riscos) de frequentes separações, ou então a tal vida de saltimbancos que não dá sossego a ninguém.

Tudo isto são conjecturas, mas o que importa é que daí, ou de outra forma qualquer, eu vim parar a Económicas. Vendo bem as coisas, poderia eu, com quinze anos, ter decidido melhor? Estaria hoje mais satisfeito com o que eu próprio tivesse escolhido então? Acho que é uma violência ter que optar por uma profissão com essa idade, e que a sociedade perde, dessa maneira, muitas 'vocações' que então ainda não se manifestaram. Mas perguntará o filho do pedreiro se poderia ser outra coisa, e não servente? Resta que, se a escolha fosse minha, ao menos não teria a sensação de ter sido empurrado.

Confesso que me interessam bem pouco as balelas que ando a aprender. Não vejo o que estas altas matemáticas e estas teorias todas têm que ver com a vida real das pessoas, e estou para ver o que irei fazer quando isto acabar. Entretanto, como

nasci aplicado e avesso a fazer má figura, vou-me safando menos mal e um dia a minha mãe dirá às amigas que eu fiz um curso brilhante. Para ela, estará tudo bem.

Que o rapaz não gostava de fazer má figura, é verdade, mas creio que não foi coisa que lhe viesse de nascença, era antes a expressão de uma timidez quase doentia, de uma insegurança que lhe vinha em boa parte do confronto, a que assistia confuso, entre a desmedida convicção materna de que estava ali um génio, que havia que cultivar e proteger como uma flor de estufa, e a evidente desconfiança do pai, mulherengo e assíduo frequentador de primeiras filas do Parque Mayer e sequentes andanças pelos clubes nocturnos, para quem ele não passava de uma irremediável desilusão, fraco como uma menina, só bom para livros e estudos, algo entre o suspeito e o maricas. Durante muitos anos, JF conseguiu sem esforço estar sempre entre os primeiros naquilo em que se metia, o que não chegava para lhe apaziguar as dúvidas sobre a importância que isso teria, em definitivo, face a tudo de que se sentia incapaz e em que, por isso mesmo, não se punha à prova.

A propósito de timidez, contou-me uma vez JF o suplicio que foi para ele, até bem tarde, a ida periódica ao barbeiro, quando uma casual troca de olhares com a manicura ou qualquer anedota mais pesada contada por algum dos presentes lhe produziam imediato rubor que nem sequer podia disfarçar, ali pregado à cadeira, e pior ainda quando não encontrava palavras para dissuadir a mãe de, terminado o circuito das compras, o passar a buscar como se fosse uma criança, ali onde, já sem isso, se sentia um estranho e temia que todos o olhassem como o pai, onde desconfiava estarem-se a tramar a cada momento misteriosas combinações de adultos, ao ponto de o fazer associar a barbearia quase a um local de perdição, coisa que, é claro, ignorava o que fosse.

De outra vez, mais miúdo, lembra-se do pai o ter levado ao café, à beira da estação do Rossio, onde passava todas as horas livres quando estava colocado em Lisboa ou nas redondezas, talvez um dia em que o fosse levar ao futebol, ou quando desapareceu seis meses de casa e o ia pegar alguns sábados

ao eléctrico em que a mãe o trazia até ao Rossio, e logo havia de aparecer por lá uma cauteleira, pelos vistos velha conhecida do pai, que lhe pôs as mãos no ombro e o classificou alto e bom som de «belo rapaz» e com um malicioso trejeito de boca lhe vaticinou que «com uns olhos desses, ainda me vais sair pior do que o teu pai! Aproveita, menino, que a vida é curta», enquanto ele se assoava apressadamente para que ninguém visse o sangue subir-lhe às faces.

Enfim, ficaram-lhe também na memória os terríveis trajectos de comboio para o liceu, nos dias em que trazia fatos virados do avesso, com o estigma da algibeira no lado contrário, coisa que imaginava atrair para si as atenções comiseradas de todos os outros passageiros, e o obrigava a fazer a viagem de pé, virado para a porta. Isto passava-se em épocas de semipe-núria, quando o pai cortava nos gastos caseiros («vai tudo para qualquer marafona», comentava a mãe para quem a quisesse ouvir), e o dinheiro não chegava para substituir o fato já coçado. No liceu, JF esforçava-se por descobrir, ele que nunca reparava em tais coisas, mais meia dúzia de bolsos transviados, e olhava-os com terna cumplicidade. Mas, nesses dias, sempre se afastava dos amigos, temendo alguma piada, que não suportaria e que, de resto, nunca nenhum lhe deu. Teria preferido andar com os fatos num fio, como andavam muitos outros, a quem faltava o dinheiro mesmo para os mandar virar. Aquele bolso fora do lugar, sentia-o como uma estrela de David.

Já bem entrado nos trinta, JF toca nisto ao de leve, numa das suas notas. Assim: «Nos tempos em que ia ao futebol, observei uma coisa curiosa. Quando a bancada estava superlotada e chegava um retardatário, este tomava uma de três atitudes. A primeira, a do 'conquistador': arrastando por vezes a mulher e os catraios, avançava para o lugar que dizia ser o seu, cavalgava por cima dos pés dos já sentados e por fim exigia em altos berros o seu lugar, encaixava-se a ele e à família, ainda soltava umas graçolas de mau gosto e preparava-se para assistir ao jogo sem minimamente se preocupar para onde teriam ido os desalojados. A segunda, a do 'infeliz', que via tu-

do coalhado de gente, não ousava sequer avançar e acabava por mal ver o jogo, de pé numa das entradas, espreitando por entre os ombros de tipos mais altos, quase sempre perdendo os golos. Enfim, a terceira, a do 'cívico teimoso': este não prescindia do seu lugar sentado, mas estudava cuidadosamente com o olhar as várias filas, descobria um ponto onde era menor o aperto e só então avançava sem hesitação até lá chegar, pedia amavelmente para 'darem um jeito' e sentava-se sem mais problemas. Adolescente e já adulto, anos seguidos pertenci ao segundo grupo, felizmente que não era dos mais baixos. Depois, ganhei confiança, e passei ao terceiro: determinado, mas com a preocupação de não pisar ninguém.» Pisar o menos possível, estaria mais certo.

7 de Fevereiro — Diz-me a M. pelo telefone que morreu o Nuno Bragança. O choque foi muito para além do que eu próprio poderia antever: não sei catalogar a nossa relação, que de amizade não terá sido, mas apenas de nos sabermos sempre do mesmo campo e isso chegar para nos abraçarmos, talvez do fundo de alguma cumplicidade fundamental, de cada vez que, de longe em longe, nos encontrávamos. Não vou esquecer a última vez que o vi, uns dois meses atrás, quando passou os *Verdes Anos* na Cooperativa da Graça. Nem a última vez que o li, num artigo no *JL*, confissão patética de alcoólico enfim dolorosamente recuperado — contrição quase religiosa do seu último pecado. O Nuno terá sido um caso extremo (e incurável!) de desenraizamento social: aristocrata e católico, revoltado desde sempre com a injustiça e a opressão, que a sua classe e a sua religião (hierarquia, entenda-se) sustentavam, e de que viviam. Muitos foram os católicos que, como ele, contra isso lutaram — e contra si próprios, de caminho. Mas quase todos os que conheço, pelo meio de angústias e desordens interiores, acabaram por «se encontrar» — e alguns por bem se acomodar. Julgo que o Nuno nunca terá resolvido esse problema. Os seus livros são todos, um pouco, uma expiação.

Não terci sido seu amigo (e não serão afinal, como diz a Beauvoir, «as lágrimas que decidem?») mas, se estivesse em Lisboa, iria ao enterro e, ou muito me engano, sairia a meio de qualquer insuportável discurso de um dos seus «velhos amigos». Sinto que desapareceu um dos melhores da minha geração.

15 de Fevereiro — Artimanhas da lógica política. Vejamos: para a Esquerda ser forte, tem de enfraquecer o PCP, ou seja, Esquerda forte igual a PS forte, capaz de alternar com a Direita no poder, sem precisar de aliados. Mas, para o PS ser forte, tem de haver uma Direita forte, que suscite por reacção a união de toda a Esquerda em torno do dito PS. Era o que teria sucedido se Soares Carneiro tem ganho em 1980: unida e forte a Direita, durante o seu período de poder a Esquerda iria consolidando o PS como força de oposição e de alternativa.

Se assim tem sido, o PS estaria hoje no poder (ou em vias de lá chegar) em condições muito mais favoráveis, isto é, sem o PSD pendurado e sem o PCP a «apertá-lo» do outro lado. Logo, o PS seria governo de Esquerda, e não de Centro, como é forçado a ser nas condições actuais. Em conclusão, o verdadeiro interesse da Esquerda (que ela não compreendeu) estava na eleição de Soares Carneiro em 1980. Por isso mesmo, deduzo, Vasco Pulido Valente (autor deste brilhante raciocínio, em artigo saído há tempos na «Grande Reportagem»), único homem lúcido da Esquerda, fez parte do Comité para a Eleição de Soares Carneiro, só aparentemente para fazer triunfar a Direita: era tudo para tornar a Esquerda forte! No dia seguinte à eleição vitoriosa, em toda a lógica, o dito Vasco teria regressado de imediato ao PS a fim de se integrar no grande movimento de reacção que o faria medrar nos anos seguintes...

Ora eu, que aprecio teorias e generalizações, não posso deixar de levar um pouco mais longe aquele discurso: o que dele se tira é que devemos lutar sempre do lado que se opõe ao nosso, a bem deste. Por isso, também logicamente, o tal Vasco deveria ter-se mantido nas hostes da Direita, pois quanto mais forte esta, mais forte se tornaria a Esquerda. Só é curioso que, numa entrevista há uns meses, o mesmo maquiavélico político tenha afirmado que esteve no governo de Sá Carneiro porque esse governo não era de Direita: estaria ele lá então para fortalecer a Direita? Tudo um pouco confuso... Talvez por isso haja quem o conheça por Vasco polivalente.

22 de Fevereiro — Por vezes cruzamo-nos com rostos que nos reconciliam com o mundo. Na maior parte dos casos são rostos de

crianças, ou de adolescentes. Algumas vezes, de velhos. Quase nunca de adultos, esses crispados, tensos, ruminando frustrações, pressas, responsabilidades, preocupações — rostos sem desejo, sem alegria. Incomunicáveis.

23 de Fevereiro — Noto que a descrição que faz Eduardo Lourenço (no seu recente artigo pró-Pintasilgo) do comportamento dos políticos partidários que fingem não dar importância às próximas eleições presidenciais, não pensando noutra coisa, é uma excelente ilustração daquilo a que chamei «falsos avestruzes».

4 de Março — Apercebo-me subitamente de que a minha vida deixaria de ter sentido se estivesse certo de que não haveria um «depois de mim», mais precisamente, de que não existiria futuro para além de mim. Não porque pense que qualquer posteridade se venha alguma vez a ocupar com a minha pessoa, não chega a tanto a minha presunção. Mas porque gosto de me sentir inserido numa corrente que só o é por ter a continuidade assegurada, por me saber um grão numa construção que prosseguirá sem limite de tempo. Não será um pouco isto que diferencia esquerda e direita? Não serão justamente de direita aqueles que buscam a sua força, ou as suas razões, no passado «já construído», no que «sempre foi», só accitando as mudanças necessárias para que, como na célebre fórmula, «tudo fique na mesma»?

Ocorre-me uma espécie de demonstração por absurdo. Suponhamos que a dois homens já maduros terá sido revelado — como, e por que não duvidaram, pouco importa — que o mundo acabaria no preciso momento em que eles próprios o deixassem. Esses homens, um de esquerda, outro de direita, destinados sem o saber a morrer no mesmo instante, como se comportariam? Não se vê porque o homem de direita teria de alterar fosse o que fosse na sua vida: gozál-la-ia, o melhor possível, talvez mais tranquilo por pensar que, nos talvez quinze ou vinte anos que restavam, é bem provável que, finalmente, o mundo viesse a acabar «como sempre foi». E o de esquer-

da? É óbvio que ficaria desarmado, sem sonho e sem prolongamento. Incapaz de destruir a esperança e a convicção dos que continuariam os combates de cada dia, faltar-lhe-ia a determinação para os acompanhar. Virar-se-ia talvez sobre si próprio, sofreria, isso sim, com a ideia de que o mundo iria acabar «como sempre foi», e nisso enganar-se-ia. Mas haveria quem dissesse que «nos abandonou», que «se passou para o outro lado». Sem a ideia de futuro, sem um horizonte de desejos, e de utopias, renascendo outros homens, e mais combativos, a cada passo que se dá, até muito para além de nós — não há Esquerda possível.

11 de Março — Terrorismo. Fala-se muito do terrorismo «a sério». Mas quem já deu pelo pequeno terrorismo, o de trazer por casa, em que se exercem os fracos, os mediócrs ou as almas perversas? Em vésperas de exame, o colega que chegava ao pé de nós e nos dizia: «Só te faltou estudar o capítulo *x* da matéria? Estás tramado. É nisso que este professor insiste sempre!» Alguém que, simpaticamente, nos avisa: «Feriste-te num pé e não desinfectaste logo? Foi assim que o miúdo da minha vizinha foi desta para melhor...» Na bicha dos impostos: «Esqueceu-se da assinatura da sua mulher? Nem pense que lhe aceitam o papcl. O tipo que está hoje, já o conheço, é de gancho!» Claro que nunca saía a pergunta *x*, que eu vou escapar do inevitável tétano, e que o tipo do guiché afinal até é simpático e fecha os olhos. Mas há quem fique aterrado com estas coisas: eu próprio, em certas vésperas de exame, cheguei a assustar-me, bem me lembro. Aos poucos, fui percebendo, e deixei por completo de ligar aos pequenos terroristas. Quantas vezes, coitados, não têm outra forma de se afirmar: querem mostrar-se bem informados, «eles é que sabem», conseguem pôr em alvoroço (logo: exercer um *poder* sobre) uma bicha inteira que, depois de horas a pé firme, julga ter tudo mal preenchido.

Há muitos pequenos terroristas no jornalismo e na política. É mesmo disso que vivem alguns.

30 de Março — As modas, sempre as suportei mal, sempre detestei a ideia de *todos* se sentirem obrigados (porquê?) a fazer a mesma coisa, ao mesmo tempo. Muito cedo me interroguei, também, por que teríamos *todos* de nos divertir no Carnaval, o que nos levaria a fazê-lo sem necessariamente nos apetecer, e poderá haver divertimento contra vontade?

Vem isto a propósito da moda da ópera entre uma certa intelectualidade lisboeta. Custa-me a acreditar que, de repente, toda aquela gente, muita por certo de ouvido duro, tenha *mesmo* descoberto as delícias do drama lírico — para mais gravado, pois quantos desses novos prosélitos já terão assistido à representação de uma ópera ao vivo? Suspeito que é mais uma moda de importação, mas isso apenas explica o súbito frenesi dos *nossos* intelectuais, e deixa em aberto a questão maior: porquê tal moda nos países europeus, de onde nos vêm estas «originalidades»? Estranho nunca ter visto nos nossos jornais «culturais» tal questão posta e discutida, mas, pensando bem, o estranho é que estranhe, pois os que neles escrevem não são muito dados a questionarem-se a si próprios...

Chega-me às mãos uma conversa entre Gérard Mortier, director da Ópera de Bruxelas, e Rudi Fuchs, director do Museu de Arte Moderna de Eindhoven. Vejamos as respostas que dão àquela interrogação.

«A ópera é uma forma de arte muito ligada à época moderna, que se abre em começos do século XVI e, a meu ver, está agora a terminar. É bem possível que, enquanto criação, ela se apague com a época que lhe deu suporte» (Mortier). E Fuchs interroga: «A ópera parece-me o produto de uma época que viu o triunfo da burguesia. O novo interesse que actualmente suscita, não traduzirá uma certa nostalgia por uma época talvez em vias de desaparecimento?» «Essa nostalgia é seguramente uma das razões do actual successo da ópera», responde Mortier. Resumo do argumento: sendo a ópera um produto da cultura burguesa, filha do Renascimento e das Luzes, quando a civilização burguesa se aproxima do fim, um reflexo último, nostálgico, fá-la renascer numa espécie de canto do cisne, como representação, mas já não como criação. Não comento, por agora.

«Parece-me lógico que as salas de ópera se encham, no momento em que se esvaziam as igrejas. O ritual que se celebrava na igreja

foi-se dessacralizando, foi perdendo a *necessidade*, o seu sentido mesmo, aos olhos de quem já nem lhe descobre a essência. Ora nós temos necessidade de rituais, reconhecidos como tais; a ópera poderia ser o lugar de lhe [ao ritual] reencontrarmos uma forma, que a utilização da música permite. O sucesso da ópera deve muito à aliança do teatro e da música, sendo esta, de todas as artes, [...] aquela cujo efeito sobre o público é mais emocional, mais directo. No momento em que o sucesso de certos *media* contribui para desmitificar e despoetizar a imagem, à ópera pode reinstaurar uma mitologia» (Mortier). Leio: a ópera como lugar do imaginário, do sonho, da emoção, do rito e do mito, num mundo dessacralizado pela ciência, pela técnica e pela banalização da imagem.

«Há tantos artistas na Ópera: o compositor, o encenador, o libretista, o cantor, o cenarista...» (Fuchs). Comenta Mortier: «É por isso que a ópera é uma arte tão complicada, tão louca... Esta loucura explica também o seu sucesso actual.» Argumento na esteira do anterior: a loucura é a última fuga, a última desordem dos sentimentos, das emoções; a ópera... o mais louco dos ritos.

São argumentos interessantes, ponderáveis, em que apenas ressalvo o anúncio, pelo menos apressado, do «fim da burguesia» ou da «civilização burguesa». Mas julgo que não é necessária essa hipótese. Bastará falar de «crise». É a uma nova crise, mutacional esta, admito, do sistema capitalista mundial e, em consequência, dos valores culturais dominantes, que assistimos — aliás, na qual estamos envolvidos. Nela estão presentes, de forma *naturalmente* complexa e contraditória, as três grandes componentes que marcaram o desenvolvimento do individualismo: o renascentista — «o homem foi criado para agir», disse-o Alberti, é o momento da *afirmação*; o iluminista — o homem foi criado para pensar, criticar, é o momento da *razão*; o romântico — o homem foi criado pra sentir, para se emocionar, para se revoltar, é o momento da *revolução*, da *paixão*. Este último, que marca a crise de parto, ou já a primeira crise de crescimento, do capitalismo industrial, é também o tempo do primeiro irracionalismo, como fenómeno moderno. Teremos, mais tarde, uma nova vaga de irracionalismo nos anos 20-30 do nosso século, anos também de crise profunda, com coisas tão díspares, ou mesmo inconciliáveis, como os abstraccionismos ou concretismos (que, muitas

vezes, também podem ser vistos, na sua frieza, no seu rigor, se não na sua calculada geometria, como expressões do mais extremo racionalismo...), o surrealismo, a fractura dos discursos literário e musical, a psicanálise (com a sua sobrevalorização do inconsciente, e cuja constituição em quase-culto, com as suas fanáticas dissidências, data dessa época) e, no plano político, as perversões totalitárias. Enfim, e é o que me interessa, o irracionalismo de hoje, da *crise de hoje*: os misticismos, as seitas, as astrologias, os OVNI's, o culto de novos heróis, de aventuras no desconhecido (a astronáutica, a ficção científica), os integrismos políticos e religiosos, mas também um certo bucolismo ecológico, uma revalorização do sentimental, do emotivo, do intuitivo. Este é o lado neo-romântico da fase que atravessamos. Dele diz Duby, numa entrevista de 1981: «Cada época tem necessidade de uma referência anterior, de um século de ouro, onde vá buscar os seus modelos e os argumentos da sua própria vontade de existir. Sinto-me um pouco inquieto com a nossa, pois parece que a referência fundamental da minha juventude, isto é, a época das Luzes, a época da Razão, está a ser varrida por uma vaga de neo-romantismo. As referências hoje são a épocas menos 'razoáveis', menos racionais, digamos mais emotivas. Tenho algum receio desta ressurgência de um século XIX onde se encontra de tudo, desde o romantismo exuberante até às raízes da irracionalidade que desembocou em movimentos que ainda nos fazem arrepiar.» Mas se há esse lado, que se defronta com a Razão (perigosamente deixada à ciência e à técnica, quando a razão iluminista nascera de filósofos e fecundamente se alargou depois à ciência política, áreas que parece hoje viverem de um certo mastigar de ideias requentadas), há um retorno também a temas neo-renascentistas, com os homens comuns a reverem-se no Homem universal, «capaz de todas as proezas», e a gostarem de ver-se retratados na pintura (retorno ao figurativismo), no teatro (retorno à personagem), na literatura (retorno à narrativa), a «personalizarem» a música (a melodia, o canto, a ópera: aí a temos). É, aliás, curioso que os grandes centros do poder económico, que o fundam cada vez mais numa ciência altamente especializada, ainda que potenciada pela interdisciplinaridade, sintam a necessidade, para a gestão e funcionamento do sistema, de «generalistas»: num inquérito recente a departamentos de informática nos Estados Unidos,

alguém disse «precisamos de homens do Renascimento, que possam pensar e agir com espírito aberto» e, de um modo geral, «os gestores acentuaram que os generalistas, mais do que os especialistas, dão melhores contributos aos serviços de processamento de dados.» A expressão «um novo humanismo» aparece frequentemente, mesmo em publicações técnicas e... de negócios. De passagem, os neoliberais económicos, mais ou menos selvagens, que se opõem, esses, ao social, ao colectivo, a socialismos reais ou imaginados, acabam por se inserir nesta vaga cultural de revalorização do indivíduo, mas bem pouco, ou nada, têm a ver com ela.

Como dizia Duby, mas alargando-lhe o âmbito, em todas estas tendências, numa confusão que levará tempo a decantar, «se encontra de tudo»: quer na vertente romântica, quer na «humanista», o fascinante e o temível surgem lado a lado, quando não subtilmente imbricados. E a ópera? Parecia esquecida, mas, no fim de contas, é disto tudo uma excelente ilustração. Basta reler os argumentos iniciais para ver que também na sua nova popularidade se encontra de tudo (menos a Razão, naturalmente). Cerimónia iniciática, mágica, que pode levar à emoção até às lágrimas, como sucedia aos românticos, por vezes só de olhar a pena de um pombo, ou uma paisagem, ou um gesto da amada, mas também lugar onde o espectador-Homem se retempera do sonambulismo quotidiano, julgando reconhecer-se na força, e no paganismo exaltante, daquelas máscaras-cantantes. Não será a *moda* operática, nos dias de hoje, um sinal, entre outros, da confusão, da ansiedade, de uma indefinível esperança, das minorias «cultas», num mundo em transição não se sabe para quê? Mas que temem elas?

As evoluções abruptas do gosto não se dão por acaso. Era tempo de os neofanáticos da ópera, eles próprios, se interrogarem. Porque me recuso a acreditar que tenha sido *apenas* a Razão a guiar-lhes os gestos com que enfiaram a farpela da última moda.

27 de Abril — Quase um mês de ausência nestas páginas, absorvido por trabalhos profissionais que não me deixaram tempo para reflexões ou escritas. Sei bem que tais trabalhos, que agora me ocuparam a cabeça, cairão rapidamente no esquecimento, deixarão por

completo de fazer parte da minha vida, mas deles ficará o lastro de informação, preciosa por vezes, que colhi ao executá-los — e essa, a seu tempo, virá ao de cima, integrada *noutras coisas*. Quando recorro o passado, quase não encontro vestígios da minha actividade profissional, enquanto pontos de referência assinaláveis. Importantes, apenas as viagens (no seu conjunto, bem poucas individualmente), e mesmo essas sem ligação com o motivo profissional que as originou: que peso tem na minha vida *o que fui fazer*, se é que me lembro, a Maceió, à Baía, a Porto Alegre, ou ao Rio, quando estive em casa do Sérgio Bernardes? E *o que fui fazer* a Bruxelas, daquela vez em que isso me proporcionou encontrar-me em Paris com a M.? E a Macau, e tantas vezes a Luanda, e a Atenas, e a Bolonha? Claro que me lembro, nalguns casos puxando um pouco pela memória, mas o que *ficou* foi a informação, foi a experiência, foram sobretudo pessoas, coisas, situações — tudo a sedimentar, lentamente, melhor, a misturar-se no cadinho de ideias e sensações que é a minha maneira própria de ver e viver o mundo. Que espécie de trabalho andaria eu a fazer em 1967 ou 68? Do que me lembro bem é da *Seara Nova*, da ida (não profissional, essa) à Checoslováquia, da Jenny, das notícias que chegavam do Maio parisiense, das discussões no Vává, dos amigos que aí fiz (os meus amigos de hoje, muitos deles...), do encontro com o Fernando em Albufeira (os tanques a entrar em Praga), dos fins-de-semana nas esplanadas de Algés, da excitação com a queda da cadeira do Salazar, etc., etc. Que apertos profissionais terei tido nesses dois anos como o deste Abril? Não faço a menor ideia, esse passado não me pertence. Troquei-o por um salário.

A diferença entre trabalho e vida está em que, no primeiro, não sou insubstituível: qualquer um pode fazer o mesmo que eu. Na vida, ninguém pode.

28 de Abril — Escrevi há tempos numa destas notas que «a 3.^a Revolução Industrial se passa (como a anterior, aliás) *dentro* do capitalismo». Ao ler ontem mais um pedaço do *Burguês*, de Sombart, ocorreu-me a ideia de «acumulação primitiva de tecnologia», por analogia com a «acumulação primitiva do capital» — que é do que fala o Sombart, sem assim a nomear. De facto, levou três ou quatro

séculos a processar-se esta última, sem a qual o capitalismo industrial não teria sido possível. O arranque deste é marcado pela convergência histórica do alargamento dos mercados (permitido pela eliminação dos múltiplos direitos, de origem feudal, que dificultavam e oneravam a circulação de pessoas e mercadorias: à erosão desses direitos, que já vinha de há muito, veio juntar-se o golpe final das revoluções políticas burguesas), do desenvolvimento das técnicas de produção (e sobretudo das decisivas invenções de finais do século XVIII) e, enfim, da disponibilidade de capitais acumulados, em particular nas actividades comerciais, de transportes marítimos e no sector financeiro.

O capitalismo, pela sua própria natureza competitiva, é voraz de produtividade, de tecnologia. Mercados cada vez mais vastos, escalas de produção cada vez maiores, tecnologias cada vez mais sofisticadas, permitiram (e exigiram, ao mesmo tempo) uma imensa acumulação de capital — não sem que, periodicamente, tudo isso se desajustasse temporariamente, e produzisse as conhecidas crises, de maior ou menor dimensão.

Mas a acumulação tecnológica, a que chamo primitiva (que, note-se, vinha dos alvares dos tempos: é de *aceleração* que agora se trata), ia prosseguindo, sem gerar contudo «mutações» no sistema. A minha hipótese é a de que estamos a atingir um *limiar de acumulação* que tem efeitos qualitativos *substanciais*, em termos de reordenamento do sistema, ainda que não nos seus parâmetros caracterizadores enquanto «capitalismo». Até porque as «novas tecnologias», ao imporem uma radical desvalorização do capital produtivo acumulado na fase anterior, de algum modo transformam a própria natureza do capital socialmente entendido: os detentores do capital, no sentido tradicional, são obrigados a partilhar o poder com uma «nova classe», de técnicos, cientistas e gestores, detentores, estes, de uma nova forma de capital que é o «saber estratégico». Nunca como nos nossos dias terá havido tantos cientistas, investigadores e técnicos altamente qualificados a tornarem-se, eles próprios, empresários. Gouldner, no livro *O Futuro dos Intelectuais e a Ascensão da Nova Classe*, fala de ideologia do «profissionalismo» e de cultura técnica «como capital».

5 de Maio — Encontrei há dias, ao sair do dentista, o J., velho companheiro das lutas estudantis, e também dos torneios de futebol de salão. Já então militante do PCP, clandestino tempos depois, enfim preso, acabou por ser libertado julgo que por alturas do marcelismo. Perdi-lhe o rasto, mas não custa imaginar que tenha saído do país, e regressado só depois do 25 de Abril. Colocado fora de Lisboa, poucas referências apareceram ao seu nome na imprensa em todos estes anos, embora se saiba ser um importante quadro dirigente do partido.

Demos um grande abraço. Gostei de o (re)encontrar, ao fim de tanto tempo. Mas dei-me conta, no mesmo instante, de que a um tipo destes não se pergunta, como seria normal noutro caso, «então que tens feito?» Encontrar um dirigente do PC, de quem em tempos se foi amigo, é exactamente igual a encontrar um ex-colega que se tornou padre. Tem-se de tal modo a noção de que a sua vida é tão «fora do comum», tão determinada por uma fé e por um código de comportamentos que nos são alheios, que inevitavelmente se cria um estranho mal-estar na conversa que se esboça. *Eles* não vivem no século: irão eles ao cinema, como nós? Terão eles, como nós, fraquezas, dúvidas, vícios? Não estarão eles a reconhecer em nós, a cada palavra que dizemos, os «pobres pecadores» que somos? Falar-lhes de futebol, ou de uma relação amorosa, ou de um livro recente, ou de outra coisa qualquer, não será apenas expor-nos inutilmente, isto é, sem esperança de que eles próprios se exponham também? Poderá então ainda falar-se de *amizade*? É curioso que já senti algo semelhante, há uns anos, em conversas com outro amigo, devoto, esse, do divã psicanalítico, a que sacrificou, sem sucesso aparente, anos de vida e uma pequena fortuna.

10 de Maio

«A cidade é como eu. Quanto mais lhe percorro as ruas, quanto mais procuro conviver com ela, descortinar-lhe a alma, mais distante me parece. Quero sempre subir. Olhar de cima. Surpreender-lhe o sentido, num relance sobre o casario que se derrama pelas encostas das colinas. Mas acabo de ter, irremediavelmente, de descer às paragens mais rasteiras que já conheço. Numa rua qualquer, por onde passo na descida, uma criança sorridente fecha uma porta atrás de si, e sinto que algo de definitivo se interpôs entre mim e ela. Que nunca mais a reconhecerei, que nunca mais passarei por aquela rua, como não reconheço em mim a criança que já fui nem os percursos que já fiz. Cruza-se comigo um tipo andrajoso, que olha para a minha figura embrulhada num sobretudo, como quem mede o frio que nos separa. Dirigir-lhe a palavra? Oferecer-lhe melodramaticamente o sobretudo? Ridículo quixotismo de irmãzinha dos Pobres, de que, fosse como fosse, não era capaz. O sol ainda doira os cimos dos prédios, mas também ele se escapa, e breve irá morrer do outro lado da cidade, que mal se desenha já na neblina de fim de tarde. Encontro-me, de súbito, noutra rua, estreita mas cheia de movimento, em que a cada instante me tenho que esgueirar por entre gente que passa. Sinto-me bem aqui. Sou apenas mais um. Ninguém me conhece, diria mesmo que ninguém se conhece. Até que me batem no ombro. Um soldado do meu quartel espanta-se de me ver por ali. Dei-

xa-me embaraçado: com efeito, que faço eu, naquela rua, naquele bairro à margem das 'luzes da cidade'? Nem a mim próprio seria capaz de explicar. Invento qualquer coisa e prossigo. A noite que vai caindo empurra-me para baixo. Desço ruas e ruas. E por fim aí estou, de onde parti. Como se não tivesse dado um passo.»

Este papel sem data foi escrito (está anotado num canto) num pequeno café da Avenida de Roma onde, por sinal, muitas vezes marcámos encontro, ele sempre pontual já sentado à minha espera, coisa hoje impossível, aliás desde que o dono se deu conta de que um cliente em pé ou empoleirado a um balcão corrido ocupa menos espaço e está menos tempo, o que parece que é bom para todos, mesmo para os que não acham, e nos obrigou a ir mudando de sítio, à cadência com que os respectivos donos iam fazendo a mesma descoberta, até nos decidirmos por conversas de almoço, que para serem conversas pediam restaurantes sossegados, acima da bolsa do funcionário público, e por isso se tornaram mais raras e menos fluentes, pois tais cenários não foram feitos para despertar confidências, mas para «viabilizar» negócios ou romances em princípio de vida, desses que se assemelham a contratos a prazo, se o não são todos um pouco.

Se bem me recordo, o pai de JF, adivinhando cedo a sarilhada que iam dar os chamados «acontecimentos» de Angola em 1961, convenceu o rapaz a interromper os estudos e a fazer o serviço militar antes que fosse tarde, e moveu as influências que pôde para o colocar na Administração Militar, o que nem foi difícil pois era esse o destino dos economistas, mais complicado terá sido fazê-lo baixar ao Hospital Militar ao fim de pouco mais de um ano. A antecipação da tropa poupou ao rapaz ver-se metido, sabe Deus, em assembleias, greves da fome, lutos académicos, ou correrias pela Baixa no 1.º de Maio, decorria o memorável ano de 1962, mas nem por isso lhe evitou ser olhado, anos mais tarde, como um produto detectável a olho nu da perigosa «geração de 62», que afinal tanta gente importante veio a dar, já espigadota a democracia, como todos sabem.

É, pois, desse ano de tropa o texto de JF, o soldado lá está a balizá-lo, e aí temos o então estudante solitário, ocupando os fins-de-semana a calcorrear a cidade, encostando-se talvez horas fio ao parapeito do miradouro da Senhora do Monte, percorrendo sem parar, com ar de quem sabe para onde vai, como é próprio dos inseguros, as ruelas de S. Tomé, ou do Castelo, ou da Mouraria, noutros dias as da Bica ou da Madragoa, ousando uma vez por outra entrar numa leitaria para folgar as pernas e confortar o estômago com um bolo-de-arroz de bairro, desses massarocos mas saborosos que já pouco se vêem, para logo seguir caminho, umas vezes até ao Martinho, uma das paixões de JF, que acabou feito Banco em 68, sucesso que as crónicas desse ano também famoso nunca registam, outras até qualquer refúgio mais próximo de casa, que nessa altura já fora vendida a moradia da Linha e a família se transferira para um andar alugado nas Avenidas Novas, o que permitira ao major, com o dinheiro da transacção, um ano de pândega desenfreada.

Há naquelas palavras que deixei quase intactas, não fosse alterar-lhes o sabor juvenil com que exprimem perplexidades por que tantos passaram (e passam?) naquela idade, um misto de última confissão, no sentido religioso, de culpas e impotências de que se começa a intuir não serem só nossas, e de dolorosa iniciação à presença dos outros, naquilo em que nos tolhe ou nos desafia, nos exige de esforço e nos impõe de necessidades várias, entre elas a de nos definirmos perante eles e a de tentar, ao menos, estabelecer contacto, comunicar como hoje se diz, na desesperança fundamental de alguma vez verdadeiramente os conhecermos. JF estaria neste momento a encerrar o capítulo das angústias religiosas, que nele nunca passaram de um difuso temor de viver «sem rede», embora se não recorde de alguma vez ter confiado demasiado nela, não passando as obrigações da catequese e das confissões e comunhões anuais de mais umas, das menos gratificantes, que a mãe lhe impunha, e a encetar o das preocupações sociais, que descobria por si e mal sabia então até que ponto iriam marcar

a sua vida. Por esta altura, JF ia tornar-se um sôfrego leitor, e atento.

«Sei que não é ainda o tempo de escrever. Mas o impulso é muito forte, deixo correr o pensamento sem regra e ele me comandará a mão. Nem sequer apreendo o sentido desta história que me ditou: 'Antes de atravessar a rua, olhei para os dois lados. Não havia perigo. Atravessei. Acordei numa cama, após o acidente. Nunca cheguei a saber como foi. Julgo mesmo que ninguém viu, ninguém soube. Desde então, não tornei a olhar antes de atravessar as ruas. Sigo a direito.' Talvez um dia venha a compreender.»

Deveria ter perguntado ao meu amigo o que pensa ele hoje destas palavras, escritas em 1963? A sua resposta seria simplesmente a que entendesse mais ajustada não àquilo que era nesse tempo, mas à «gestão» que fez dos vinte e tantos anos que se seguiram. Não haveria nisso qualquer impostura: se foi assim que as coisas se passaram, é isso mesmo que se trata de explicar, não o que poderia ter sido.

Sucedo que é o jovem de então que me cabe tentar decifrar, e por isso me atrevo a imaginar nessa espécie de sonho o dedo de alguma leitura recente, de qualquer livro ou artigo desses que por aí pingavam de vez em quando, à chucha calada, vindos não se sabe de onde, edições parisienses, ou mexicanas, ou argentinas, destinadas a alinhar sem ficha em secções reservadas de bibliotecas de Associações de Estudantes, passadas a amigos seguros pelos que estavam no segredo dos deuses, forradas de papel opaco, e lidas pelos mais curiosos com dicionário ao lado, como se estivessem a fazer um trabalho de casa. Aquele «sigo a direito» cheira-me a um Sartre porventura mal digerido: só eu tenho de decidir o meu caminho, ninguém me pode dar conselhos, nem fornecer critérios, só os meus próprios actos me justificarão, me constituirão homem perante os outros, me farão «existir», porquê então olhar para o que os outros fazem, ou dizem, ou escolhem, antes de me pôr a caminho?

Mas posso estar errado. JF já levava anos de sobra para, inteligente e observador como sempre foi, se ter dado conta,

em casa, na Escola, na tropa, da teia de hipocrisias de que é feita a vida social, e ter apenas querido dizer que não há que ter contemplações com ninguém, a regra é «seguir a direito» pensando apenas nos próprios interesses, correndo embora o risco, se o ânimo faltar, ou a sorte, de ser esmagado a meio do percurso, como acontece com os fracos — e o merecem, não é o que se diz? Aqui começa talvez o «mistério» de JF, que não reconheço inteiro em nenhuma dessas exigências, ou reconheço um pouco nas duas, serão contraditórias?, já nem sei.

Estarei a ser um pouco cínico, mas, se na última interpretação substituírmos «ninguém» por os «exploradores» e se os próprios interesses forem «revolucionários», não será ela consistente com a empenhada militância de um jovem revoltado, que viria a ser a sua tempos depois? E não seria essa, afinal, a escolha que livremente fez para se «constituir homem perante os outros»?

16 de Maio

Só o ser amado realiza em mim a totalidade do meu desejo do mundo: não só desejo por ele próprio, ser amado, mas o do meu corpo por mil corpos, o do meu ser por mil seres, com que cada dia fugazmente me cruzo. Só a densidade da relação amorosa, só as misteriosas afinidades electivas, permitem cumprir em recíproco êxtase o que nunca passou de virtualidade, de fantasma — ou de efémera mutilação.

19 de Junho — Viagem pelo Norte, mais uma da peregrinação anual empreendida há uns anos, escasso contraponto para o viver citadino do lisboeta que sempre arreigadamente fui. Anoto algumas impressões, apenas isso, sobre terras, casas e gentes de um mundo que desconheço.

Perto de Guimarães, uma mulher só, há anos viúva de um erudito local, vendeu parte das terras e conseguiu dinheiro para restaurar o velho e degradado solar familiar, povoado de preciosidades e memórias (livros, retratos, móveis, objectos). Ela própria estudou documentos antigos, projectou as mais adequadas soluções decorativas, contratou e dirigiu os «artistas», a expressão é sua, e concluiu a obra em dois anos. Mulher que respira energia, e inteligência. Em Ponteira, Gerês por um lado, Barroso pelo outro, outra mulher só, camponesa essa, que partilha uma única divisão, austero espaço granítico rectangular, com dois filhos pequenos, desses que palmilham

quilómetros para ir à escola. Talvez a alegria com que oferece um inesquecível presunto, paga possível — excessiva — de uma ocasional boleia, lhe venha de uma vida comunitária, da regrada entreajuda, que não deixa lugar às urbanas angústias da solidão. Ou estarei eu a ser lírico, a cair em reaccionarices tipo «alegria da pobreza», de que fala o fado? Enfim, em Pitões, no Gerês, a dois passos da fronteira, «qualquer coisa de intermédio». O velho camponês que recorda, olho a brilhar, os sete anos que passou em Lisboa, pelos anos 30, princípios dos 40, o trabalho de salsicheiro num talho, os bailaricos do Alto do Pina, os companheiros que iam partindo para o Brasil, o regresso à terra para casar, a «entrega» da mulher à tutela do padre para regressar à capital (e à troça que dele faziam, por isso, os colegas de trabalho), enfim o retorno à serra, para cuidar dos pais, que os irmãos também entretanto se haviam raspado para o Brasil. Depois, a construção da família e do pecúlio, hoje razoável, durante quarenta anos. Mas o centro da vida familiar continua a ser o casarão granítico, com grande divisão única no 1.º andar, e um andar térreo onde se acotovelam bovinos, cabras e porcos. Naquela divisão, em aparente desordem, camas, mesas, arcas, a lareira, o tear e mil objectos do dia-a-dia. As múltiplas tarefas quotidianas, divide-as a família hoje numerosa. Netos chegavam ao fim da tarde com os bois, a filha tosquiava ovelhas, e cozinhava petiscos no restaurante (que há anos terá sucedido a alguma antiga tasca, porventura a fonte maior da prosperidade familiar?), a mãe cuidava dos quartos de aluguer (edifício «moderno», ali plantado sem gosto, outro investimento recente) e desenterrava de fundas arcas belas mantas de lã que vai tecendo quando pode.

Não vi nesta gente tristeza, algo a que se possa chamar resignação. Acomodados, conformistas, conhecedores dos limites em que se movem, por certo. Mas gente lutadora, enérgica, que não asseguro se possa catalogar sem mais na galeria supostamente típica dos tais «brandos costumes». É, simplesmente, *outra coisa*, que suspeito abundar por esse país fora. Uma espécie de energia afectiva, o oposto daquela com que, nas grandes cidades, se conquistam lugares e se fazem carreiras. Uma energia, mais uma, que irá ser desperdiçada (como sempre foi), em nome, hoje, de uma «modernização» de modelo internacional...

24 de Junho — Um nome mais a reter para uma antologia do humor involuntário em Portugal: um tal brigadeiro Kol de Carvalho, autor, segundo o *DN* de hoje, de um artigo na revista *Baluartes*, do EMGFA, sobre a «área real da Pátria» (a expressão é minha, claro). De acordo com a citação, o homem «afirma que a caracterização de Portugal como um rectângulo tem de ser repudiada e combatida pelo que encerra de ignorância, de intenção subversiva, de complexo de inferioridade». Com efeito, segundo ele, para além dos mais de cerca de 2000 km² da Madeira e Açores, há que contar com a zona económica exclusiva, «18 vezes a área territorial», e com o espaço aéreo, «19 vezes a mesma área territorial». Mas há mais: «A zona em que Portugal desempenha, em resultado de compromissos internacionais, o controlo do espaço aéreo e a vigilância de áreas marítimas, corresponde a 75 vezes a superfície territorial». Ora isto faz-me lembrar um professor de matemática que tive, que, perante a nossa dificuldade em imaginar *fisicamente* um espaço a n dimensões, nos dizia: «Se vocês pensarem bem, um ser absolutamente chato, isto é, apenas com duas dimensões, também não poderia *fisicamente* conceber a noção de volume, isto é, de um espaço a três dimensões...» Esta ideia simples leva-me a suspeitar de manifestas intenções subversivas por parte do dito brigadeiro: ele só fala em áreas, em metros quadrados, só raciocina «em superfície», comportando-se como o tal ser absolutamente chato, o que suponho não será (pelo menos neste sentido...). Se o não é, o que o impedirá de calcular «o volume da Pátria», o que nem é difícil: não será *infinito*? Que ousadas conclusões não poderia tirar daí, no que toca, e é esse o seu objectivo, à necessidade acrescida de «meios logísticos e operacionais, e meios de defesa» para as Forças Armadas! Naves espaciais, estações orbitais, raios laser, satélites, eu sei lá. Sempre achei que, quando nos pomos a sonhar, não há razão para se ser modesto. «Se me saíssem umas centenas de contos no Totobola...»: porque não «uns milhares», se o custo é o mesmo? «Se eu fosse o Presidente da República...»: porque não «o Presidente dos Estados Unidos»? Porque deixar os sonhos, as fantasias, a meio? Senhor brigadeiro, não seja modesto, sobretudo não revele tão ingenuamente o seu espírito timorato: a grandeza da Pátria em metros cúbicos, já!

27 de Junho — De tempos a tempos voltam-nos às mãos, casualmente, objectos ou textos que deixaram rasto em nós e de que, por via de arrumações, desarrumações, mudanças, falhas de memória, andámos anos fisicamente desencontrados. Lembramo-nos deles, de vez em quando, mais da sua existência e do efeito que então produziram do que, com algum rigor, do seu conteúdo. Gostaríamos de revê-los, relê-los, mas o esforço de os procurar (ainda andarão por aí, de resto?) não se afigura compensador.

Nos últimos dias vieram ter comigo dois desses sinais e, curiosamente, ambos tratando, a quinze anos de distância um do outro, da magna questão da certeza e da dúvida. O primeiro, na introdução a uma edição de 1956 dos *Ensaio*s de Montaigne, reza assim: «Ao tornar-se militante, a dúvida tornou-se também mais subtil. Montaigne, e Descartes mais tarde, teriam ao menos por indiscutível (não-sujeito-a-dúvida) um princípio: qualquer coisa é verdadeira *ou* não o é. Ora parece que temos hoje de renunciar a esse princípio: desde a invenção das *lógicas com diversos valores*, é possível escrever proposições simultaneamente verdadeiras e falsas. Vejamos um exemplo. Este livro, que folheio neste momento, contém uma certa quantidade de números (número da edição, números das páginas, números vários referidos no texto, etc.). De entre esses números, haverá de certeza um que é maior do que todos os outros. Chamemos-lhe N . N é, pois, o maior dos números citados neste livro. Mas consideremos o número $N+1$: ele é, ao mesmo tempo, citado e não citado neste mesmo livro! $N+1$ não é citado, já que é superior em uma unidade ao maior número citado no livro. Mas $N+1$ é citado, pois que a página em que acabamos de falar pertence a este livro.» O segundo, de 1972, é um interessantíssimo artigo intitulado «Será a economia uma ciência exacta?», do famoso Oskar Morgenstern, um dos pais da teoria dos jogos, e ocupa-se do problema da incerteza, palavra que os economistas preferem à prosaica dúvida. Foi a sua parte final aquela que tantas vezes desejei reencontrar, onde Morgenstern dá o exemplo de dois sistemas de equações a duas incógnitas, em que uma das equações é comum aos dois sistemas e a outra difere apenas, minimamente, num dos coeficientes (1,00001 num caso, 0,99999 no outro), ou seja, dois sistemas que se podem considerar, na prática, como iguais. Na realidade, ao determinar as soluções, verifica-se

que assim não é. «Os coeficientes diferem de duas centésimas milésimas, mas as soluções diferem de 200 000. Será necessário acrescentar mais algum comentário?» Assim termina o artigo, aviso sério aos descuidados malabaristas da economia matemática.

Quando a própria matemática prega partidas destas, de que podemos estar certos em áreas bem menos rigorosas, por exemplo quando se trata de comportamentos humanos, de psicologias, sociologias e coisas afins? Pode falar-se de coisas «plausíveis», de tendências «verosímeis», de hipóteses «razoáveis», mas de *certezas*, ou *demonstrações*, como? Será melhor falar-se de convicções, quando não de crenças, ou de fés.

Tudo isto veio em boa altura. Não foi, aliás, por acaso que fui buscar, ao fim de muitos anos, o Montaigne, e isso me trouxe de volta um dos textos perdidos. Se o fiz foi porque li há pouco o Kundera, que tanto me lembra, em certas passagens, o Abelaira. Ambos têm muito a ver com estas questões: com a dúvida, a «postura interrogativa», mesmo com a teoria dos jogos, que, sem o saber, abundantemente utilizamos nas relações quotidianas, até (ou sobretudo?) no amor. Um exemplo do Kundera, quando Tomás se interroga sobre «o que fazer com Teresa», que finalmente mal conhece: «Deve-lhe propor que venha instalar-se em Praga? É uma responsabilidade que o apavora. Se a convida agora a vir passar uns dias a sua casa, ela virá imediatamente oferecer-lhe a vida inteira. Ou deve renunciar? Nesse caso, Teresa continuará a ser erizada num cervejaria daquele buraco de província e nunca mais a verá. Quer que ela venha consigo ou não?» E logo adiante: «Nunca se pode saber o que se deve querer porque só se tem uma vida, que não pode ser comparada com vidas anteriores, nem rectificadas em vidas posteriores. É melhor ficar com Teresa ou ficar sozinho? Não há forma nenhuma de se verificar qual das decisões é melhor porque não há comparação possível. Tudo se vive imediatamente pela primeira vez, sem preparação.» São fórmulas extremas, que de algum modo negam aquilo a que se pode chamar a «experiência da vida» como critério de escolha, e que afinal têm algo de sartriano. Porque o que está em jogo não são apenas sentimentos (é isto amor? ou não?) ou até questões morais (isto, ou aquilo, pode ser melhor para mim, mas para ela? *devo* fazê-lo? com que «direito»? não estarei apenas a «encenar» a

minha própria personagem?), a isso se encarregará de responder, pelo menos em parte, aquilo que eu próprio decidir. O que está sobretudo em jogo é uma dúvida fundamental, a que levarei uma vida a responder, a tal «única vida», sobre a forma de, na escuridão, me relacionar «com o Outro».

Outra passagem, tão abelairiana: «Que escolher, então, o peso ou a leveza? Foi a questão com que se debateu Parménides, no século VI antes de Cristo. Para ele, o universo estava dividido em pares de contrários: luz-sombra; espesso-fino; quente-frio; ser-não ser. Considerava que um dos pólos da contradição era positivo (o claro, o quente, o fino, o ser), e o outro, negativo. Esta divisão em pólos positivos e negativos pode parecer de uma facilidade pueril. Excepto num caso: o que é positivo: o peso ou a leveza? Parménides respondia que o leve é positivo e o pesado negativo. Tinha razão ou não? O problema é esse.»

Foi bom ter relido há pouco *A Cidade das Flores*: o amor, a amizade, a militância política, as ideologias — já então, para o Abelaira, nada disso podia ser tratado em termos de preto ou branco...

Já agora: esta semelhança entre Kundera e Abelaira, existe mesmo ou fui apenas eu, ser muito singular (como todos), que a «senti»? A minha tentação é pensar: se, ao ler o Kundera, me lembrei do Abelaira, isso prova que a afinidade é bem real. Mas, porventura, cada leitor, com as suas referências, memória e imaginação próprias, viu mil outras semelhanças, que me não ocorreram. Mas então, no limite, no livro de Kundera (ou noutra qualquer) estaria *tudo*, o que não é «razoável». De onde se pode, extremando, concluir o contrário: que não está lá *nada*, ou melhor, que só lá está o que cada leitor vê, o que também não parece «razoável». O que é que *lá está*, de facto? É apenas uma estrutura, um qualquer invariante que os críticos modernos se aplicam a detectar? Mas, se fosse só isso, qual a liberdade do romancista, qual o seu mérito?

Numa entrevista pouco antes de morrer, referindo-se às reacções de psiquiatras à sua *História da Loucura na Idade Clássica*, Foucault dizia: «Conheço vários psiquiatras que, ao discutir o livro na minha presença, intitulavam-no, por uma espécie de lapso simultaneamente lisonjeiro e divertido, o 'Elogio da Loucura'. Alguns consideram-no uma apologia dos valores positivos da loucura contra

o saber psiquiátrico... Ora, a 'História da loucura' não é sobre nada disso, basta lê-lo». E sobre outro livro, *As Palavras e as Coisas*: «Essa ideia de 'descontinuidade' a propósito desse livro acabou, com efeito, por se vulgarizar. Provavelmente serci eu o responsável. Não impede que o livro diga exactamente o contrário.» De novo: porque lêem as pessoas «o que lá não está»? Ou estará, sem que o próprio autor se tenha dado conta? Armadilhas da linguagem? Mas como? *Qu'est-ce que la littérature?* E, por hoje, basta de dúvidas e de interrogações.

11 de Julho — (Registo um texto que há dias escrevi, na estação de Coimbra-B, à espera do comboio para Lisboa.)

Nunca ouvi a minha voz tal como os outros a ouvem: apercebo-me bem da diferença quando a escuto num gravador e me dizem que a reprodução está perfeita. Ou seja, não conheço (a não ser por essa via artificial) a minha-voz-para-os-outros. Isto resulta, julgo, do efeito de ressonância dos sons que emito dentro da minha caixa craniana: ouço-me «por fora», como os que me ouvem, mas, ao mesmo tempo, também «por dentro».

Esta questão da ressonância vocal sugere-me, por analogia, outra bem mais importante: o que sou para mim, e o que sou para os outros. Para os outros sou o que faço (fiz), onde incluo o que digo (disse) — ou, mais precisamente, a parte disso que eles conhecem, daí que eu não seja *o mesmo* para todos, para além de que eles próprios «são» todos diferentes e diferentemente julgarão a mesma informação a meu respeito. Ora para mim, tudo o que faço e digo é apenas o resultado, face a situações concretas, de tudo o que sinto, penso, imagino, julgo, sonho, conheço, de tudo o que, ao longo da minha vida, fui sentindo, pensando, imaginando, julgando, sonhando, conhecendo. Sucede que é *única* a colecção desse tudo que já vi, senti, toquei, li, etc. É essa a minha individualidade, a minha diferença relativamente a todos os outros, e nunca a poderia exprimir totalmente por palavras ou actos, ainda que o quisesse, e poderia nem o querer. É essa experiência única e indizível o-que-sou-para-mim. Existe, pois, também aqui, uma necessária ressonância, de algum modo análoga à da voz — mas, neste caso, nenhum gravador me poderá dar a conhecer o que «sou-para-os-outros».

E se eu estivesse numa ilha deserta? Então seria *uno*, isto é, apenas haveria o ser-para-mim, já que a questão crucial da relação com os outros estaria, se assim se pode dizer, resolvida por omissão. Esse ser-para-mim, cuja própria designação diferenciante perderia sentido, nada teria que ver com o ser-para-mim «havendo outros». O haver outros é *parte* da minha experiência: penso, *actuo* face a outros, eles condicionam-me como eu os condiciono. O que os outros são-para-mim (diferente do que são-para-eles) determina em parte o que sou-para-eles (e, portanto, também o que sou-para-mim, já que essa relação se integra na minha experiência individual). É a presença dos outros — do Outro — que me torna *dúplice* *malgré moi* e que, impondo-me um ser-para-mim, digamos, «socializado», verdadeiramente *me responsabiliza*: não posso falar de responsabilidade numa ilha deserta.

Tudo isto está no centro do problema da comunicação, esse impossível-necessário. Só em raros momentos de eleição, julgo *estar certo* de que sinto, penso e sonho exactamente o mesmo que um outro. Ilusão/certeza de ter penetrado no ser-para-ele, de aí ter aberto uma brecha, de conseguir olhá-lo *de dentro*, como ele próprio se olha, e reciprocamente: é a *fusão pressentida*, só possível no amor, o estádio mais próximo da comunicação, quando os «seres» se entregam *impensadamente* sem cálculos nem pudores.

24 de Julho — Recordo uma anedota que me contaram na Polónia. Numa aula, o professor pede a cada aluno que escreva numa folha de papel três nomes de países amigos. Um único aluno não menciona a URSS. Perante a estranheza do professor, o aluno explica: «A URSS não é um país amigo, mas um país irmão.» «Qual a diferença?» Responde o aluno: «É que os irmãos, a gente não escolhe...»

É isso mesmo. Numa família, só o casal se escolheu. Numa família alargada, incluindo tios, primos, avós, etc., só os vários casais se escolheram. É certo que o papel tradicional da mãe nos primeiros tempos de vida, os hábitos comuns, as brincadeiras e episódios da infância, tornam tão particulares as relações no interior da família, que se pode admitir como *natural*, no sentido corrente da palavra, o facto de perdurarem, vida fora, laços de amizade entre pais e filhos,

sobretudo entre irmãos. Mas muitas vezes isso não passa de uma convenção, e outras, só mais tarde, já na idade madura, arrefecidos ânimos antigos, se acaba por ter a «ilusão da amizade», para além de «tudo o que se passou» (e passaram-se, talvez, terríveis conflitos, invejas, se não mesmo ódios, em torno, ou não, de questões de família...). Ou seja, não aceito que, por quaisquer imperativos de sangue, muito menos morais, os pais ou os irmãos *devam necessariamente* ser os «nossos melhores amigos», ou simplesmente nossos amigos, e vice-versa. Porque não houve escolha — e bem o compreendeu o aluno polaco (ou o autor da anedota).

Pela minha parte, a família foi muito mais um lugar de tensão e de guerrilha do que de confraternização e amizade. Foi o primeiro lugar onde me quiseram impor regras, onde me distribuíram papéis que se me ajustavam mal, onde me pregaram valores e me deram a ver a sua negação, onde, inconscientemente é certo, me tolheram naquilo que, isso sim, é *natural* em cada um de nós: a liberdade (e a capacidade) de dispormos de nós próprios, de seguir o nosso caminho. Lição útil, afinal. Desde então detestei tudo o que tivesse essa função: igrejas, partidos, tropas, agentes de virtude, todos os que nos *querem* à fina força fazer felizes, enfim, todos os guardadores de rebanhos.

31 de Julho — «Eu, por mim, sou independente. Por que hão-de querer que eu seja hoje da mesma opinião que há seis semanas? Nesse caso, a minha opinião seria o meu tirano.» Isto diz uma daquelas personagens de salão parisiense, no *Le Rouge et le Noir*, de Stendhal.

Vem hoje no *DN* o «Apelo dos Independentes» à candidatura presidencial de Mário Soares. Independentes? De quê? De quem? Independentes, só por não serem (ainda) do PS? É pouco. Mas chega para continuarem a sê-lo, o que convém obviamente ao candidato. Todos os partidos sempre gostaram de ter os seus «independentes», aquilo a que é costume chamar, quando se trata do PC, os *compagnons de route*, o que permite que, ao mesmo tempo, *sejam* e não *sejam*. Estes 700 independentes são, pois, os *compagnons*, se não do PS, pelo menos do Dr. Soares, se é que a distinção faz sentido. Em

suma, são uma espécie de MDP do Dr. Soares, o que os torna candidatos privilegiados a saborosas recompensas que ele não deixará de distribuir. Com excepção daqueles para quem esta assinatura não é mais do que uma espécie de pagamento diferido, nem sequer elevado, afinal, de «carinhos» já antes recebidos. Este manifesto é, também, um passo mais no longo processo a que, desde a juventude, vamos assistindo: a entrada na ordem de tantos que andaram tresmalhados pelos mais «insensatos» ideais, se não pelos mais desvairados radicalismos e extremismos. E de tantos outros que se vangloriavam de não se quererem meter na política, que se proclamavam intransigentemente... independentes. Uns e outros se acham hoje reunidos, pelo «Apelo», no reconhecimento das imensas virtudes do Dr. Soares, a quem alguns, não há tanto tempo, chamariam com desdém trifulha ou troca-tintas. Envelhecer é, talvez, justamente isso: perder a independência. Os pintores marginais às escolas académicas, que, no século XIX, faziam escândalo com os seus *Salons des Independents*, não são hoje comprados por milhões de dólares? A sua pintura (não eles, que em tantos casos morreram na penúria) foi «integrada», tornou-se, por sua vez, clássica — o que é uma forma de envelhecer. Em política, estas coisas passam-se mais depressa. E, depois, há sempre o argumento da personagem de Stendhal...

10 de Agosto

Ao deixar a Faculdade, JF vai aprender à sua custa, em pouco tempo, que o mundo se parece pouco com o dos livros da «Colecção Azul» devorados pela mãe depois de jantar, lido e relido como uma Bíblia o John, Chauffeur Russo ao ponto de se lhe soltar a capa, que errou pelos cantos até o rapaz perder a paciência e a repor com cola Cisne.

No último ano de curso o pai saíra de casa por uma vez, e aguardara apenas os últimos exames do jovem finalista para cessar o envio das curtas mensalidades a que a contragosto se obrigara. Chefe de família improvisado, o meu amigo viu-se forçado a ter de se empregar quase de um dia para o outro, o que nem era problema por aí além, pois os principais grupos económicos disputavam-se então os tenores de cada formatura, e bem precisavam deles, pois a época era de bons, e novos, negócios: ele eram os bancos que compravam e os investimentos no «Ulramar», ele eram o tomate, as rações (para animais e para a tropa colonial), as celuloses, o açúcar, ele eram os acordos com estrangeiros, que começavam a chegar em força. Foi assim que criaram, sem dar por isso, aquela geração de tecnocratas que viriam, poucos anos depois, a aborrecer-se com o Marcelo, e ainda hoje nos aborrecem a nós.

A pressa é que estragou tudo: JF teve de aceitar o primeiro convite que um desses grupos lhe fizera ainda antes de terminar os estudos, mas contrafeito, pois desejara ter podido esperar para se candidatar a outra empresa, de um grupo rival,

essa ainda só no papel, era cedo de mais. Explicou-me, na altura, que não só era profissionalmente mais interessante (estagiara em França nesse ramo, e achara àquilo alguma graça, o que até o surpreendera, confessou-me), como seria um começar a partir do zero, de algum modo participar de um acto de criação, ignorava ele a ferocidade com que os românticos criadores em poucos anos se baterão pelas promoções e as influências, e tecerão uma rede de intrigas, insinuações e subserviências, a «organização informal» segundo os especialistas, que lhe pintam as virtudes desburocratizantes. Três meses passados, azar de JF, a apetecida empresa começa o recrutamento. O rapaz consulta alguns colegas, e professores bem situados no meio, e todos o encorajam a dar o passo fatal, que deu, talvez desajeitadamente, mas o resultado seria o mesmo, pois ninguém o informou de que os tais grupos rivais mantinham um acordo secreto para não desafiar técnicos um do outro, a bem da saúde dos negócios, e assim em pouco tempo se viu desempregado: o segundo não o recebe, em cumprimento do acordo, enquanto o primeiro o despede, ofendido pela falta de lealdade do jovem economista, que ainda por cima fora tão honrosamente convidado. É mesmo o altíssimo patrão quem o manda chamar e lhe anuncia a «boa nova», aproveitando para o informar de que só lhe interessa gente disposta a esgatanhar-se para chegar ao topo, «o que bem poucos conseguem, claro, mas todos julgam que sim», e que esse não era obviamente o caso de quem, ao fim de tão pouco tempo, já se queria passar para o «inimigo» por ridículas razões de interesse profissional, «pois, muito bem, que vá para onde quiser!» De uma assentada, JF ficou a saber uma quantidade de coisas úteis e teve de se pôr, agora mais ansiosamente, à procura de trabalho.

São desse período dois pequenos textos do meu amigo.

«No olhar do novo engraxador do meu café leio o imenso vazio de uma existência vegetativa. Só aparece à noite. Trabalhará de dia? Estará desempregado e foi tudo o que pôde arranjar? As calças de cotim cinzento, o casaco de ganga — mais parece uma qualquer farda de trabalho — dão-lhe o ar

de ter saído há pouco, atingido o 'limite de idade', de um asilo, talvez da Casa Pia. Não teve sorte, onde veio cair. A clientela de estudantes, que por aqui abunda, não se preocupa demasiado com o brilho dos sapatos. O rapaz passa a noite encostado à parede, de mãos nas algibeiras. Encostado à parede. Sem emoções visíveis, indiferente.

É dos que partiu vencido. E, no entanto, alguém teve nas suas mãos 'fazer dele' outra coisa: pô-lo a pensar, ensinar-lhe a lutar, interessá-lo na vida — difícil, por certo, mas vida. Nada disso: desde criança lhe vestiram um uniforme, o fizeram marchar calado e obediente para o refeitório, para as aulas, para a capela, para o dormitório, para toda a parte. Calado. Obediente. O que lhe deram a conhecer foi a autoridade fria, a desumanidade, a incompreensão, a resignação. A indiferença foi a sua defesa, frágil vitória que o divorciou do mundo, que o deixou vulnerável a todas as agressões. Talvez esses 'educadores' com alma de sargento não tenham feito mais, no fim de contas, do que agir em nosso nome. Indivíduos como este são modelos de virtudes cristãs, são cobaias exemplares, a sociedade em que vivemos precisa deles. Como o são também, cobaias exemplares, outros que, 'educados' nos mesmos asilos, pelos mesmos processos, nunca puderam ser dominados e, rebeldes, um dia acabarão no crime. A Justiça (a sociedade) precisa também de criminosos: é mais fácil do que tornar justa a própria sociedade, e as fotografias de frente e de perfil que deles aparecem nos jornais incitam os adolescentes (os 'sãos', mas nunca fiando) a afastar-se dos maus caminhos. Todas as noites, a uma certa hora, o meu engraxador sem freguesia é vencido pelo sono, sempre encostado à parede de mãos nas algibeiras. Ocorre-me então que seria altura de lhe fazer cair na frente todos os sapatos deste mundo, e obrigá-lo a engraxá-los sem parar, noite fora, até à manhã seguinte, tarefa a que, estou certo, humildemente se entregaria. Seria uma maneira de lhe fazer passar o sono, e não é afinal o que ele pretende, engraxar sapatos? Mostrar-lhe-íamos assim a noossa generosidade, evitando ao mesmo tempo que insista em ter sono à mesma hora do que nós.»

O jovem economista autoflagela-se, assumindo a sua parte de responsabilidade na sociedade injusta que fomenta a resignação e a passividade, e disso sobrevive. Não é ainda a consciência política, mas a expressão incipiente do acumular de pequenas revoltas, uma percepção da impotência, ou de «uma grande dor». Recordo, por sinal, terem sido precisamente estas as palavras que JF usou para me descrever o que sentiu quando, em 1962, soube da prisão de um dos seus colegas da Faculdade, um activista associativo para quem as constantes lutas, reuniões, comunicados, eram obviamente bem mais importantes do que os livros de economia, que só apressadamente folheava nas vésperas dos exames, e que, sabe Deus porquê, o escolhia de vez em quando para lhe confiar os seus entusiasmos ou desânimos, e falar-lhe de mil coisas que desconhecia, parecendo-lhe às vezes que «sabia tudo de tudo, menos de Economia», como se isso lhe tivesse vindo do berço, tão natural como precisarmos de comer e beber, tão vital como o sangue que nos percorre, e por isso mesmo JF o admirava, e, tão invejado ele pelos seus brilhantes sucessos escolares, o invejava em silêncio.

Terá sido porventura a lembrar-se ainda desse colega de que não voltou a ouvir falar, que JF escreveu, anos depois, num canto de jornal, esta curiosa historieta, a que chamou «A metade da verdade»: «A cada intelectual que entrevistava para o seu programa, tinha o locutor de lembrar: 'Pode dizer tudo o que quiser, mas deixo-lhe a escolher: se disser tudo, será de certo o último que entrevisto. Se disser só metade, ainda poderemos ouvir as metades dos outros que aqui vierem.' Tal como os outros, também aquele preferiu dizer só metade. A metade da sua verdade. O programa foi proibido no dia seguinte.»

Faltava a JF ler dois ou três livros decisivos, que em breve o acaso lhe poria nas mãos, e conhecer o dia-a-dia de uma fábrica num país estranho, para onde involuntariamente o atirou a intransigência do tal «grande chefe». Poucos meses depois de ter ficado desempregado, voava o rapaz, contratado por um industrial português, para um país da América do Sul. Faria 25 anos já sob um calor tropical.

7 de Setembro — Diz Montaigne (1580): «[o homem vê-se a si-próprio] nu e vazio, reconhece a sua debilidade natural, e está disposto a receber do alto uma força que lhe é alheia. Desprovido de ciência humana, está tanto mais apto para acolher em si a divina: para abrir mais espaço à fé, aniquila a razão [...] É uma folha em branco preparada para receber das mãos de Deus as linhas que ele se digne escrever nela.»

Diz Hobbes, no *Leviathan* (1651): «O entendimento das pessoas vulgares, a menos que esteja turvado pela submissão aos poderosos, ou pelas opiniões dos doutores, está como o papel branco, apto a receber qualquer coisa que a autoridade pública deseje imprimir nele.»

Diz Locke, no *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1690): «Suponhamos que a mente é, por assim dizer, uma folha em branco desprovida de quaisquer caracteres, sem nenhuma ideia; como vem ela a ser preenchida? De onde obtém esse vasto armazenamento que a imaginação activa e livre do homem aí gravou com uma variedade quase infinita? De onde tira ela todos os materiais da razão e do saber? A isto respondo numa palavra — da *experiência*; é nela que todo o nosso conhecimento se funda e, em última instância, é dela que ele próprio deriva.»

Diz, enfim, Mao-Tse-Tung (1958): «Para além de outras particularidades, o povo chinês de 600 milhões de homens tem duas características notáveis: é pobre e é 'branco'. Coisas más, na aparência, boas na realidade. A pobreza incita à mudança, à acção, à revolução. E sobre uma folha branca, tudo é possível, podem nela

escrever-se as mais novas e belas palavras, pintar-se os mais novos e belos quadros.»

Deus, a autoridade terrena, a experiência, o Partido revolucionário. Curioso leque, que ainda hoje ajuda a preencher muitas daquelas folhas brancas que são... os boletins de voto.

23 de Setembro — Uma entrevista de John McEnroe, n.º 1 do ténis mundial, ao *Spiegel*, faz-me voltar ao Hobbes e à sua descrição do estado de natureza: «Assim, na natureza humana, encontramos três principais causas de conflito. Primeiro, a Competição; depois, a Desconfiança mútua; enfim, a Glória. A primeira faz os homens disputarem-se pelo Ganho, a segunda pela Segurança, a terceira pela Reputação. [...] Daqui decorre manifestamente que, enquanto os homens vivam sem um Poder comum que os mantenha a todos em respeito, eles estarão naquela condição a que chamamos de Guerra; e tal guerra é de todos os homens contra todos os homens.» Para Hobbes, só esse Poder forte, esse Leviathan acima da lei, possibilitará aos homens a vida em sociedade, a passagem da Barbárie à Civilização.

Que diz McEnroe? «Na América, ensinam-nos assim: tenta ser sempre o melhor, só o óptimo é que serve para te realizares. Fui educado assim. Essa ideia faz parte do *American Way of Life*.» «Ser o n.º 2, ou o n.º 3, ou mesmo o n.º 4, ainda aguentaria. Mas não sei se por muito tempo.» «Quando, no ano passado, o Lendl me ganhou em Paris, passei a pior noite da minha vida. Enfici quinze cervejas para dormir e não consegui, tal era a minha raiva.» «No ténis profissional, é como no boxe, com a única diferença de que ninguém mata o adversário com um murro. Tanto no ténis, como no boxe, por mais triste que isto seja, um tem de perder, e o resto não conta. E quando digo perder, não se trata de uma mão-cheia de dólares.» «Para viver, já me bastam os rendimentos. O que não sei é se poderia aguentar o mesmo nível de vida. Habituei-me a uma vida de luxo e quero mantê-la.» Competição, disputa pelo Ganho; Glória, disputa pela Reputação — não será isto? Também o patrão de uma grande multinacional escreveu um livro, dirigido ao americano médio, intitulado *Get a chance to be the first* (qualquer coisa como «agarra a

oportunidade de ser o primeiro» ou, melhor, «arrisca ser o primeiro»). E muitos outros exemplos não faltarão.

Quanto à questão da desconfiança mútua, ainda há tempos me chegou o relato de uma conferência empresarial nos E. Unidos, em que, perante a crescente dificuldade de conseguir fazer seguros de responsabilidade civil com prémios razoáveis, os chefes de empresa atribuíam esse problema à «natureza litigiosa do público americano» e sugeriam que se ensinasse aos jovens, desde os bancos da escola, que «não existe sociedade sem risco, logo, cada um deve assumir alguma responsabilidade pela sua própria segurança e pelos riscos normais da vida quotidiana». Traduzindo por miúdos: não devem passar a vida a desconfiar uns dos outros, e a ir para os advogados e para os tribunais por dá cá aquela palha. Também uma revista americana dizia, a respeito do problema da «liderança» nos E. Unidos: «A América é individualista e pluralista, nela abundam as clientelas e os interesses, cada um dos quais, ao que parece, tem por trás um grupo de advogados. A liderança é difícil numa sociedade litigiosa, que tende a querer tudo explanado em contratos.» Aí temos, pois, a desconfiança, o litígio, a luta feroz pela segurança *contra os outros*, que estão na origem de grande parte dos riscos da vida em sociedade. Em resumo, não teremos aqui o curioso paradoxo de ser a sociedade aparentemente mais avançada e mais civilizada do mundo aquela que mais se assemelha ao «estado de natureza» que Hobbes pintou, à «guerra de todos contra todos», ao conflito permanente pelo dinheiro, pela segurança e pela glória?

E, já agora, no pólo oposto, não será a burocracia tentacular soviética, esse monstro acima da lei que mantém coesos os «homens das estepes», um exemplo modelar, único, do Leviathan hobbesiano?

Ao querer fugir do Leviathan que lhes tolheria a iniciativa (e os negócios...) estarão os mais intransigentes liberais a querer levar-nos para o estado selvagem da civilização americana? Não vejo por que teremos de escolher *apenas* entre uma coisa ou outra.

9 de Outubro — Eleições há três dias: o triunfo da virtude. Cavaco, Manuela Eanes, Martinho multiplicaram-se em profissões de fé na honestidade, seriedade, competência, desinteresse, comovido em-

penhamento nos problemas do «português desconhecido», contra a politiquice palavrosa e oportunista dos partidos (e se o PSD sabe do que fala!), contra o pecado das ideologias — enfim, clamaram por uma política virtuosa. Foi do Bem que se falou, nunca do Poder (e das Ideologias), que era o que estava em jogo. Convém não esquecer que foi de puritanas virtudes que se fez a acumulação capitalista, foi nelas que assentou a ideologia da burguesia ascendente: desde o florentino Alberti até ao americano Franklin, que alinou treze virtudes (Temperança, Silêncio, Ordem, Parcimónia, Castidade, Honestidade, etc.) e se propôs privilegiar uma por semana e anotar os desvios cometidos. Disso nos falaram os teóricos do «espírito capitalista» — Weber, e também Sombart: «*Virtudes* do espírito, virtudes do carácter, que se traduzem por sua vez numa disciplina do nosso ser natural e numa ordenação do intelecto e da vontade». Os liberais de hoje já esqueceram estas origens virtuosas e austeras do capitalismo inicial, e todos eles são temores perante «utópicos» discursos, em que julgam adivinhar a virtude de iluminados candidatos a ditadores. Eles lá sabem porquê: é que já de há muito os empresários capitalistas esqueceram essa lição de «diligência e frugalidade» (Alberti) que há uns séculos fez constituir o património original dos seus pais fundadores. Se tivessem referências históricas, é bem provável que fosse em Mandeville (que Franklin conheceu, aliás) que se apoiassem, se bem que, na sua expressão famosa «Vícios privados, virtudes públicas», a palavra *vício* tenha o sentido de «interesse individual» ou «egoísmo», o que não é incompatível com uma aparência virtuosa de pugnar pelos interesses próprios e... ganhar dinheiro. Virtuosos foram, pois, os burgueses da acumulação primitiva. Como foram também, a seu modo, militantes e chefes revolucionários. E até ditadores de extrema-direita. Não se candidatam hoje a essa imagem um Reagan (e a sua «Moral Majority»), uma Thatcher? E Cavaco, não fez dela o seu trunfo eleitoral? Temê-lo-ão os neoliberais?

Por mim, toda a virtude feita política me incomoda. Mas a questão é de ideologia, claro — não de virtude. E se por virtude se entende a defesa de valores colectivos, contra a política assente na febre individual de fazer dinheiro, não tenho nada contra. A virtude de Cavaco, ou a de Eanes (tão parecidos, afinal), só me pode irritar,

mas não me assusta. Arrepiam-me, isso sim, a forma como escondem a ideologia por detrás das virtudes que apregoam, e destas pretendem fazer uma política a-ideológica. Se os empresários hoje já não precisam de «ser virtuosos», ajuda-os muito ter dirigentes que se dizem tal... Falo sobretudo de Cavaco. O eanismo é apenas uma tontice.

31 de Outubro — Há dias, numa sessão no Porto, M. Lourdes Pintasilgo terá dito (registo de memória, pois deixei fugir o jornal que trazia a reportagem): «A ciência é neutra, não tem nada que ver com a moral ou com a política.» Não me surpreende que tenham sido essas as suas palavras, pois tenho-a visto recusar a validade actual da clivagem esquerda/direita, na esteira dos defensores da morte das ideologias, acabando por, partindo de diferentes pressupostos, adoptar também uma posição «virtuosa», de cunho pragmático, que parece ser o que «está a dar» entre nós (já me referi a isso na nota sobre as recentes eleições). Ora M. L. Pintasilgo, que, contra os políticos tradicionais, gosta de se assumir como engenheira, familiar das ciências e das técnicas, tem obrigação — *mesmo* visando objectivos eleitorais, ou sobretudo por isso — de não esconder aquilo que certamente sabe: que a ciência, se é que alguma vez o foi, cada vez é menos neutra, e mais tem a ver «com a moral e com a política», e com poderosos interesses económicos. Poderá mesmo dizer-se, talvez desde Hiroshima, que, pela primeira vez na História, muitos deixaram de ver nela «o Progresso», para a olhar com «Medo»: medo do nuclear, medo das manipulações genéticas, medo do controlo totalitário por computadores, medo da «Guerra das Estrelas», etc. Bastaria, aliás, ter lido um artigo do *Expresso* de Agosto passado («Os pacifistas que fizeram a bomba atómica») para se aperceber das ligações íntimas entre ciência e política, quando os grandes nomes da Física dos anos 30, depois de terem tentado um pacto de silêncio quanto ao potencial *político* das suas descobertas, acabaram por, induzidos por uma avaliação errada do que se estaria a passar na Alemanha, ser eles próprios a propor a Roosevelt a construção da bomba atómica: «Fui eu quem carregou no botão», viria Einstein a reconhecer mais tarde. E, justamente, se depois se vieram a dividir quanto à Bomba II (Oppenheimer recusando-se, Teller colaborando

entusiasticamente), não foi por razões científicas, mas por razões políticas e ideológicas. Foi a Guerra Fria que os apartou, não questões de Física das partículas...

E hoje: já se pensou o que poderão dar as manipulações genéticas nas mãos de outro qualquer Hitler? Terá sido Hitler o último Hitler da História? Isto não colocará problemas de ordem *moral e política* aos cientistas (já há ecos disso, aliás)? E não é, em grande parte, tributária de créditos de Defesa a investigação científica em áreas avançadas? Que independência têm os cientistas na escolha dos seus domínios de investigação, quando é daí, ou então de grandes potentes económicos (em que impera a lógica do negócio e do lucro), que lhes vem o financiamento? Não terão os cientistas, enquanto cidadãos que são, que se preocupar com as implicações *morais e políticas* dos resultados do seu trabalho, com o uso que deles *pode* vir a ser feito? É, afinal, porque tudo isto é assim, porque não é possível uma política de investigação científica neutra, acima das ideologias, que os cidadãos deviam estar informados destes problemas — e não esconder-se-lhe que eles existem. M. L. Pintasilgo, se disse aquilo que julgo ter dito, prestou um péssimo serviço aos ditos cidadãos. Aliás receio que esta moda do fim das ideologias (tão atrasada, aliás: Daniel Bell escreveu o seu livro *O Fim da Ideologia* nos anos 50; moda ideológica, portanto) esteja a produzir um recuo sério numa área que já andava mais ou menos clarificada: a das relações entre os intelectuais, em geral, e a política. Com efeito, contrariamente aos cientistas, considerados (erradamente, já se viu) como detentores de um saber acima de qualquer suspeita, os intelectuais — pensadores políticos, filósofos, homens «de cultura», sociólogos, economistas, etc., especializados descendentes dos homens que, dois ou três séculos atrás, corriam em simultâneo sobre todas estas disciplinas — vieram a ser reconhecidos, já no decorrer deste século, como gente portadora de ideologia, cujo saber, sempre difuso e contestável, *suportava*, mais ou menos indirectamente, a intervenção «na sociedade», ou seja, a intervenção política, ainda que eles próprios, com frequência, se mantivessem distantes. Até não há muito, distinguia-se com facilidade os intelectuais de esquerda dos intelectuais de direita, pela atitude e pelo discurso, mais do que pela sua presença no debate político. De resto, muito antes que esta demarcação estivesse

definida, o exemplo dos iluministas do século XVIII ilustra bem o papel de intervenção política que obviamente tiveram (ou vieram a ter posteriormente) em acontecimentos históricos decisivos, para além da sua própria prática, vontade ou intenções. Bastará ler um capítulo de Tocqueville, no *L'Ancien Régime et la Révolution*, significativamente intitulado: «De como, em meados do século XVIII, os homens de letras se tornaram os principais homens políticos do país, e dos efeitos que daí resultaram», onde, aliás, ele sublinha o facto de que nunca «fizeram política». Contra o intelectual-ideólogo escreveu Julien Benda em 1927 *La Trahison des clercs*, em cujas páginas se batia, face à onda de ideólogos de direita que punham o pensamento ao serviço da política mais reaccionária, por restituir o intelectual ao papel asséptico e neutro que, de qualquer modo, já não podia ser o seu. Verberando os intelectuais que «alimentam quotidianamente as paixões e ódios políticos», Benda vaticinava que, a prosseguir essa tendência, «o nosso século será propriamente o século da organização intelectual dos ódios políticos», no que não se enganou, se traduzirmos os ódios políticos por confrontações ideológicas. E está certo assim: se existem ideologias, se elas se combatem, o intelectual não pode ficar neutro, faça o que fizer. Por mais neutro que queira parecer, e aqui retomo os ambientes caseiros, um belo dia vemo-lo a assinar um manifesto do Dr. Soares, ou a aparecer contrafeito na campanha de qualquer Cavaco, ou mesmo de um Soares Carneiro (e nem foram muitos, por isso não se esquecem). Não pode ficar neutro, como não o podem também os cientistas: a diferença está em que a intervenção destes, bem mais ameaçadora — mesmo que mascarada, sinceramente até, de não-intervenção —, se faz no segredo das suas torres de marfim. Não das nossas, portuguesas, claro: os cientistas que contam para os destinos do mundo não se passavam pelas Universidades ou pelos laboratórios portugueses (o que não dispensa os nossos cientistas de se pronunciarem, pronunciando-se ou não, sobre a função política da Ciência). Aliás, feitas bem as contas, algo de semelhante se acaba por passar com os nossos intelectuais, impenitentes corceias de transmissão de outros pensamentos, vindos de distantes «centros de produção cultural»... Sei do que falo. E por isso me penitencio — dizendo-o.

5 de Novembro — Contraponho dois recentes textos do *Monde*. O primeiro, a propósito do Nobel de literatura atribuído a Claude Simon, é um depoimento inédito do escritor sobre «o ofício da escrita», de 1971: «[na pintura] foi-se compreendendo pouco a pouco que os grandes assuntos obrigatórios constituíam apenas *temas* ou, se se preferir, pretextos, e que Ucello, Veronese ou Delacroix não ‘representavam’ a *Batalha de San-Romano*, as *Bodas de Caná* ou a *Entrada dos Cruzados em Constantinopla*, mas apenas ‘apresentavam’ (ou diziam) essas ‘realidades’ propriamente pictóricas que eram certas relações de linhas e de cores, e que eram precisamente essas ‘relações’ [...] que constituíam os verdadeiros *assuntos dos seus quadros*. [...] Num certo sentido, a literatura tem hoje uns 100 anos de atraso relativamente à pintura: enquanto esta já há muito não tem necessidade, para ser respeitada, de se justificar pelo pretexto de ilustração de um facto importante [...], só há pouco tempo, graças aos gigantes que nos precederam (Proust, Joyce,...), pode o romance (mas sempre ao preço de quantos sarcasmos!) apresentar-se como aquilo que é, isto é, tomando a fórmula sugestiva de Jean Ricardou, não mais como ‘a narração de uma *aventura*, mas como a aventura de uma *narração*’». O outro texto, a propósito do roubo recente de um quadro de Monet, historia as desventuras dos primeiros impressionistas, recordando que o Estado francês, em 1894, recusou um legado de quadros dos grandes mestres da «escola». E prossegue: «Tal dilate não é, pensando bem, mais lamentável do que essa comédia do eterno consentimento que tem marcado, desde esse contra-senso quase histórico, tudo o que toca a cultura, conceito tão prestigioso quanto vago. Os avós que não souberam ver são renegados pelos netos, que se tornaram *yes men* culturais, por medo de virem a ser ridicularizados pelos seus próprios netos. Os avós tanto disseram não, que os netos riscaram a palavra do vocabulário. Assim se construiu, via jornais e *vernissages*, uma civilização do sim, que nada terá crivado por si mesma, ou bem pouco. Não há, desde então, abominação estética que não tenha as suas *chances*, por temor deste ou daquele de ‘passar ao lado’. Assim se consente tudo, em nome da ‘invenção’, da ‘ideia’, ou mesmo do ‘achado’. Mal se sabe que um pintor (?) compõe quadros (?) sentando-se-lhes em cima

para espalhar a tinta, logo ele é objecto de sinais de interesse, que infelizmente pouco têm a ver com o sentido de humor.»

Constato, antes do mais, como permanece em aberto o grande debate sobre a natureza da obra de arte e sobre *os critérios de a avaliar*. Questões como as de arte pela arte/arte-função, forma/conteúdo, figurativismo/abstraccionismo, estrutura/tema, etc., atravessam estes textos, com o dramatismo que decorre de ambos se situarem na contemporaneidade, aí onde o risco da crítica é supremo: ninguém discute hoje se Uccello ou Veronese foram grandes mestres, mas o tal jovem artista que espalha a tinta sentado no quadro? Esse está no centro, não só da tela, mas do próprio debate. Com que critérios julgá-lo, ou melhor, julgar a sua obra? Não deixa de ser curioso que ainda se coloquem estas questões, quando este século ficará sem dúvida na História da cultura como o «século da teoria, ou da crítica», aquele em que arte e crítica mais intimamente associados terão estado, quanto mais não seja por ter a função crítica ascendido ao estatuto de profissão autónoma. Disse-o Malraux: «Há mais de um século que o nosso convívio com a arte não cessa de se intelectualizar.» Mas adiante. Sou capaz de me extasiar perante um Giotto, ou um Goya, sem mais. Mas ousarei penetrar na frieza de um Miró, ou de um Mondrian, sem a muleta de um texto crítico? Não sei se devemos regozijar-nos por viver num século em que a arte (como a literatura) precisa de «explicadores». Sei que estou a exagerar. Também a leitura do Uccello ou do Veronesé se enriquece se *soubermos* mais do que a simples observação das obras nos proporciona, a nós, simples amadores. E, inversamente, muita pintura abstracta nos «toca» sem prévias explicações. É, aliás, por isso que, quer se queira quer não, a fruição estética, no âmbito da chamada cultura erudita, está sempre limitada pelo nível educacional e cultural e, nesse sentido, é sempre elitista. Mas estou convicto de que talvez nunca tenha sido tanto como nos nossos tempos.

Leio o texto de Claude Simon e ocorre-me perguntar: será possível ignorar o tema de um quadro como *Guernica*? Será possível fazer desse quadro uma apreensão puramente estética, em termos de simples combinação de linhas e tonalidades, sem conhecer o «assunto», a «história»? E será possível interpretar as combinações de linhas e cores específicas da pintura renascentista sem conhecer o

grande movimento das ideias desse tempo, que poderão «explicar» (e inversamente) por que foram escolhidos certos «assuntos» (ou a sua ausência) e não outros?

Isto leva-me à questão que, finalmente, mais me interessa, aquilo a que talvez possa chamar a «sociologia dos pretextos». Sou capaz de ligar mentalmente o esquematismo, o não-naturalismo, dos primitivos gregos (de antes do século VI a. C.), dos primitivos alemães ou italianos (dos séculos XII ou XIII) a um tempo em que todas as «explicações» vinham de *cima*, das divindades, pagãos ou cristãos, isto é, em que o referente não era a natureza. Mas como explicarão os que virão séculos depois de nós os «primitivos» do século XX? Será a arte do nosso século vista como uma fuga espiritualista a um real feito de tragédias bélicas sem precedentes, de genocídios, de fomes, de um quotidiano superpovoado de objectos em que já nem a natureza se reconhece? Dirão eles: nesse tempo, uma «natureza-morta», só se fosse a representação da meia dúzia de cadáveres? E como explicarão eles o retorno à figuração, à narrativa, ao «assunto», a que hoje estamos a assistir?

Se não nos colocarmos *hoje* estas questões, acho que nunca viremos a perceber nada. Por mais que os críticos se esforcem, por mais que sejam capazes de escrever uma dúzia de páginas sobre uma tela pintada de uma cor única, com uma linha preta a dois terços da altura... Penso que a questão da arte didáctica está ultrapassada, mas não será sempre a arte um expressão do social — de uma sociedade, de um «tempo»? A escolha dos seus pretextos, ou a sua ausência — o que significam, para além do mero valor estético desta ou daquela obra particular?

17 de Novembro

«A cidade de G., a poucas dezenas de quilómetros da capital, é um aglomerado de casas, quase todas de andar térreo, caiadas de várias cores, de preferência berrantes, com largas janelas gradeadas, porta sempre aberta, deixando entrever no interior pequenos pátios à maneira andaluza, onde ranchos de crianças se alimentam sobretudo de sol, oferecendo-lhe hora após hora os seus corpos escuros e pouco cobertos. Falo da cidade que o forasteiro encontra quando os buses ou os carritos por puesto o despejam no largo principal, centro do comércio, onde todo o santo dia, à falta de trabalho, ranchos de homens e rapazes vão de bar em bar, trocando chistes pesados pelo caminho, até por fim se espapaçarem nos bancos públicos e, já noitinha, se arrastarem, eufóricos uns, lacrimosos outros, pelo seu pé ou amparados, detendo-se nalguma esquina para um vômito imprescindível, a caminho de casa.

Não é, porém, a cidade só este traçado geométrico de quarteirões ao gosto colonial, com nomes dados aos cruzamentos, não às ruas. Há também a parte alta. É o lugar da Igreja, do banco, da companhia de electricidade, da Câmara Municipal. E é onde vivem empregados e funcionários, o médico, o engenheiro, o presidente da Câmara e, de um modo geral, os habitantes mais endinheirados. Mas não se pense que é a 'cidade nova', de linhas modernas. A igreja, de sóbrio barroco colonial, deve por ali estar há mais de dois séculos. O hospital

veio ocupar, sabe Deus quando, um velho solar, adaptado sem muita obra e equipado à imagem da austeridade da construção. A Câmara, larga fachada branca com colunas e varanda de madeira, dir-se-ia nunca haver antes conhecido outra morada. Só destoam ali no meio o banco e a companhia de electricidade, pequenas delegações a que as casas-mãe deram muito vidro, mármore de imitação e caixilharia de alumínio. As residências, mesmo as de gente importante, respeitam exteriormente o figurino geral: as mesmas cores garridas, os mesmos gradeados, os mesmos degraus de pedra gasta, apenas mais rico, nalgumas, o trabalho do ferro, mais amplos os pátios, mais adornadas as paredes, mais cuidadas as plantas, mais reluzentes os vidros, mais limpas as crianças.

Há ainda a cidade que se esconde, meio envergonhada, por detrás do casario da parte baixa, ao abrigo de acidentes do terreno que lhe dificultam o acesso, sobretudo na época das chuvas. Aí desaparece a cor das paredes, imperam a tábuas, o cartão, a folha zincada, a rede de arame, o caniço. A altura das construções mal permite a alguém entrar sem se curvar, do que, tal o hábito, os habitantes nem se apercebem. Miudagem nua, sem conta, povoa os sinuosos arruamentos, tendo por brinquedos as poças, as pedras, a lama. São seus irmãos, seus pais, muitos dos que vimos no largo matando com rum o ócio dos dias intermináveis. E há a estrada, a grande estrada de asfalto, coleante, que, vinda da capital, irá atravessar as terras do Barlavento, e dobrar depois para sul até atingir as margens do Orinoco. Do outro lado da estrada, uma enorme tabuleta, de que os temporais já levaram meia dúzia de tábuas, anuncia o 'Centro Industrial del Este'. Urbanização recente, terreno amplo no sopé da montanha que separa a cidade do mar, alguém a imaginou para que ali se multiplicassem fábricas que arrancariam G. da sua modorra secular. Cálculo errado, num país em que pululam os 'negócios de mão cheia', que dão fortunas da noite para o dia, e nisso se aposta um vida inteira, e em tudo se aposta, e tudo, e todos, se vendem e compram, num país onde até se conta, como anedota exemplar, que uma candidata ao divórcio, ao ouvir o preço que lhe

anuncia o advogado, exclama 'mas por menos que isso tenho eu quem mo mate!'

Bem poucas eram as chaminés que fumavam no Centro Industrial. Paga-se a ministros, a directores-gerais, a funcionários para pôr de pé uma fábrica, paga-se aos inspectores para que fechem os olhos a tudo o que não obedece a regulamentos que parecem feitos para servir de 'pretexto' aos ditos inspectores, paga-se aos sindicatos para que fiquem sossegados, tem-se esse trabalho todo e um belo dia, por qualquer distracção ou passo em falso, desaba uma multa astronómica, aparece um fiscal incorruptível, ou mais provavelmente pago por um concorrente, há uma greve selvagem, multiplicam-se os sarihos — e o empresário que se julgava em paz e enriquecia a olhos vistos, acha que é bem melhor fechar a loja e ir jogar nos cavalos. E a pressa de ganhar dinheiro ainda é maior quando se vem de terras distantes: passa-se em poucos anos da padaria, ou do camião em terceira mão, à bomba de gasolina, ao cemitério de automóveis, à empreitada de construção, comendo na farinha ou no cimento, carregando o camião até quase rastejar, o que é preciso é aparecer na terra despejando do paquete um espada americano do último modelo, com uma daquelas estranhas matrículas cheias de letras e números, e poder distribuir generosas dádivas ao hospital ou aos bombeiros da vilória natal.

Era no 'Centro Industrial del Este' a fábrica para onde vim trabalhar, uma das poucas sobreviventes. O dono era um tal Pato, que herdara uma fábrica nos arredores de Leiria, e por isso se intitulava industrial, mas, trapalhão em tudo, especialista do 'feito à matroca', todos ansiavam por que apparecesse o menos possível na empresa, daí o enorme gáudio quando se soube que tencionava instalar outra fábrica semelhante num país sul-americano, o que por certo o obrigaria a longa ausência. Lá seguiu a via sacra, e até um automóvel comprou para oferecer à filha de um alto funcionário, alavanca suposta decisiva para apressar as autorizações que se arastavam, só dois anos depois vindo a saber que o italiano que lho vendeu nunca o entregara à destinatária: foi esse carro de

sport europeu (o supra-sumo da distinção naquelas paragens), estafado pelas correrias do italiano com os seus engates, que me veio a caber, quando cheguei à cidade de G., e várias vezes me iria deixar na estrada a pedir boleia.

Bom negócio aquele, que o Pato nisso era esperto. Tão pouco quis gastar, todavia, que decidiu ele mesmo dirigir a fábrica passando lá uns meses entremeados, e pondo nos lugares de alguma responsabilidade operários portugueses, espanhóis e italianos (m'siús, na gíria local), com a gestão corrente à conta de um empregado de escritório, leiriense de toda a confiança, que em poucos anos fez fortuna, montou negócios próprios, construiu casa e, naturalmente, só não afundou de vez a empresa porque o Pato descobriu a marosca ainda a tempo. Foi então que, passando do oito ao oitenta, resolveu contratar um administrador, um engenheiro e um economista: peruano, e velho amigo, o primeiro, portugueses recém-formados os outros dois. Num belo dia de fins de Janeiro, lá desembarcámos nós, eu e o engenheiro, num aeroporto à beira-mar plantado, e aí nos esperava num Mercedes pouco recomendável o tal peruano, que viríamos depois a saber catalão de origem e tão fervoroso admirador do Generalíssimo (que servira durante a Guerra Civil) que sempre nos interrogámos por que estranha razão deixara o Reino Ibérico, onde não lhe teriam faltado poleiros e proventos.

Por intermináveis auto-estradas, herança maior do último ditador, subimos até à capital, e depois a atravessámos de ponta a ponta, pelo meio de arranha-céus e bairros de lata em surpreendente vizinhança, chegando perto de uma hora mais tarde às portas da fabriqueta. A mulher do peruano tinha-nos preparado um jantar de beringelas, o que me fez detestá-la desde logo, e a nossa cordial inimizade iria durar, por mais fortes razões, o ano inteiro que por lá passei.»

27 de Novembro — Num número recente do *JL*, dedicado às relações culturais luso-espanholas, encontro um frente-a-frente entre Pilar Vasquez Cuesta e João Medina, o todo-poderoso Papa da «História» na Faculdade de Letras. Diz este, a certo passo: «Do ponto de vista cultural, não temos dinamismo, somos apáticos, não há um verdadeiro espírito de missionarismo, não temos capacidade de fazer *portuguesismo* [...]. Somos complexados, somos um povo complexado. O problema de sermos poucos, sozinhos e perdidos nesta orla vã da praia, como diria Pessoa, cria-nos um complexo de timidez. Nós vamos a Espanha e não temos coragem de falar português, etc., etc.» O jornalista presente do *JL* limita-se a ajudar este chorriinho com um quase envergonhado «somos envergonhados...»

Ainda há quem diga que já não é possível distinguir esquerda e direita. Não será preciso saber muito mais da personagem para reconhecer nesta prosa uma inquestionável posição de direita.

Mas por agora, interessa-me apenas a questão da língua. Penso que a língua, embora possa ou deva ser *também* um objecto de estudos teóricos, não é um objecto com valor próprio, intrínseco, independente de *quem* a utiliza e dos *fins* com que a utiliza. Quem a utiliza são *peessoas*, que se servem dela para *comunicar* com outras, para comunicar alguma coisa a alguém. Uma língua que deixe de servir este objectivo, morre, embora possa continuar a ser estudada com outros fins, como seja a leitura de documentos antigos, e até porque, ao morrer, geralmente gerou outras. Se assim é, e se a experiência nos diz (por razões até conhecidas) que existe uma assimetria de

compreensão entre espanhóis e portugueses, parece um comportamento *racional*, inteligente, o de um português que, em Espanha, procura falar — ou apenas «imitar» — a língua castelhana. É normal: o seu objectivo é *comunicar*, fazer-se entender o melhor possível, e *não* exhibir a *sua* língua como se fosse uma jóia, ou um sinal de afirmação nacional. Os alemães, que não são assim tão poucos e estão no centro da Europa, não marginalizados em qualquer «orla vã da praia» (como diria o Pessoa, ah! ah!), vêm a Portugal e... não se põem a falar alemão. Falam aquilo que melhor lhes pareça servir o seu propósito de se fazerem entender: inglês, francês, ou mesmo um espanhol ou português macarrónicos, aprendidos algures na América Latina, ou sabe Deus onde. Serão eles tímidos, complexados? Devemos acusá-los de não saberem «fazer germanismo»? Francamente, ó Medina!

29 de Novembro — Está-se em maré de, usemos um termo desapaixonado, reposicionamentos políticos. Primeiro foram as por vezes espectaculares adesões à candidatura Soares, então de vento em popa — gente da «esquerda liberal», da «nova esquerda», tecnocratas e gestores. Depois veio o cavaquismo e o PRD. E, ao longo do ano, foram crescendo apoios ao pintasilguismo, estes mais emotivos, no geral creio que mais desinteressados. Com o aproximar das presidenciais, com a entrada de Zenha em liça, a turbulência aumenta, multiplicam-se as «surpresas». Hoje: a adesão de Helena Vaz da Silva a Freitas do Amaral, «não porque me tenha convertido à direita, mas porque me converti ao real», como se não fosse justamente do real (do *seu* real) que a direita se reclama, face ao utopismo e ao irrealismo de esquerda... A articulista é, de resto, clara neste ponto, quando diz (ela, ex-animadora da revista *Raiz e Utopia*, esse enorme equívoco em que tantos caíram): «Não ouvirei mais as screias do discurso utópico!» O repúdio da distinção esquerda/direita é, aliás, quase diário nas páginas dos jornais. Basta pensar nas constantes afirmações dessa tese pela própria M. L. Pintasilgo e, no lado oposto, as crónicas da freitista Agustina, que recentemente dizia: «Perde-se um tempo precioso com essa fácil pretensão de sanidade que é a classificação de esquerda e direita. Só numa sociedade em que pre-

valece o prosismo político, em que se tropeça continuamente com a santidade académica, é que estes rótulos ainda são possíveis.»

Depois, há outro extraordinário *leit motiv*: as virtudes nortenhas. Ouçamos, sobre isso, II. V. da Silva: «Porque acredito que no meu país existe uma enorme força latente pronta a ser posta em marcha — são os jovens, é o Norte, como recentemente lembrou um cronista que aprecio [...]». Não sei quem foi o tal cronista mas, sobre o tema, ninguém leva a palma a um certo António Vilar, grande promotor da TV nortenha, ponta-de-lança dos Proenças & Cia., que escreveu há dias no *DN* esta maravilha: «A modernidade passa necessariamente pela força do Norte, e do Norte emerge força suficiente para sobrepujar os fantasmas postos de guarda às fronteiras legais de um País novo e melhor. Do ponto de vista do Forum Portucalese [a entidade que lançou a emissão-pirata de TV na passada semana], é indiferente que a nova TV seja pública ou privada — releve, isso sim, que seja do Norte e pelo Norte e, tanto quanto possível, divulgada em todo o país. A televisão privada, porém, nasceu. Agora, de facto e irreversivelmente, no Norte de Portugal. E onde poderia nascer senão aqui? É que as coisas só ganham forma e fundo quando por detrás se acalenta um estado de espírito decidido e criador: como o que prevalece e cresce, em cada dia, neste espaço nortenho.» Não será de sugerir a toda esta gente que tome como hino aquele excelente tema do Sérgio Godinho: «Ai eu estive quase morto no deserto/E o Porto aqui tão perto»?

Outro cair no realismo político, este soarista, é o de Maria Belo. Ao repudiar a candidatura Zenha, diz ela que a candidatura Soares é a de «todos os que sentem que o PREC termina definitivamente com estas presidenciais pluralistas e civilistas». De passagem, conta uma curiosa história, a da sua entrada para o PS, quando Zenha a avisou de que «se quiser fazer carreira política no PS, deixe de falar do PRP e do aborto». Afinal, parece que não se deu mal, e, segundo rezam as crónicas, terá sido Soares, o seu candidato, e não Zenha, quem um dia, numa sessão no Porto, simplesmente a proibiu de falar... sobre o aborto.

9 de Dezembro — Leio em Braudel (*A Dinâmica do Capitalismo*): «Nos livros de história tradicional, o homem não come nem bebe.» Fez-me lembrar uma observação de um amigo, deve ir para trinta anos: «Na grande maioria dos filmes, nunca se chega a saber o que fazem na vida as personagens, de que vivem, em que trabalham.» Continua, em boa medida, a ser verdade, e nisso o cinema virá a ser um testemunho muito enviesado do nosso tempo. Os historiadores do futuro poderão, através dele, saber como se relacionavam pessoas na família, no amor ou na guerra (e como se matavam: disso poderão fazer tratados inteiros), mas saberão pouco sobre o que faziam, em que trabalhavam, como se relacionavam no trabalho. Exagero um pouco: não faltam filmes sobre as profissões-drama ou as profissões-espectáculo, como médicos, advogados, jornalistas, políticos, gente do próprio *show business*, detectives, e os respectivos *gangsters*. Mas a larga maioria das profissões são as do entrar-às-tantas-e-sair-às-tantas, horas no guichê, ou na repartição, ou na fábrica, ou ao baleão, e nisso se passa o tempo de uma vida, até vir (ou não) a reforma. O cinema esconde-nos todo esse mundo: será porque aí não há drama, mas apenas os chamados «pequenos (e desinteressantes) dramas quotidianos»? Ou muito simplesmente porque as sociedades da produção e do consumo de massa, as sociedades que fundam na mercadoria e na multiplicação dos objectos a sua prosperidade, preferem ocultar o preço dessa prosperidade àqueles que duplamente o pagam (como produtores e como consumidores)? Claro que, ao dizer sociedades, estou a referir-me às suas classes dominantes: onde se incluem os empresários que produzem os filmes.

Mas reparo que, de novo, me estou a atirar a moinhos de vento: não é o cinema uma arte? As histórias não são meros pretextos, como na pintura? Que importa então que sejam estas ou aquelas, ou que não haja nenhuma? Aliás, cada vez mais, as histórias têm sido transferidas para as séries de televisão, e os filmes deixaram de o ser para ser apenas, nobremente, cinema. Nada contra. Mas subsiste o problema — mais político (a meu ver) do que a imensa subversão eventualmente contida numa audaciosa montagem de planos — daquilo a que antes chamei a «sociologia dos pretextos»...

1986

25 de Janeiro — Dia de reflexão antes da votação, amanhã, para a 1.^a volta das presidenciais.

Uma vez mais, como sempre, não consigo identificar-me com nada disto, não chego a vibrar com nenhum *destes*. Alia-se à minha eterna dificuldade de empenhamento político institucional uma «crise de clareza» nas minhas próprias ideias, que não terá tanto que ver com a decantada crise da esquerda, mas bem mais com a *falta de escrita*. Foi sempre o acto de escrever que me obrigou a precisar as ideias até obter um grau de definição (no sentido óptico) indispensável, num processo de confronto comigo mesmo e com o que me rodeia. Estas notas, apressadamente escritas, pouco mais têm sido do que um registo preguiçoso, para pensar depois. Acresce que o muito que, em contrapartida, ultimamente tenho lido, veio trazer-me uma catadupa de novos elementos de reflexão, que, por falta dela, se encontram como que em suspensão (no sentido físico, agora) no meu espírito, como discretos grãos de poeira que ainda não pude integrar na «massa de ideias» preexistentes. Mas voltemos às presidenciais.

Com tudo o que nela me irrita, que nela rejeto, e que nela temo (se fosse eleita), vou votar Pintasilgo. Talvez mesmo apenas porque é lá que estão «os meus». Para o confirmar, fui ontem ao comício de fecho da campanha no Pavilhão. E, de facto, *eles* lá estavam: os conhecidos, e os desconhecidos. Aqueles que ainda são capazes de «aventura», de «sair para fora do quadrado» (ainda te lembras,

João Cutileiro?), de ter esperança quando tudo parece *fechado*. Aqueles que recusam o «realismo político» (que fazia por lá o E. Prado Coelho?), que só vêm a ganhar à distância de meio século ou mais, ou seja, os que (quase) nunca sabem que venceram — mas, ainda assim, *são* os vencedores. Sempre foram esses os grandes e ignorados — individualmente, entenda-se — dinamizadores de tudo quanto é novo, isso que, prometido hoje à chacota dos anti-utópicos, um dia será ironicamente incorporado na «natureza das coisas» ou nas «coisas naturais», como sempre foi. Quanto aos discursos do comércio, esses já os esqueci.

Por isso recusei a minha assinatura a um manifesto da esquerda mais radical apelando ao voto em branco. Não só não me sentia com qualquer autoridade moral para o fazer, como suspeitava (e hoje estou certo) de que era importante, ao fim de tanto tempo, voltar a *contar* esta gente, que já quase não existe na maioria dos países ditos «democráticos», «europeus», «industrializados», etc., etc. Que se admita, em Portugal, em 1986, que uma Pintasilgo *pode* passar à 2.^a volta e pode mesmo ganhar umas eleições por voto directo e universal — isto é já, só por si, uma espantosa vitória. Que ela vá reunir, no mínimo, perto de 1 milhão de votos — eis qualquer coisa de impensável (proporcionalmente) em qualquer desses países. E isto é, independentemente da candidata, uma indiscutível e persistente herança do 25 de Abril: um milhão de cidadãos continua a procurar, a interrogar-se, a duvidar do instituído. A sonhar com *outra vida*, com *outra democracia*, enfim, com algo que a Presidente, se o fosse (for), nunca lhes poderia dar...

Dói-me que alguns amigos não estejam comigo nesta opção, que não chega a ser uma adesão. Custa-me que, por mera aposta no que julguem ser (penso que muito erradamente) a única hipótese de derrotar o Freitas — a candidatura Zenha —, tenham conseguido aderir a uma causa tão pouco transparente — a palavra que o candidato tanto preza e apregoa, mas que ninguém como ele mais atropelou nesta campanha. Ele foi a «dupla campanha» (com o Veloso), um lançamento de candidatura totalmente combinado (do francês *combine*...) entre «grandes chefes», golpes baixos sem conta (as trocas e baldrocas de tempos de antena com o Veloso, de pavilhões e locais de comércio, etc. etc.) — enfim, o pior deste sistema político-partidário.

rio, o menos «democrático», o mais tristemente desonesto, tudo esteve nessa candidatura do homem que, desde a famosa unicidade, era a sombra negra do PCP, hoje seu dócil aliado. Para não falar do contributo que isto tudo *poderá* vir a dar para a vitória do Freitas.

27 de Janeiro — A Pintasilgo não chegou à 2.^a volta. O quase milhão de votos não chegou a meio milhão. Pese embora ao Vicente, que no último *Expresso* parodiava o *Elections, piège à cons...* do Sartre, mais do que nunca reconheço que era ele (Sartre) que estava na *plena* razão. Ninguém vota socialmente livre em eleições destas: cada um vota apenas enquanto elemento da «série» dos eleitores, homens amputados do seu «ser colectivo», condicionados por mesquinhos cálculos aritméticos (feitos por outros), por poderosos meios financeiros, por máquinas de poder, que apenas lhes pedem que legitimem o *seu* poder e o *seu* dinheiro, e que fazem do seu voto o que melhor entendem.

Se assim se pode dizer, os *menos livres* de todos, de entre os eleitores, terão sido os que votaram no Zenha coagidos — não há outro termo — pela «2.^a Campanha» (a do PCP) e pelos interesses desse partido, que muitos suspeitam, tendo em vista a sua própria consolidação (após o desaire de Outubro), desejaria finalmente a vitória do Freitas... e vai tê-la! Quantos dos que votaram em Zenha pensaram «pelas suas próprias cabeças»? Ao menos, dos que votaram em Soares e Freitas, muitos terão pensado no que julgam ser os seus interesses. E não resistiram ao espectáculo (escandaloso, é certo) montado pelo dinheiro a rodos, quando não, alguns, à tentação das benesses e das facilidades com que qualquer deles saberá premiar fidelidades. É isso, também o *voto útil*.

Do lado Zenha, homem que não merecia isso, tudo acabou na maior das vergonhas: já no sábado, andaram (quem?) a espalhar por esse país fora que a Pintasilgo desistira, e até mesmo, ao que parece, que tivera um ataque cardíaco. A tal ponto que a candidata teve de ir votar mais cedo do que previra, para que «constasse» que estava em boa forma e se mantinha na «corrida»! Só por isso me felicitaria de não ter andado por aquelas bandas.

Longe de mim retirar o que antecostem escrevi. Baixe-se o núme-

ro para meio milhão (os contados, sem incluir os que nela teriam votado sem as violências do PCP), e mantenho o que disse. Enfim, talvez só haja que tirar o chapéu à larga maioria dos «eleitores de um dia» (6 de Outubro) do PRD, que se distribuíram sem pejo e quase equitativamente pelos outros candidatos, incluindo o Freitas. Pequena rebeldia, movida sabe Deus por que interesses ou cálculos mentais, mas rebeldia apesar de tudo. O PRD reduziu-se quase a zero, se esquecermos os seus 45 deputados, que poderão talvez vir a dar ao PSD a maioria absoluta para cumprir o grande objectivo freitista: um Presidente, um Governo, uma maioria. É já só o que falta.

Voltarei alguma vez a votar? Gostaria de pensar que não. Seria a única atitude coerente. Mas esta palavra parece ser das que caiu em desuso...

2 de Fevereiro — Poderá dizer-se de Agustina que «perdeu o norte», ela tão entranhadamente nortenha? Vejamos.

No *DN* de 8 de Dezembro, glosando o mote, já tão cediço, da distinção entre os «portugueses» e os «outros», diz ela que «o português é, por natureza [!!], um visceral com um pequeno pó de sal cerebrotónico», que «o norte-americano é oportuno na cortesia e nunca influi na vida privada de um estranho»; que «o nórdico [?] parece ter verdadeiro horror à reputação de amigável». Para quê comentários?

Também no *DN*, em 12 de Janeiro: «A viril condição, que se furta ao doméstico, porque o doméstico estimula a crueldade, rebelava-se», referindo-se aos tempos em que os homens frequentavam os cafés. Poderá deduzir-se daqui, dada a sentença teorizante de permcio, que os membros do sexo viril fogem a todas as situações «que estimulam a crueldade»? Acho que não errei o silogismo, que, como tantas vezes sucede, conduz ao mais rematado disparate. E pergunto: e hoje, que já quase não há cafés, como se manifestará a rebelião da «viril condição»?

Ainda no *DN*, 2 de Fevereiro: «As mulheres não são tão extremosas pelos seus vícios; ou, melhor dito, pelos homens. Elas só amam o invulnerável, e para o destruir; o que não inclui os homens, evidentemente.»

O português, o norte-americano, o nórdico, a viril condição, as mulheres: aí estão eles genialmente caracterizados, em poucas palavras, de forma *definitiva*. Exgero: também a prosa ficcional de Agustina constantemente tropeça em mil sentenças, definitivas quanto estas, para, páginas adiante, outras igualmente definitivas as virem contradizer.

7 de Fevereiro

«Regressado há um mês do outro lado do Atlântico, há que fazer sem demora o balanço, ainda quente, de um ano duro mas inesquecível. Tantas foram as coisas novas que me entraram pela cabeça dentro, que o difícil vai ser ordená-las, desenlear o novelo que foram formando. Tenho quase a sensação física de que se acotovelam na memória para chegar 'à superfície', como se temessem que eu as perca de vista ou que as recalque para quaisquer profundezas da consciência. Mas ao mesmo tempo pressinto que todas elas de algum modo se completam, que não são ideias isoladas, que é possível apanhar-lhes as inter-relações essenciais, assim eu seja capaz.

Surge-me, antes de mais, a imagem de um país dominado ('ocupado', na expressão de um militante político local), num sentido tão forte, tão violento — e tão óbvio — que nenhum livro ou panfleto revolucionário alguma vez mo poderia sequer sugerir, não tivesse eu nele vivido. País que viu os seus imensos llanos, fonte suficiente da sua própria alimentação, abandonados em poucos anos pela miragem dos dinheiros do petróleo, e se vê hoje obrigado a importar o que come, que lhe chega, em boa parte, enlatado pelas prósperas indústrias do 'Grande Vizinho do Norte', o mesmo que lhe veio explorar o oiro negro, com ele se abastece e faz incalculáveis lucros. A canção famosa Alma llanera, espécie de segundo hino nacional, pouco mais é agora do que o reflexo nostálgico de quem

continua a fantasiar intermináveis rebanhos e searas, retrato cada vez menos fiel de um país sugado pelas quimeras das grandes cidades do litoral, onde se amontoam em miseráveis ranchitos os antigos camponeses, sonhando com os dólares que um dia virão, de qualquer milagroso 'serviço', ainda que pouco limpo, ou de qualquer aposta, onde repetidamente se gasta o pouco que há. O americano põe e dispõe, como quer: leva o petróleo, alimenta o comércio de importação (tudo se importa!), gere a corrupção que se generalizou, distribuindo fortunas pelos mais fiéis e deixando cair alguns dólares pela sofreguidão dos restantes, instala e abate governos por interpostos militares bem oleados — e, de há uns anos para cá, até se revê numa 'exemplar democracia', em que apenas são mais uns quantos os que se sentem com direito ao quinhão. O preço é irrisório, comparado com o efeito de propaganda conseguido pelo generoso protector, bandeira tão útil para uma moribunda 'Aliança para o progresso', cujo crédito é pouco, com tantos ditadores sentados à mesma mesa. O que é a violência do crime, que enche diariamente as páginas dos jornais, face à violência da própria sociedade em dissolução, a que só a brutalidade policial consegue dar uma aparência de ordem? Odeia-se os americanos, como nunca vi odiar nada nem ninguém, mas, à semelhança do escravo, sabendo-se que deles se depende sem remissão. Adopta-se-lhes os modos, os O. K. e os all right, a coca-cola, o vestuário, os programas de televisão, imita-se-lhes os arranha-céus, os hotéis, os bares e os clubes privados: dia a dia uma 'cultura de Far West' ganha terreno à cultura crioula. Já ouvira falar do imperialismo americano, agora vi-o — e não vou esquecer.

Depois vem a fábrica. Palavra rara na boca dos economistas, mais habituados aos gabinetes e corredores das administrações de empresas, onde se ocupam dos dinheiros, das contas, das estatísticas. Em G., pelo contrário, a fábrica era o local e o centro de tudo. Na fábrica era a minha secretária, num pequeno espaço onde outras havia, da fábrica nos vinham constantemente, pelas paredes de tabique, pela porta guarda-vento, sons metálicos, vozes, o bafo quente do forno. À fábrica

tinha eu de ir a toda a hora. Porque imaginara uns quantos papéis para registo de dados, de matérias-primas, da produção, dos armazéns, e havia que ensinar a preenchê-los, que ir recolhê-los e comentá-los regularmente. Porque, tarefa pouco comum a economistas, me encarregaram de organizar as expedições, e por isso tinha de programar os circuitos dos camiões, e diariamente orientar as operações de carga, para evitar depois, em cada paragem, perigodas ginásticas para libertar os caixotes que aí deveriam ficar. Dentro da cerca da fábrica eram, por fim, as duas casas pré-fabricadas destinadas, uma ao peruano, a outra a nós os dois. Vivia-se, pois, na fábrica, dia e noite, e ainda bem, digo-o agora, pois não foi coisa que na altura me agradasse.

Cedo aprendi que, para os trabalhadores naturais do país, os m'siús, todos eles, operários ou dirigentes, eram os que iam ali amearhar, eram todos iguais, não mereciam qualquer confiança. E como não havia de ser assim, se, fosse qual fosse a sua qualificação, o seu posto de trabalho, o seu merecimento, o europeu ganhava o triplo do operário local? Se era mais do que óbvio que, para a administração, eram os europeus os seus fiéis, se não os seus informadores? Concluí, em pouco tempo, que havia ali como que uma 'ordem colonial' a distorcer a 'ordem natural das coisas'.

O melhor exemplo disto foi quando, sem dar cavaco, convencidos pelos europeus de que a empresa ia ser vendida e, indefesos, perderiam as (poucas) regalias sociais, 23 trabalhadores requereram à inspeção do trabalho a constituição de um sindicato de empresa e a imediata discussão de um projecto de contrato colectivo. O que se seguiu levaria páginas a descrever: o pânico da administração (o Pato estava por lá na altura); o inspector que tinha mudado há pouco e ainda não estava a receber 'luvas'; a ideia de despedir de imediato meia dúzia dos signatários (o que a lei proibia, até estar concluído o processo); a descoberta, pela própria empresa, de que tinha estrangeiros a mais, tendo conseguido 'ser intimada' a correr com eles, reduzindo assim as assinaturas a um número insuficiente (dizendo, entretanto, aos europeus atingidos que 'era só

enquanto as coisas não se resolvessem'); a admissão de mais dois naturais 'amarelos', familiares do assessor jurídico, para aumentar o peso dos anti-sindicato; as conversas, muito compreensivas, com os da terra, dizendo ser tudo 'culpa dos europeus', e vice-versa, ameaçando com um corte na habitual 'distribuição de lucros' e acenando com um contrato outorgado pela própria empresa; a inclusão no conjunto do pessoal dos dirigentes da empresa (os três recém-chegados), para fazer aumentar o número de assinaturas necessárias. Enfim, como era de esperar, tudo 'acabou em bem', não houve sindicato e foi aprovado o contrato proposto pela empresa. Ficou-me um amargo de boca: tive de assinar onde me mandaram e dar a força dessa assinatura à corrente anti-sindicalista. Mas, pergunto-me ainda, que outra coisa poderia fazer? Não o fazer seria um daqueles quixotismos que não aproveitaria a ninguém. Nem sequer ganharia, com isso, a confiança dos trabalhadores: simplesmente não perceberiam, ou talvez até desconfiassem ainda mais. Corrupção dos inspectores e do próprio sindicato, advogados bem pagos e com influências nos Ministérios — isso chegava para que estivesse escrito o resultado daquela luta, com ou sem a minha assinatura. E, sem ela, restava-me procurar um exílio qualquer, pois os meus patrões não deixariam de informar 'quem de direito' em Portugal de que iria chegar em tal avião um 'indivíduo politicamente suspeito'. Não estava preparado para isso, pelo que procurei serenar a consciência com a ideia de que a lição fora valiosa e dela viria a aproveitar mais tarde, quando já não 'estivesse sozinho e impotente'. Ou seja, concluo agora, contra este sistema só é possível combater organizadamente.

Falei, até aqui, de experiência vivida e, ainda assim, quase só daquilo que é descritível. Não saberia encontrar as palavras certas — talvez só um poeta, mas os poetas não conhecem fábricas! — para transmitir sensações, emoções, 'estados de alma' que nos percorrem ao ver corpos contorcidos, os músculos iluminados como num teatro, que extraem de um forno uma pasta incandescente, ao observar o inferno dos gestos repetitivos, desumanos, de quem é pago 'à peça' e sabe

que cada movimento, inexoravelmente, é uma cõdea mais na mesa familiar ao fim do dia, ao estremecer de cada vez que um homem, artista de circo sem o saber, habilmente transporta uma finíssima chapa translúcida, esquecendo que ela o deixará em sangue se qualquer minúsculo defeito a desfizer em pedaços — e eu vi isso acontecer. Mas também quando vários operários da mesma imensa família, do mesmo imenso bairro de lata, meticulosamente partilham uma única banana, ou quando um deles se faz substituir uns meses por qualquer primo ou amigo há muito sem emprego, mas também com filhos para criar; ou ainda quando outro aproveita o ruído pendular de uma máquina para nela ritmar com os dedos uma canção crioula que, por momentos, o faz evadir dali. E interrogo-me se, alguma vez, nalgum lugar, será possível eliminar, atenuar ao menos, toda esta violência que presenciei, naquilo a que abstractamente chamam ‘trabalho’, e a que tanta virtude se atribui...

Falei de experiência vivida, mas teria talvez falado de outro modo, não fora a sorte de me virem parar às mãos, por mero acaso, alguns livros ‘providenciais’. Um deles emprestou-me o meu colega engenheiro, um amigo lho metera na mala à última hora e, dissuadido pelas centenas de páginas do volume, ele não tivera coragem de lhe pegar. Estes Dias Tumultuosos, edição de 1946 retirada do mercado, é o relato, feito por um jornalista holandês, de várias missões em ‘áreas quentes’, ao serviço de um diário canadiano. Passeia-nos, sem piedade, pelas trincheiras da 1.^a Guerra, pela baixa política europeia dos anos 20, pela Palestina, pela Alemanha em vias de se entregar à vertigem hitleriana, pela Itália de Mussolini e pela ‘conquista’ da Etiópia, pela guerra de Espanha, pela complacência das ‘democracias europeias’ que desemboca em Munique e na queda da França em 1940. O homem está longe de ser um revolucionário, é mesmo um bom e devoto protestante, mas o livro, esse, é simplesmente explosivo. O espectáculo das negociatas, das manobras de bastidores, dos oportunismos, da manipulação permanente dos cidadãos — não só nos regimes

totalitários, onde isso é 'natural', mas nas mais respeitáveis democracias —, da íntima convivência entre políticos, militares, industriais e financeiros, numa palavra, o espectáculo do poder e dos lucros comandando a paz e a guerra, presidindo aos massacres e às misérias de milhões de seres humanos: é este o tema, vigorosamente esmiuçado, de um livro que nos deixa sem fôlego. Mas com as ideias bem mais claras. Talvez mais inquietos. Sem alibis.

Outro livro, dei com ele numa daquelas prateleiras pouco frequentadas da livraria francesa que descobri numa das raras vezes em que consegui dar um salto à capital e apanhar as lojas abertas, pois era habitual trabalhar-se ao sábado até às 5 ou 6 horas da tarde. Chamava-se Tolstoi e Gandhi, e ainda estou para saber o que me levou a comprá-lo, tão pouco me diziam então esses nomes. Descobri aí o antimilitarismo e o pacifismo mais intransigentes, fundados na não violência original dos textos sagrados do cristianismo, já que de Gandhi, neste livro, apenas aparecem algumas cartas que escreveu, na sua juventude, ao grande patriarca russo. É, acima de tudo, uma crítica meticulosa e radical à hierarquia ortodoxa e à forma como ela colaborava sem pudor com os poderes políticos e militares, levando os seus rebanhos de crentes a aceitar a violência e a guerra como 'coisas naturais'. Não retirei da leitura qualquer convicção 'não-violenta', não me pareceu adequado o método de, em qualquer situação, 'oferecer a outra face'. Pelo contrário, dei um passo mais para compreender que, face às poderosíssimas instituições que 'nos governam', só resta o caminho da violência de sinal contrário. Por isso me precipitei, logo que pude, para a mesma livraria, à procura de outro livro da mesma colecção, anunciado na badana do primeiro, esse sobre Ghandhi e Marx — e de Marx ia-me chegando notícia através de comunicados de partidos revolucionários locais, sempre truncados nos jornais, e de publicações com que dava, uma vez por outra, nas idas à capital. Lá estava o livro, arrumadinho na mesma prateleira. Nele se falava bem mais no líder indiano do que no teórico alemão, contrapondo-se sempre

as virtudes da 'não violência' de um aos malefícios da 'violência necessária' do outro. Duvido mesmo que estejam expostas com algum rigor as teses de Marx, mas chegou; é aí que eu terei de ir buscar o que me falta ainda».

10 de Fevereiro — Cultura que «dá de comer» e cultura que «dá de viver» — ou a distinção entre o profissional da cultura e todos aqueles que, tendo acesso à cultura (no sentido restrito: literatura, arte, filosofia, ciência, debate de ideias, em geral), dela se servem para dialogar consigo próprios, para tentar apreender o mundo, para pautar os seus gestos e dizeres quotidianos. Os segundos *vêm* um quadro, o primeiro vê e *classifica*. Para os segundos, um livro é *prazer e procura*, para o primeiro é, também, uma *ficha bibliográfica*. Enquanto para os segundos uma citação será apenas um *suporte* do seu próprio pensamento, para o primeiro ela é, também, um instrumento do seu *ofício*. Os segundos, porque têm o tempo limitado, escolhem o que *vêm* e o que *lêem*, em função das suas ideias, dos seus interesses *vitais*, o primeiro procurará ver e ler tudo o que tenha relação com sua *especialização*, se não mesmo tudo o que for possível da chamada «produção cultural». Posto isto, é claro que todos são gente, todos vivem, e nada me move contra os profissionais da cultura — uma boa parte, de resto, do que os outros *vêm* e *lêem* foi por eles produzido. Mas é um facto que o seu diferente relacionamento com os «objectos culturais» pode (embora não necessariamente) ter algumas interessantes consequências. Quero dizer que, enquanto os amadores têm mais sólido o estômago, pode acontecer que os profissionais tenham mais sólida apenas a argumentação. Isto porquê?

Atinge-se o estado adulto quando se começa a discordar fundamentalmente daquilo que se *vê*, se *lê*, se observa: isto é, quando já se escolheu um corpo *mínimo* de ideias que se ajustam à experiência

individual e à informação (no sentido mais amplo) até aí disponível. Daqui se passa ao processo de construção, pedra a pedra, do edifício ideológico que nos vai pautar o viver quotidiano, os projectos, a selecção de novas fontes de informação. Sem que demos por isso, esse corpo de ideias, essa grelha de análise (como hoje se diz) do que nos rodeia, vai-nos passando ao «estômago», e é este que por vezes reage, irracionalmente na aparência, a homens, ideias e situações. No entanto, quando digo «o Cavaco dá-me volta ao estômago» (ou o Reagan, ou a Thatcher) não estou a exprimir nada de intuitivo ou irracional: sem necessidade de qualquer sábia formulação, a expressão traduz a minha repugnância ao que o homem diz, faz, representa. É esta descida ao estômago que, no homem maduro, torna difíceis as radicais reconversões ideológicas. As ideias irão mudando, adequando-se a um mundo que, ele próprio evolui rapidamente durante os 40 ou 50 anos de uma vida adulta. As rupturas são possíveis, claro, mas, de boa-fé, são raras: o reconvertido terá sempre dificuldade em explicar a mutação, em mudar de argumentação de um dia para o outro — até porque o estômago lhe causará problemas.

No caso dos profissionais da cultura, e não pretendo de alguma forma generalizar, tudo é mais fácil. É tal a abundância e diversidade da sua informação, a habituação profissional às numerosas doutrinas em confronto, que o seu corpo de ideias próprio está sempre sujeito ao desafio de argumentações contrárias, por vezes aliciantes. Daí que possa acontecer nunca se chegar a dar a tal descida ao estômago: tudo se passa ao nível da razão, e esta muitas vezes não está escudada por uma inserção social que permita um *conhecimento* do mundo «material» de experiência feito. O exclusivo circular pelas bibliotecas, pelos anfiteatros, por congressos, por doutoramentos, por gabinetes de investigação, por lançamentos de livros ou *vernissages*, pelas intrigas universitárias ou do *establishment* cultural — não ajuda. As tentações da influência política (ou mesmo do poder), da carreira («cultural», se possível), do «andar nas bocas do mundo», encontrarão um terreno propício. E serão sábias, cheias de novas citações, as argumentações encontradas para cada «mudança ideológica», por mais radical que seja.

Nos mais recentes realinhamentos políticos, e em muitos outros que virão, da classe intelectual portuguesa, é fácil encontrar múlti-

plos exemplos deste processo. Como muitos outros em que isso não aconteceu.

Reli há tempos o prefácio de Baudclaire às *Histórias Extraordinárias* de Poe. Diz ele, a certo passo: «Entre a vasta enumeração dos *direitos do homem* que a sabedoria do século XIX tão frequente e complacentemente retoma, dois muito importantes têm sido esquecidos: o direito a contradizer-se e o direito de *partir*». Embora só deste último se ocupe, pois é sobre o suicídio que escreve (o «quase-suicídio» de Poe, na sua expressão, mas outros também), o primeiro poderá dar que pensar. Exigir que, em nome da razão, as ideias e os comportamentos humanos sejam perfeitamente coerentes, lógicos, *previsíveis* é algo que releva da mais pura ideologia burguesa, e que tem a sua expressão limite nas teorias do equilíbrio económico, em que se supõe ser assim que se comportam os agentes económicos num mercado livre e concorrencial. O direito a contradizer-se, a não fazer e dizer sempre e apenas «aquilo que (em toda a lógica) esperam de nós», é algo inerente à nossa liberdade, à nossa criatividade, à nossa inteligência. O intelectual que vai vestindo sucessivas roupagens ideológicas *nunca se contradiz*. Quem se contradiz, e assume isso como uma liberdade, é quem, portador do tal «corpo de ideias» que laboriosamente vai tecendo, faz da vida uma incessante busca — de si próprio e dos outros. É fácil encontrar contradições num Rousseau, num Marx, num Sartre. Entre nós, num Sérgio, num Eduardo Lourenço. Os cataventos ideológicos que povoam os nossos semanários, esses, acham que só mudou o mundo — eles, não.

21 de Fevereiro — De novo me enganei nas eleições — e ainda bem!

De novo fui votar, no Soares, o «estômago» bem o sentiu... Terão, afinal, sido decisivos os que «não pensaram pela própria cabeça»? Penso que não. Eles teriam, perante a ameaça freitista, votado no Soares fossem quais fossem as directivas do partido. Mas isto restitui-me, a um tema delicado, que me interessa há muito: a ideologia face aos problemas concretos da prática política, os «grandes princípios» face às situações em que, tantas vezes, temos de tomar partido. Bem me lembro da perplexidade que causei em certo colóquio

(Costa Gomes foi dos que mais reagiu...), ao abordar questões como as da paz e da violência: posso dizer de boa-fé que sou, *por princípio*, contra *toda e qualquer* guerra, contra toda e qualquer violência? Terá isso algum sentido quando existem guerras de libertação, quando nos lembramos do Vietname? Posso negar que sou mais tolerante com a violência e repressão de regimes ou movimentos «de esquerda» do que com as de um Pinochet ou aparentados? Isto é assim, ainda que eu não seja capaz de dizer onde estão os limites entre a violência tolerável e a intolerável, e isso me perturbe. É que tudo começa antes. Dizia há tempos um filósofo do direito, Michel Villey: «Uma noção tão complexa como ‘o direito dos povos a disporem de si próprios’ não quer dizer grande coisa: a quem a aplicaríamos, a Israel ou aos Palestinos?» Eu respondo: *primeiro* escolhemos, ideologicamente, Israel ou os Palestinos, só depois aplicamos o princípio. Não há outra saída, a não ser estar condenado a nunca tomar partido. Retomo o que dizia há dias a propósito da cultura: antes de tudo, está a *weltanschauung*, o olhar que formámos sobre o que nos rodeia, a ideologia. Daí decorre tudo o resto: e *tudo o resto* não é necessariamente coerente, nem lógico, nem científico, nem «limpo». Sobretudo, coloca-nos o interminável dilema dos meios e dos fins, para o qual, quer se queira quer não, não há solução científica, independente da ideologia. *A partir de que ponto*, os meios negam os fins? Essa a grande questão.

24 de Fevereiro — Assim como sempre abundaram os marxistas que nunca leram Marx, muitos dos neoliberais nunca terão lido o grande filósofo da burguesia ascendente, um dos pais do liberalismo político, John Locke. Porque se o fizessem não falaria da propriedade *sem limites* como de um direito *natural*. E tão pouco rejeitariam a ideia, que talvez repute marxista, de que só o trabalho cria valor e confere *naturalmente* direito à propriedade. A vontade divina e a *razão* conjugam-se na argumentação de Locke sobre os fundamentos da propriedade e do valor.

O homem que, nas terras sem fim do estado natural, se alimenta de bolotas ou de maçãs, *apropria-se* delas. Pergunta Locke: «Quando é que as coisas que come começam a pertencer-lhe?» E responde

de imediato: «O seu trabalho distingue e separa esses frutos de outros bens que são comuns; ele junta algo mais àquilo que a *natureza*, a mãe comum de todos, neles pôs; e por isso eles se tornam seu bem particular [...] O *trabalho*, que é meu, colocando essas coisas fora do *estado comum*, fixou-as e tornou-as minha propriedade». Mas, interroga-se de novo, terá ele o direito de colher quantos frutos quiser? «Respondo que não terá esse direito. Pois a mesma *lei da natureza* que dá esse direito particular sobre esses frutos, também lhe impõe limites.» Com efeito para que fim nos deu «*Deus todas as coisas em abundância*? Responde: «*Para que as possamos fruir*. A razão diz-nos que a propriedade dos bens adquiridos pelo trabalho deve estar limitada ao bom uso que deles façamos, para nossa vantagem e comodidade. Se passamos os limites da moderação e se tomamos mais coisas para além das que necessitamos, estaremos a exceder a parte que nos cabe e a tomar o que pertence aos outros». O mesmo quando se trata da terra, de tal modo abundante, no entanto, que «ao apropriar-se de um certo pedaço de terra, ninguém prejudica seja quem for, pois sobra sempre bastante e igualmente boa, mais do que a necessária para qualquer homem que ainda a não possua». E quanto aos limites: «Seja como for, ousou defender que a mesma medida e a mesma regra de propriedade, isto é, que cada um deve possuir tantos bens *quantos necessários à sua subsistência* [aqui o sublinhado é meu], podem aplicar-se hoje, e poderão sempre aplicar-se, sem que ninguém seja incomodado e sujeito a carências, pois há terra suficiente para outros tantos habitantes.» Mais adiante, Locke precisa: «O excesso de propriedade não consiste na extensão daquilo que se possui, mas no apodrecimento e no desperdício dos frutos que daí provêm.» Com isso justifica que se possa produzir mais do que se necessita, desde que se troque os excedentes, antes que apodreçam, por outros bens *necessários à vida*. Diferentes terras ou diferente empenho ou habilidade em cultivá-las estão, pois, na origem da «primeira desigualdade», muito limitada pelas possibilidades de troca. Enfim: «tal como diferentes graus de indústria [esforço, habilidade] deram aos homens *propriedades* em diferentes proporções, a invenção do dinheiro deu-lhes ocasião de aumentar continuamente os seus bens particulares.» «Desde que o ouro e a prata, por natureza tão pouco úteis à vida do homem, em relação à

alimentação, ao vestuário e a outras necessidades, receberam um certo preço e um certo valor, apenas por consentimento dos homens [...] é claro que os homens acordaram em desproporcionar e desigualar a propriedade da terra, por terem encontrado, por tácito e voluntário consentimento, o meio pelo qual o homem pode justamente possuir mais do que aquela cujos produtos pode consumir, recebendo ouro e prata em troca do excedente, já que os metais não se estragarão nas suas mãos». Que evolução resultou daqui, ao sair do estado natural para o estado «social», assente num acordo entre os homens? «Primeiro, os homens, na sua maior parte, contentavam-se com o que a pura e simples *natureza* fornecia para as suas necessidades. Depois, em certos lugares do mundo, porque foram demasiado povoados e porque se começou a usar dinheiro, a terra tornou-se rara, e por isso aumentou o seu valor, as sociedades passaram então a distinguir os seus territórios por meio de vedações, e a fazer leis para regular as propriedades de cada um dos seus membros; e assim, por acordo e por convenção, foi estabelecida a *propriedade*, que o trabalho e o espírito empreendedor tinham já começado a estabelecer».

Estava-se ainda nos puritanos tempos do capitalismo nascente: só o trabalho dá direito à propriedade e esta tem *naturalmente* limites; a convenção do dinheiro, acto social, *não natural*, está na origem do extremar, sem limites, da desigualdade de propriedades. Locke escreve como se quisesse libertar Deus deste acto fundador de uma humanidade que perdeu a inocência, e por ele assumiu a aventura da opulência e da miséria. Não que Locke ponha minimamente em causa a legitimidade desta convenção, pelo contrário, pois daí parte para a sua construção jurídica do Estado de direito. Mas é óbvio que não subscreveria o seco «Enriquecci!» de Guizot: diria, talvez: «Enriquecci, mas sem prejudicar o próximo!», o que nessa altura poderia porventura não ser hipócrita.

Basta comparar com o que, dois séculos mais tarde, escreve Thiers, em plena explosão do capitalismo industrial europeu, sobre o mesmo tema. «Em todos os povos, por muito primitivos que sejam, encontra-se a propriedade, primeiro como um facto, depois como uma ideia, ideia mais ou menos clara segundo o grau de civilização a que chegaram, mas sempre invariavelmente estabelecida.» «As re-

gras instintivas desse estado primitivo, as mais rudimentares de todas, as mais gerais, as mais necessárias, podem bem ser designadas por direito natural. Ora a propriedade existe desde esse momento [...]». Porque é (ou se torna) desigual a propriedade? A primeira das desigualdades está nas próprias faculdades humanas, cuja «propriedade é desigual, pois com certas faculdades este fica pobre toda a vida, com outras aquele torna-se rico e poderoso [...] Eu, que me reporto aos factos observáveis para auscultar a vontade de Deus, isto é, as leis da criação, declaro que, se o homem é desigualmente dotado, Deus quis por certo que ele tivesse desiguais fruições [...] Terei de confessar que é ele o principal culpado, o principal autor do mal, se mal há, nas desigualdades que estaríeis dispostos a lamentar». Mas Thiers não lamenta, nem se limita a constatar: «Aquele que, entregando-se ao seu gosto, à sua habilidade para o trabalho, se expõe, ao tornar-se mais rico, a despertar a vossa inveja, contribuiu para a prosperidade comum, nomeadamente a vossa. Se, graças aos seus esforços, há mais cereais, mais ferro, mais tecidos, mais ferramentas, mais dinheiro, há mais de tudo isso para todos. A abundância que contribuiu para criar é em proveito da humanidade, e se a sociedade lhe permite crescer, ainda que daí resultasse uma desigualdade face a outros que trabalham pior, ela permite-o porque a prosperidade geral cresce à medida da sua própria prosperidade.»

A linguagem não é já a de um filósofo que procura definir os fundamentos e os contornos de uma sociedade nova em formação — e da classe em ascensão que nela deterá o poder. É a de um político, de um panfletário, que escreve em 1848, o ano de todas as revoluções, e que procura desculpabilizar as suas «tropas», assediadas já pelos primeiros assaltos da ideia socialista. Em 1871 prestar-lhes-á um bem mais útil serviço, esmagando a Comuna de Paris.

Que pensarão de tudo isto os que trabalham uma vida inteira e nunca passam da propriedade «original»: a de si próprios e das suas faculdades — por certo insuficientes para contribuir para a prosperidade geral...? Mas o que terão feito eles esses longos anos senão contribuir para algumas «propriedades particulares»? E os que enriquecem aplicando dinheiro na compra de papéis (ironicamente chamados «acções»), mesmo um Thiers, que excepcionais faculdades

lhes encontraria? E os países da fome, onde, em tantos eles, ainda existe terra em abundância e, portanto, ela deveria sobrar para assegurar, ao menos, a subsistência de cada um — o que diria Locke dessa «irracionalidade»?

Aos neoliberais do nosso tempo, nada disto interessa: são pragmáticos, nada de teorias, a não ser a rudimentar cartilha de que a iniciativa individual é a chave de tudo — a começar pela da sua própria carreira, e fortuna. Não lhes ocorre sequer que, sem trabalho, ou de forma obviamente desproporcionada em relação aos que trabalham, possam estar a apropriar-se de riqueza gerada pelos que trabalham e, por efeitos da discriminação social (incluindo a do meio em que nasceram) e política, nunca passarão além da subsistência, ainda que possam ter um frigorífico, uma TV a cores ou mesmo um video, tudo a prestações.

25 de Fevereiro — Registo a reacção da CIP/Ferraz da Costa à eleição de Mário Soares: «profundamente abalada a confiança dos agentes económicos (leia-se: empresários — JMP), o que os levou a anular ou adiar muitos projectos de investimento» (*DN* 23-2-86)! Decididamente, os homens estão com azar. Já não investiam por causa da Constituição (mesmo sem Conselho da Revolução), por causa da lei laboral, e agora mais esta. Fica-se, ao menos, a saber que projectos não lhes faltam...

27 de Fevereiro — Desabou na semana passada o prédio onde vivi desde os 7 aos 33 anos. Na fotografia do jornal reconheço os restos de alguns dos cenários das minhas brincadeiras. É, no entanto, curioso que não me tenha particularmente emocionado o facto. Talvez por ter sido, esse, com exclusão dos quatro anos que andei pelo estrangeiro (Alemanha, Áustria, Venezuela, França), o pior tempo da minha vida. As cruzes de papel nas vidraças pintadas de azul e as bichas do racionamento, durante a guerra, as querelas dos meus pais, as faltas de dinheiro, as idas às casas de penhores, o peso de terem feito de mim (a minha mãe) a imagem de um «pequeno génio», a incontrolável timidez adolescente, a saída do meu pai, dei-

xando-me (ainda na tropa) a responsabilidade pelo sustento da família, as involuntárias prepotências maternas, as dificuldades de enfrentar os outros, de «crescer» — chega para que a memória dessa casa seja, à distância, a de uma grande angústia, se não mesmo a de uma prisão. Nenhum dos meus amigos de hoje, nenhum dos afectos/amores que «contaram» (excepto um, no estrangeiro), datam desse tempo, ou datam, quando muito, dos últimos dois ou três anos que ali vivi. E o que nele houve de bom, quase nada está associado a esse imenso corredor com portas de um lado e de outro, que era o meu *habitat* quotidiano: os amigos do colégio, os jogos de futebol, uma colónia de férias na Praia das Maçãs, os sucessos escolares, a actividade na Associação de Estudantes, as viagens, enfim. Digo quase, porque não posso esquecer três idosas vizinhas cujas traseiras davam para as nossas, um fio com um cesto pendurado fazendo um vaivém de mercadorias, remédios e *Modas & Bordados* entre as duas varandas, e que foram para mim um pouco como os avós que não tive: nos seus livros e gravuras antigos, nos postais que, muitos anos atrás, lhes tinham mandado irmãos mareantes de todos os cantos do mundo, treinei a curiosidade e a imaginação, nas suas histórias, gestos e guloseimas conheci a ternura sem contrapartidas que é o segredo dos velhos.

Mas foram precisas as longas ausências lá por fora, já depois dos 25 anos, para eu começar verdadeiramente a pensar, a ler aquilo que veio a ser decisivo para a minha formação, a libertar a cabeça e os sentidos. Pouco depois de deixar a velha morada que agora abateu, e se coragem houve nisso foi apenas a de tentar salvar uma paixão sem remédio, entrei para a *Seara Nova*, onde publiqui os primeiros artigos. Só quando me separei daquelas paredes comeccei a ser o que sou hoje — nada mais do que eu próprio.

14 de Março — O ridículo espavento da posse de Soares, com os seus 2500 convidados escolhidos entre os «grandes deste mundo», faz-me lembrar a famosa coroação do imperador Bokassa I, da República Centro-Africana. Um reforço mais para a tese, que tanto parece repugnar ao mesmo Soares, de que Portugal se parece muito com um país do 3.º Mundo...

A ministra grega da Cultura e Ciência Melina Mercouri, uma das convidadas, diz hoje ao *DN* que «Mário Soares é um amigo de longa data, etc., etc. As nossas relações são muito próximas e temos em comum o mesmo fanatismo pela cultura». Em primeiro lugar, acho notável a expressão «fanatismo pela cultura», que me parece uma contradição nos termos, a não ser que por cultura se entenda (e é isso que geralmente se entende...) o conjunto de objectos e de sinais exteriores de que tratam os suplementos culturais e de que se ocupam os jornalistas culturais. O fanático da cultura será então uma espécie de coleccionador — de livros, de quadros, de discos, de filmes, de citações, de tiques, de presenças em exposições, lançamentos de livros, etc. Neste sentido, talvez se possa aplicar a Soares tal epíteto.

Mas se por fanático da cultura se quer designar, e seria algo mais aceitável, pese a infelicidade da expressão, o homem atento a todos os sinais (factos, ideias, reflexões, comportamentos, mensagens artísticas, informação, em geral), como meios para sofregamente indagar de si e dos outros, então acho espantoso que se possa ver Soares em semelhante pele. Em contrapartida, talvez fosse correcto considerá-lo um bom exemplo de fanatismo pela superficialidade, o que é mais ou menos o oposto. Ainda há bem pouco, no seu debate televisivo com a Pintasilgo, mostrou não fazer a menor ideia do que foi o Maio de 68... Cultura e demagogia sempre se deram mal.

Uma pequena nota, jocosa, à margem da posse de Soares. Há dias, o general Almeida Bruno (o do 16 de Março de 74), comandante da PSP, anunciou que a corporação estaria, este fim-de-semana, totalmente mobilizada para garantir a segurança dos altos convidados de Soares. Óptimo aviso para todos os pequenos e grande ratoeiros desta cidade, que terão campo livre para as suas actividades... Esta fez-me lembrar a do impagável Basílio Horta, pouco depois de ter chegado a ministro do Comércio, ao anunciar que em tal data a fiscalização económica iria iniciar uma vasta acção junto dos comerciantes e armazenistas, não sei mesmo se precisando em que áreas. Nunca foram revelados os resultados, mas não me surpreenderia que tivessem encontrado tudo na melhor ordem.

16 de Março — Mesa-Redonda no *Expresso* sobre «Os novos caminhos da Esquerda». Em torno do Vicente Jorge Silva e da Teresa de Sousa, moderadores, lá estavam António Barreto, Jaime Gama, Eduardo Prado Coelho, Melo Antunes, Nuno Brederode, Guterres e Espada.

O que retenho da discussão como mais interessante — e inquietante (palavra aliás muito usada pelos participantes) — é o facto de ser o mais novo, Espada, o mais à direita, e o mais velho, Melo Antunes, o mais à esquerda. Aliás, só as teses de um e de outro verdadeiramente se opunham. Tudo o resto andava por ali a navegar um pouco à deriva — e alguns dos presentes já ancoraram em demasiados portos, desde o PCP a Sá Carneiro, e mesmo às águas cavaquistas, para que saibamos onde acabará a sua navegação...

Na verdade, não dou ao Espada muitos anos (até à próxima campanha presidencial?) para se passar com armas e bagagens para uma direita «moderna», «atenta aos problemas do nosso tempo». É o único que se refere ao «arcaísmo marxista», o único para quem é obsessiva a necessidade de «desideologização da demarcação esquerda-direita» (mas como fazer então a demarcação, se não for em termos ideológicos?), o único que claramente aposta na «defesa da civilização liberal, da sociedade aberta numa economia de mercado e de livre empresa, a única sociedade em que esquerda e direita podem viver em liberdade». Cita apenas um autor, Popper, por acaso também o filósofo de cabeceira de Freitas do Amaral. E, preparando o terreno (se me é permitido o processo de intenções...), é também o único que louva «o amadurecimento da sociedade portuguesa, para quem ser de direita começa a ser tão natural como ser de esquerda». Eu pergunto: como é possível alguém dizer-se de esquerda e mostrar-se tão satisfeito com uma sociedade em que impera a desigualdade e a exploração, em que obviamente o domínio político pertence à escassa minoria que detém o poder económico, em que as oportunidades e «bem-estar» (incluindo o acesso aos níveis educacionais mais avançados, à saúde e habitação condignas) estão reservados a essa minoria e aos seus filhos? Acima de tudo como pode alguém dizer-se de esquerda e achar que, numa tal sociedade, é tão natural ser-se de esquerda como de direita?!

A propósito, repesco um texto recente do Pacheco Pereira, um

dos sócios ideológicos do Espada e, como ele, experimentado navegador vindo das paragens da extrema-esquerda, publicado durante a campanha para a 2.^a volta das presidenciais. Podem ler-se pérolas como esta: «Foi particularmente importante que Soares ganhasse [na 1.^a volta] ao mesmo tempo contra tudo o que de pior havia nessa área [a da esquerda]: o PCP, Eanes, o PRD, e M. de Lourdes Pintasilgo. Ou seja, contra o comunismo, o frentismo dos *compagnons de route*, o revanchismo anti-PS dos ‘verdadeiros socialistas’, o populismo miserabilista, o racionalismo de esquerda, a extrema esquerda snobe da animação cultural — uma soma impressionante de coisas péssimas que se espera terem sido postas na ordem por algum tempo.» Falou cedo de mais: no preciso momento em que escrevia, estava a candidatura de Soares a tentar de todas as maneiras atrair todas essas coisas péssimas, sem cujo voto não poderia vencer, o que, como se sabe, conseguiu. Com tais desabaços, não admira que o rapaz tenha estado completamente marginalizado durante a campanha, coisa que bem lhe terá doído e não lhe teria acontecido se, a tempo, se tem colocado nas hostes do «Prá frente, Portugal», onde bem precisam de ideólogos destes.